



# Tempos de Transição

Georgiane Garabely Heil Vázquez  
Cláudio DeNipoti  
(Orgs.)



O tema da transição é peculiarmente comum a diversas das formas de percepção da história, particularmente aquelas focadas nas ideias de modernidade e/ou da mudança como movimento perpétuo do passado. Abandonando ou silenciando as permanências e continuidades, buscaram-se (e ainda se buscam) as mudanças, os “momentos de transição” do que era para o que veio a ser (ou será, saindo do espectro de preocupações com o passado). A percepção recente de que as primeiras décadas do século XXI são de “transição”, fez com que os historiadores se interessassem (novamente) pelo tema, em um esforço de compreender e influir nos rumos que essa passagem ao desconhecido pode ou deve assumir. Os textos reunidos nessa coletânea giram em torno da ideia de “transição”, em função do debate acerca da produção de conhecimento histórico em história recente do Brasil e do Cone Sul, assim como sobre as raízes e elementos intervenientes na constituição das identidades e formação do Estado brasileiro e suas transições políticas. Os debates foram realizados durante o XVI Encontro Regional de História, promovido pela seção paranaense da Associação Nacional de História e amadurecidos posteriormente, para apresentar reflexões sobre os tempos recentes, tempos de transição, numa perspectiva latino-americana.



# **Tempos de Transição**



---

### *Diretores da Série*

---

**Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves**

Departamento de História, UEPG

**Profa Dra. Valeria Floriano Machado**

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação-UFPR

---

### *Comitê Editorial Científico*

---

**Prof. Dr. Cezar Karpinski**

Departamento de Ciência da Informação/UFSC

**Prof. Dr. Charles Monteiro**

Departamento de História, PUC-RS

**Prof. Dr. Cláudio DeNipoti**

Departamento de História, UEL

**Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior**

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, UFPR

**Profa. Dra. Daniela Casoni Moscato**

SEED PR

**Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat**

Departamento de História, UEPG

**Prof. Dr. Fabio Nigra**

Departamento de História, Universidad de Buenos Aires

**Profa. Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez**

Departamento de História, UEPG

**Prof. Dr. José Damião Rodrigues**

Centro de História, Universidade de Lisboa

**Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer**

Departamento de História, UNIOESTE

**Profa. Dra. Patrícia Camera Varella**

Departamentos de Artes, UEPG.

**Prof. Dr. Robson Laverdi**

Departamento de História, UEPG

**Profa. Dra. Rosângela Wosiack Zulian**

Departamento de História, UEPG

# Tempos de Transição

**Organização:**

Georgiane Garabely Heil Vázquez

Cláudio DeNipoti





**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Lucas Margoni

**Fotografia de capa:** Felipe Correia

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série História, Cultura e Identidades – 5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil; DENIPOTI, Cláudio (Orgs.)

Tempos de transição [recurso eletrônico] / Georgiane Garabely Heil Vázquez; Cláudio DeNipoti (Orgs.) --  
Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

179 p.

ISBN - 978-85-5696-647-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Filosofia; 2. História; 3. Ensaio; 4. Historiografia; 5. Sociedade; I. Título II. Série

---

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História

900

# Sumário

**Prefácio** ..... 9  
José Roberto Braga Portella

**Apresentação** ..... 13  
Georgiane Garabely Heil Vázquez; Cláudio DeNipoti

## Questões Epistemológicas

**1** ..... 19  
**Tempos de transição: aceleração e dessincronização social**  
Rodrigo Turin

**2** ..... 39  
**Tempos de transição e intenção autoral: questões para a história do pensamento político**  
Antonio Cesar de Almeida Santos

**3** ..... 63  
***Habitar as cinzas do tempo* ou reflexões acerca da noção de tempo de transição**  
Durval Muniz de Albuquerque Júnior

## Questões Historiográficas

**4** ..... 87  
**De los gobiernos progresistas a los gobiernos de la reacción: la nueva encrucijada latinoamericana**  
Alejandro M. Schneider

**5** ..... 109  
**Raça e gênero no Brasil uma história de luta**  
Lúcia Helena Oliveira Silva

**6** ..... 131  
**Religiones, espiritualidades y derecho al aborto en la Argentina de la marea verde**  
Karina Felitti

**7** ..... 149  
**Ensinar história em tempos virtuais: as redes e a intolerância**  
Carlos Augusto Lima Ferreira

**Referências** ..... 163





## Prefácio

*José Roberto Braga Portella*

Mas, para voltar a mim, pensava mais modestamente em meu livro, e seria inexato dizer que me preocupavam os que o leriam, os meus leitores. Porque, como já demonstrei, não seriam meus leitores, mas leitores de si mesmos, não passando de uma espécie de vidro de aumento, como os que oferecia a um freguês o dono da loja de instrumentos ópticos em Combray, o livro graças ao qual eu lhes forneceria meios de se lerem.

Marcel Proust "O tempo redescoberto" 1927 (2004)

Marcel Proust, ao evocar a presença de nossa própria experiência - termo que será tão caro a Walter Benjamin e Edward Thompson -, pretende nos fornecer uma forma de "lermos a nós mesmos" e ao nosso tempo.

"Tempos de transição", título do presente livro e do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-PR, traz consigo o carácter da História sob o signo do movimento, do deslocar-se, da ruptura e da descontinuidade tão presentes nas concepções de História em que o papel ativo do historiador na sociedade, reconhecendo a sua função social, o faz não só apreender e compreender a experiência vivenciada, mas também participar da construção dos meios e caminhos das experiências futuras ou desconhecidas que se encontram no porvir.

Desde que Marc Bloch afirmou que "a história é a ciência dos homens no tempo", os historiadores anseiam por produzir um "conhecimento da mudança", como nos aponta José Carlos Reis. Ou seja, diferenciar durações para fixar as alteridades

humanas. Este tempo do historiador é que articula dialeticamente a diferença. Ou, como nos lembra Benjamin,

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade<sup>1</sup>.

A temporalidade é um problema central para a teoria da história, principalmente se entendemos que a "mudança" é devir - movimento que altera o ser que se move. Logo, a problemática do tempo histórico pode ser descrita como "o acompanhamento dos homens em suas mudanças, e sua descrição e análise."<sup>2</sup> O passado torna-se uma existência conhecível, uma duração realizada. Pode-se dizer que o passado "não é o que é mais, mas o que foi e ainda é. Ele penetra em nossa atividade presente e determina o futuro."<sup>3</sup>

O passado se apresenta no presente como ruínas, fragmentos, como restos de um mundo humano. Para Reinhart Koselleck, a interpretação das relações entre os processos sociais necessariamente supera a referência às medidas e unidades temporais do calendário. Para conhecer o mundo histórico, Koselleck nos propõe a questão de como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e futuro se relacionam. Assim, determinando a diferença entre passado e futuro, entre campo da experiência e horizonte de expectativas, passado e futuro articulam-se dialeticamente e desta relação surge o sentido da temporalização operacionalizada pelo historiador.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 504.

<sup>2</sup> REIS, José Carlos. História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 181.

<sup>3</sup> REIS, p. 182.

<sup>4</sup> KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

O tempo histórico, para Koselleck, é apreendido como diferença temporal e como articulação temporal, ou seja, como sucessão e simultaneidade. Assim, o presente engloba as dimensões de passado e futuro ao incluir o espaço da experiência e o horizonte de expectativas, tornando a ideia de simultaneidade concebível no mundo humano.

A ideia de simultaneidade temporal nos aproxima da ideia de multiplicidade do tempo. A continuidade na sucessão da multiplicidade de estados de consciência é que possibilita à duração temporal ser una, apesar de múltipla e simultânea. Apesar disso, não se trata de algo homogêneo ou harmonioso, mas se reconhecer que a duração temporal é heterogênea.

A articulação dessa dimensão fundamental do tempo é o que possibilita a capacidade de apreensão e interpretação do mundo humano/histórico por meio do conhecimento científico e histórico. Como nos afirma Gilles Deleuze,

Se a ciência é um conhecimento real da coisa, um conhecimento da realidade, o que ela perde ou simplesmente corre o risco de perder não é exatamente a coisa. O que a ciência corre o risco de perder ... é menos a própria coisa do que a diferença da coisa, o que faz seu ser, o que faz que ela seja sobretudo isto do que aquilo, sobretudo isto do que outra coisa.<sup>5</sup>

Deste modo, a articulação da duração temporal, entendida como dotada de unidade, multiplicidade e simultaneidade, leva em consideração não só as generalizações, mas também as nuances e mínimas diferenças que compõem o real. A diferença não é dada por uma simples relação de alteridade, de oposição àquilo que ela não é: mas sim, que a diferença deve ser pensada como alteração, como movimento, como mudança.

Para Deleuze, "O devir não é história; a história designa somente o conjunto das condições, por mais recentes que sejam,

---

<sup>5</sup> DELEUZE, Gilles. Bergsonismo. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 127.

das quais desvia-se a fim de "devir", isto é, para criar algo novo. É exatamente o que Nietzsche chama de o Intempestivo."<sup>6</sup> Ao responder a Toni Negri sobre "Qual política pode prolongar na história o esplendor do acontecimento e da subjetividade?", Deleuze afirma,

os acontecimentos não se explicam pelos estados de coisa que os suscitam ou nos quais eles tornam a cair...Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície e volume reduzidos.<sup>7</sup>

Assim, engendrar ou detectar novos espaços-tempos implica desatrelar-se do espaço-tempo hegemônico, e uma nova escrita da história. Uma história nômade, aberta às descontinuidade, ruptura e multiplicidade, onde todas conexões rizomáticas ganham uma nova juventude.

Concluimos com Giorgio Agamben se apoiando em Walter Benjamin,

A toda concepção da história está associada uma certa experiência do tempo, que lhe é inerente, que a condiciona e que se trata, precisamente, de revelar. Do mesmo modo, toda cultura é primeiramente uma certa experiência do tempo, e não há cultura nova sem transformação dessa experiência. Por isso, o primeiro objetivo de uma verdadeira revolução jamais é de "mudar o mundo", pura e simplesmente, mas também, e sobretudo, de "mudar o tempo".<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 231.

<sup>7</sup> DELEUZE. p. 238.

<sup>8</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Infance et histoire*. Paris: Payot, 1989. p. 114. trad. Peter Pál Pelbart.

## Apresentação

*Georgiane Garabely Heil Vázquez*<sup>1</sup>

*Cláudio DeNipoti*<sup>2</sup>

O tema da transição é peculiarmente comum a diversas das formas de percepção da história, particularmente aquelas focadas nas ideias de modernidade e/ou da mudança como movimento perpétuo do passado. Abandonando ou silenciando as permanências e continuidades, buscaram-se (e ainda se buscam) as mudanças, os “momentos de transição” do que era para o que veio a ser (ou será, saindo do espectro de preocupações com o passado).

A percepção recente de que as primeiras décadas do século XXI são de “transição”, fez com que os historiadores se interessassem (novamente) pelo tema, em um esforço de compreender e influir nos rumos que essa passagem ao desconhecido pode ou deve assumir.

Os textos reunidos nessa coletânea giram em torno da ideia de “transição”, em função do debate acerca da produção de conhecimento histórico em história recente do Brasil e do Cone Sul, assim como sobre as raízes e elementos intervenientes na constituição das identidades e formação do Estado brasileiro e suas transições políticas.

Os debates foram realizados durante o *XVI Encontro Regional de História*, promovido pela seção paranaense da Associação Nacional de História e amadurecidos posteriormente,

---

<sup>1</sup> Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

<sup>2</sup> Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

para apresentar reflexões sobre os tempos recentes, tempos de transição, numa perspectiva latino-americana.

Na primeira parte (*Questões epistemológicas*) temos três discussões sobre o conceito de transição. Na primeira, intitulada “Tempos de transição: aceleração e dessincronização social”, Rodrigo Turin discute a ideia de transição vinculando-a ao conceito de aceleração social e de diferentes formas de experiência do tempo. Em seguida, Antonio César de Almeida Santos busca analisar os conceitos de “tempo de transição” e “intenção autoral” oriundos da história do pensamento político e plenos de “força ilocutória” textual, em um capítulo intitulado “Tempos de transição e intenção autoral: questões para a história do pensamento político”. Por fim, no capítulo “Habitar as cinzas do tempo ou reflexões acerca da noção de tempo de transição” Durval Muniz de Albuquerque Júnior busca refletir “sobre um dado modo de ser do tempo [...] os tempos de transição”.

A segunda parte (*Questões historiográficas*) apresenta as preocupações hodiernas dos historiadores face às rápidas mudanças na sociedade e nos papéis sociais dos cientistas sociais. Alejandro M. Schneider, no artigo “De los gobiernos progresistas a los gobiernos de la reacción: la nueva encrucijada latinoamericana” busca compreender as transformações na América Latina observando, comparativamente, um conjunto de problemas comuns, estudados através da “irradiação recíproca” das sociedades. Em “Raça e gênero no Brasil uma história de luta”, Lúcia Helena Oliveira Silva analisa a transição (incompleta) da escravidão ao trabalho livre para colocar em evidência o tema da escravidão africana em conjunção com o da história das mulheres. Karina Felitti, em “Religiones, espiritualidades y derecho al aborto en la Argentina de la marea verde” discute as ideias de solidariedade, direitos humanos e democracia nos movimentos feministas argentinos pelo aborto, ao passo que Carlos Augusto Lima Ferreira, em “Ensinar história em tempos virtuais: as redes e a intolerância” busca compreender os conflitos criados por novas formas de

sociabilidade digital, em que discursos de ódio, intolerância predominam sobre a civilidade racional e humanista, deslocada do discurso político.

Esse quatro artigos mostram tanto as possibilidades analíticas quanto as formas de controle e censura que se estendem sobre a sociedade e sobre os historiadores que insistem em explicitar os discursos de dominação manifestos nos confrontos sociais. Mostram também que as transições – em diversas temporalidades, são ainda matéria-prima para a reflexão e para a ação (no sentido da *praxis*) que resultam na produção de conhecimento histórico e nas consequentes explicitações de identidade, através de representações impostas ou resistentes.





## **Questões Epistemológicas**



## Tempos de transição: aceleração e dessincronização social

Rodrigo Turin <sup>1</sup>

*Cada presente está, al mismo tiempo, ahora en el aquí y milenios más atrás. Ese ciempiés que es el presente se mueve sobre miembros políticos, económicos, culturales, biológicos y muchos otros en número ilimitado, cada uno de los cuales tiene un tempo y un ritmo diferente: se puede ver el asunto como un cuadro unitario y desarrollarlo a partir de un solo punto de apoyo, como en perspectiva central, al modo de Spengler, pero también se le puede sacar gusto precisamente a lo contrario.*

Robert Musil, "Espíritu y Experiencia. Observaciones para lectores escapados a la decadencia" (1921)

O que significa falar de “tempos de transição”? O que qualifica, propriamente, o “transitório” do tempo ou, mais complexo ainda, “dos tempos”?

Entendida na sua singularidade plural, a ideia de “tempos de transição” demarcaria aquelas passagens entre unidades epocais, como entre a Antiguidade e a Idade Média, ou entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. Noções como “declínio” e “crise” marcam o tom narrativo para suas figurações, desenhando o que, em um determinado tempo, deixa de ser o que era para se transformar no que será. Nessa ideia de transição, o pressuposto da singularidade é fundamental, garantindo a inteligibilidade relacional de uma forma que se esvai dando lugar a outra forma

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

que emerge. Há uma sincronização necessária para que a “transição” possa ocorrer, convergindo os diferentes tempos no “tempo”. O tempo da política, o tempo das artes, o tempo da religião, todos devem convergir para esse ponto de fuga temporal singular, epocal, que se desenha no horizonte. Desde Gibbon, pelo menos, essa é uma forma recorrente e estrutural de ordenar a pesquisa, a escrita e o ensino de história, delimitando especialidades cronológicas e suas fronteiras. Identificar um evento ou um personagem como pertencente a uma dessas unidades é dotá-lo de características específicas, do mesmo modo que situá-los em um momento de transição é atribuir a eles uma certa dimensão histórica (seja como símbolos da decadência ou como anunciadores do novo). Esse procedimento implica, igualmente, dizer o que está fora da transição, aquilo que perdeu o tempo ou sequer chegou a habitá-lo, condenando-o a uma singularidade negativa, por assim dizer. Esse seria, por exemplo, entre outros, o caso das sociedades ameríndias na historiografia brasileira.

Essa noção de “tempos de transição” depende, por fim, de uma forma de historiografia. Ela que instaura esse tempo e suas transições como seu campo de trabalho, operando sobre ele. Nesse sentido, “historiografia em tempos de transição” poderia remeter a uma estabilidade (a historiografia) que sobrevive às mudanças, ou que está acima delas, já que as institui. Ela é a sua condição de possibilidade, seu *a priori* formal.

Já pensar em “tempos de transição” como uma pluralidade substancial implicaria, por outro lado, operar em um campo desmembrado, onde as partes já não se conectam de modo automático. A transição se diluiria em uma pluralidade de tempos. Volta-se, aqui, a atenção ao tempo não como palco vazio onde ocorrem transições, mas como qualidade e forma de experiências. Disso resultaria implodir a singularidade que dá estabilidade e força àquela noção anterior de transição. Afinal, transição do quê? E, acima de tudo, para quem? Como afirmou Descombes: “A grande questão é, pois, de saber em quais condições se faz, para

nós, no mundo que é o nosso, o concurso temporal de diferentes mudanças em curso e de diferentes ações engajadas que compõem a nossa atualidade” (DESCOMBES, 1999, p. 31).

Hoje, parece, é essa noção desmembrada, plural, fragmentada de transição que nos constitui. Falar de transição, aqui, não implicaria apenas afirmar que nos encontramos, como disse Hannah Arendt, em “um intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda” (ARENDR, 1997, p. 35-36). Afinal, não são apenas as coisas, mas o próprio tempo e seus intervalos que deixam de ser os mesmos. Daí se coloca a questão que, me parece, marca a profunda dificuldade dessa condição: como falar dela? Que linguagem podemos acionar para dizer, para figurar, essas formas desmembradas de transição? A relação entre tempo e experiência resvala na relação entre tempo e linguagem. Novas experiências, novas temporalidades, novas linguagens. Quais são nossos “tempos de transição”, hoje, e quais as linguagens que temos disponíveis para expressá-los? O tempo pós-colonial? O tempo dos gêneros? O tempo do neoliberalismo? O tempo do antropoceno? Em que medida a transição do tempo do antropoceno, com seus milhões de anos como referência, pode ser relacionado com o tempo de transição da crise do capitalismo em sua fase neoliberal? Obviamente que todos esses tempos, com suas distintas transições, não podem ser facilmente encaixados mais em um mesmo tempo, muito menos em uma mesma linguagem. O que era transparente se tornou opaco, o que era pressuposto se tornou problemático.

Nessa segunda acepção, como entender o tema “historiografias em tempos de transição”<sup>2</sup>? Em vez de falar em “historiografias em tempos de transição”, será que não seria mais prudente falar de “tempos em historiografias de transição”? Isso implicaria pensar como aquela fragmentação de tempos e transições resultam em uma proliferação de diferentes

---

<sup>2</sup> O título da mesa da qual resultou esse texto era “historiografias em tempo de transição”.

historiografias, rompendo a unidade hegemônica da disciplina histórica, tal como se consolidou desde o século XIX. Boa parte da angústia disciplinar talvez resida aí, nessa coexistência e nessa confrontação de diferentes historiografias e de seus tempos.

Sem querer me estender nos vários desdobramentos dessas questões, este preâmbulo serve apenas para compartilhar a angústia que também é minha, como professor e pesquisador, em pensar esses tempos, e em tentar dizê-los. Mais especificamente, em pensar meu problema atual de pesquisa acerca da experiência da aceleração social “contemporânea”.

\*\*\*

Um dos pontos centrais hoje para pensar a relação entre tempo e a disciplina histórica é a dimensão da aceleração social, que tem se intensificado nas últimas décadas. A ideia de aceleração implica, antes de tudo, a dimensão espaço-temporal do movimento. Aristóteles definia o tempo como a medida gasta de locomoção entre um ponto A e um ponto B, ou, nos seus próprios termos, “o número de um movimento segundo o antes e o depois” (ARISTÓTELES, *Física*, 109 B3). Acelerar implicaria, nesse sentido, encurtar essa medida espaço-temporal, intensificando o movimento. Ela é, pois, um conceito que remete necessariamente tanto à dimensão temporal quanto à espacial. O que interessa destacar, aqui, é de que modo essa noção espaço-temporal de “aceleração”, como movimento intensificado entre dois pontos, pode ser alçada a uma dimensão metafórica para traduzir uma forma hegemônica de experiência histórica na modernidade, e de que modo, igualmente, ela passa a assumir novas dimensões na sociedade contemporânea.

No entanto, mais do que da tradição física aristotélica, é da tradição escatológica cristã que a noção de aceleração vai ganhar uma figuração própria, abrindo-a à dimensão histórica. A vinda abrupta do messias, anunciada figurativamente em sinais terrenos,



produziria uma abreviação do tempo da salvação, rompendo a divisão entre o aqui e o além (AUERBACH, 1997). É essa dimensão teleológica da redenção apocalíptica que permite figurar a intensificação do movimento enquanto abreviação e aceleração da espera terrena, e é dessa dimensão teleológica (e teológica) que a modernidade poderia formular uma noção própria de aceleração histórica. Como afirma Koselleck, “o conceito de aceleração, impregnado da história da filosofia a partir do século XVIII, só podia ser usado de forma sensata quando era possível identificar um objetivo que precisava ser alcançado de forma acelerada. Temos aqui a analogia com a determinação da meta extratemporal, já presente nos textos apocalípticos” (KOSELLECK, 2014, p. 161). Como mostrou o historiador alemão, essa dimensão teleológica da aceleração foi fundamental para o modo como os conceitos de movimento da modernidade foram sedimentados em uma nova experiência histórica, marcada pela abertura do futuro enquanto horizonte de redenção da humanidade. Acelerar a história implicava, assim, colocar-se em uma estrutura narrativa que permitisse orientar uma ação direcionada a fins mais ou menos determinados. Conceitos como “progresso”, “desenvolvimento” e “formação”, fundamentais para as instituições modernas, foram as formas de elaboração dessa experiência.

Para além dos trabalhos pioneiros de Koselleck, o problema da aceleração social já ganhou uma fortuna bibliográfica relativamente extensa, principalmente nas áreas da sociologia e geografia, desde os trabalhos de Paul Virilio (1996), Manuel Castells (1999) e David Harvey (1999), até as reflexões contemporâneas de Hartmut Rosa (2010), Anthony Elliott (2010), William Scheuerman (2009), John Urry (2010), Robert Hassan (2009), Barbara Adam (1990), Jonathan Crary (2014), Judy Wajcman (2015), Paul Rabinow (2008), Wayne Hope (2016), Nicole Aubert (2018) entre outros.

Nestes trabalhos, de modo geral, iniciou-se com diagnósticos amplos acerca da condição temporal contemporânea, como a

“dromologia” de Virilio ou a “sociedade de redes”, de Castells, havendo, atualmente, a busca de diferenciações teóricas e maiores fundamentações empíricas em distintas esferas sociais. Assim, tematizam-se as relações específicas entre aceleração e economia, aceleração e política, aceleração e tecnologia, aceleração e subjetividade, aceleração e natureza, entre outras, com o intuito de desvelar os mecanismos e os ritmos próprios de cada forma de aceleração, assim como – e o que é mais fundamental –, quais os efeitos sociais da coexistência desses diferentes ritmos de aceleração na sociedade atual.

Nas discussões da teoria da história o tema da aceleração ainda tem sido menos elaborado<sup>3</sup>. Em parte, pelo próprio processo de especialização que as disciplinas vêm sofrendo, fragmentando-se em diversos sub-campos e alienando-se umas das outras. É sintomático, nesse sentido, o desaparecimento de autores da sociologia, da geografia e da antropologia nos cursos de história e nos artigos científicos da área. Pode-se dizer, assim, que é por causa de um dos efeitos mesmo da aceleração social – representada aqui na espiral de especialização produtivista acadêmica – que vemos essa assimetria de temas e agendas entre as disciplinas.

No lugar das discussões sobre aceleração acima brevemente elencadas, tem-se elaborado na área de teoria da história amplos diagnósticos do processo de crise da temporalidade moderna, apoiadas em distintas linguagens teóricas. Exemplos são as categorias de “presentismo”, “presente lento” ou, mais recentemente, “atualismo”.

No que diz respeito à primeira categoria, proposta por François Hartog, ela visa indicar seja um momento de crise da consciência histórica moderna, seja a instauração (plena ou momentânea) de um novo regime de historicidade (HARTOG, 2013;

---

<sup>3</sup> Na história social, o tema aparece no debate sobre a denominada “Grande aceleração”, focada nas dimensões industriais e ambientais da segunda metade do século XX. Conferir, sobre essa discussão, *Varia História*, 2018 (v. 34, n. 65)

NICOLAZZI, 2010). O “presentismo”, nesse sentido, qualifica-se como uma categoria heurística que permite ver, em diferentes fenômenos, as formas atuais de relação entre passado, presente e futuro. Se, na modernidade clássica, a dimensão teleológica que organizava os conceitos de movimento alçava o futuro como instância privilegiada de realização das expectativas, na sociedade atual, segundo Hartog, viveríamos uma forma de historicidade dominada pela perspectiva do presente. Os indícios apontados por Hartog para identificar essa nova forma de historicidade vão desde a esfera política (a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo), a esfera midiática (transmissão e o consumo do 11 de setembro e de outros eventos “históricos”), a esfera literária (caso de autores como W. G. Sebald e Don DeLillo e a literatura testemunhal) e cultural (a patrimonialização e consumos do passado) (HARTOG, 2013b). A partir desses diferentes casos, de modo mais ou menos problematizado, haveria uma mesma lógica temporal, na qual as demandas de um presente se imporiam, estendendo-se às dimensões do passado e do futuro, rompendo, assim, aquela dimensão linear e processual que qualificava o tempo na modernidade. Com a perda daquelas metas teleológicas que organizaram a experiência histórica moderna, viveríamos um presente que tudo consome, uma sucessão de instantes efêmeros que produz e consome seus próprios passados e seus futuros, igualmente efêmeros.

Já o diagnóstico do “presente lento”, de Gumbrecht, baseia-se na elaboração de uma leitura ampla da epistemologia moderna, às vezes denominada de “cartesiana”. Essa leitura tem por fim destacar o processo autodestrutivo de conformação de um sujeito de conhecimento que vai se dobrando sobre si mesmo, no mesmo movimento em que se afasta do (e perde o) mundo. É o que Gumbrecht, a partir de Luhmann, denomina de “observador de primeira ordem” e “observador de segunda ordem”, que configurariam as bases de um cronótopo moderno historicista, no qual o sujeito se entende como inserido em um processo de

permanente mudança (LUHMANN, 1998; GUMBRECHT, 1998, p. 14). Esse processo crescente de perspectivação e temporalização acabaria resultando em uma crise da representação, expressa sintomaticamente nos vários modernismos do início do século XX, assim como, no caso das ciências humanas, na virada linguística das décadas de 1970 e 1980. O sentido final desse processo histórico-epistemológico por ele evocado se resumiria, enfim, em três elementos correlatos que definiriam nosso presente epistemológico: desreferencialização, destemporalização, dessubjetivação. O efeito mais sintomático disso seria o que Gumbrecht denomina de “nosso presente ampliado ou estendido”. Em suas palavras: “Em vez de em constante transição, sentimo-nos encerrados em um presente complexo, que abarca todos os passados e recusa o futuro, e em relação ao qual parece não estar mais à nossa disposição qualquer perspectiva externa” (GUMBRECHT, 1998, p. 56).

Ainda que assentados em linguagens teóricas bastante distintas – uma de caráter mais heurístico-antropológico, a outra em uma fundamentação ontológica heideggeriana -, ambos os diagnósticos de Hartog e de Gumbrecht apontam para a mesma preponderância do presente como marca da historicidade contemporânea (TURIN, 2016). Ambos autores, igualmente, indicam como essa mudança das experiências temporais no presente têm afetado diretamente o lugar constituído pela disciplina histórica e pelas humanidades na modernidade, ainda que, novamente, apresentem posicionamentos políticos muito distintos em relação a esse diagnóstico.

Tanto em Gumbrecht quanto em Hartog os diferentes fenômenos citados como exemplos aparecem unidos em função de um diagnóstico geral, sem que haja uma maior problematização teórica acerca das diferentes formas temporais ou uma

diferenciação a partir de seus distintos casos empíricos<sup>4</sup>. Suas análises são fundamentais para a problematização da crise do tempo na sociedade contemporânea, ofertando conceitos inescapáveis à interlocução, necessitando, contudo, serem continuadas a partir de um maior desdobramento e diferenciação teórica e empírica. A questão da aceleração é tematizada pelos dois autores de modo marginal, como uma das características gerais da sociedade contemporânea, sem que sejam aprofundadas as relações efetivas entre as formas atuais de aceleração e aquilo que denominam, cada um a seu modo, de “presentismo” ou “presente lento”.

A dimensão da aceleração é um dos focos de análise na recente proposta de Valdeci Araujo e Mateus Pereira, acerca do que denominam de “atualismo”. Partindo de uma crítica à noção de “presentismo” – entendida, segundo os autores, como uma ausência de futuro –, propõem pensar as formas atuais de temporalização a partir da descrição da estrutura da temporalidade do *Dasein*, oferecida por Heidegger em *Ser e Tempo* (PEREIRA; ARAUJO, 2016). Nessa chave, sempre haveria uma interdependência ontológica entre passado, presente e futuro, mas essas instâncias estariam sempre reunidas em arranjos específicos, tanto em modo “autêntico-próprio” quanto “inautêntico-impróprio”. Sem poder me estender aqui, convém apenas ressaltar que na descrição heideggeriana o que distingue essencialmente esses dois modos é a dimensão do projetar-se do Ser-aí enquanto “decisão”. Ao contrário do futuro enquanto “espera”, modo cotidiano impróprio que pressupõe a estabilidade de um mundo, haveria o futuro enquanto lançar-se do Ser-aí, como antecipação que garante uma vinculação autêntica na estrutura existencial da temporalidade: “Na de-cisão não apenas se recupera o presente [*Gegen-wart*] da dispersão nas ocupações imediatas como ela se

---

<sup>4</sup> Em seus últimos trabalhos, como *Croire en l'Histoire*, Hartog avançou em modulações de sua análise, principalmente a partir de textos ficcionais.

mantém atrelada ao porvir [*Zukunft*] e ao vigor de ter sido [*Gewesenheit*]. A essa forma de presente articulado pela decisão é dado o nome de instante (*Augenblick*), em contraste com os ‘agoras’ (*Jetzt*) da temporalidade imprópria” (PEREIRA; ARAUJO, p. 282).

A partir dessa fundamentação ontológica, os autores centram sua análise no universo do mundo digital contemporâneo, ainda que outros exemplos, vindos de esferas diversas, também sejam referenciados. Com o mapeamento da emergência e difusão da noção de “*update*”, analisam de que modo ela se apresenta como um indicador revelador de uma experiência contemporânea do tempo, marcada principalmente por aquilo que, na descrição heideggeriana, se definiria como uma série de “agoras”. Teríamos, com isso, a vivência de uma série acelerada de novidades, mas, ao mesmo tempo, um “vazio de eventos”. Esse “uptadismo” ou “atualismo”, como modo inautêntico/impróprio, se manifestaria não como ausência de passado ou futuro, e sim como “ampliação de referências ao passado e futuro, mas em formas atualistas”, esgotando-se em si mesmas<sup>5</sup>.

Assim como “presentismo” ou “presente lento”, a noção de “atualismo” assume a função de um indicador amplo, vinculando diferentes conteúdos de experiências a uma mesma forma ou disposição temporal. Se há a preocupação, no caso do “atualismo”, em buscar e partir de uma categoria “nativa” que, ela própria, expressa uma nova noção de movimento, não há, contudo, a preocupação em seguir seus diferentes usos ou contrastar com outras categorias que, igualmente, poderiam indicar novas dinâmicas de movimento. Se “atualismo” (ou updatismo,

---

<sup>5</sup> “Por mais que as novidades se apresentem, seja mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais, pois ‘nossa atualidade’ se atualiza (quase)exclusivamente em função da própria atualidade. O que esse movimento pode trazer de novo ao argumento presentista é esclarecer que não se trata substancialmente de uma ampliação do presente, mas mesmo da ampliação de referências ao passado e futuro, mas em formas atualistas. Assim podemos entender como a ‘moda’ da história e das coisas históricas pode ser contemporâneas do presentismo” (ARAUJO; PEREIRA, p. 285)

atualização) faz parte do vocabulário contemporâneo, também o fazem outros termos como “produtivismo”, “eficiência”, “flexibilidade”, entre outros, que são usados em diferentes espaços do mundo social e com sentidos específicos. Se, por um lado, com esse movimento, os autores conseguem produzir uma descrição rica e densa de certas implicações temporais de nosso mundo digital, por outro lado me parece que entre essa descrição, centrada em determinados fenômenos, e os diagnósticos teóricos elaborados, contidos no conceito de “atualismo”, corre-se o risco de abstrair-se uma universalização similar àquela presente nas categorias de “presente lento” e “presentismo”.

Outro risco dessa classificação, fundada na descrição ontológica heideggeriana, e que lhe serve de critério, são as margens problemáticas e ambíguas de identificação entre as modalidades próprias e impróprias (ou autênticas e inautênticas) de historicidade. Afinal, o próprio Heidegger classificou como impróprios ou inautênticos os modos historicistas (e mesmo judaico) de historicidade, o que não é a posição dos autores. Como definir, ao termo, a correção dessas atribuições? A fundamentação das categorias em uma descrição ontológica específica e que, malgrado sua intenção, ambiciona uma universalidade antropológica normativa (valeria pensar, nessa direção, um confronto com as ontologias ameríndias), deixa de tomar os valores sugeridos nos atos classificatórios por aquilo que realmente são: tomadas de posição. Assim, como afirmou Adorno, a via ontológica pode acabar servindo como uma disposição pronta a sancionar uma ordem heterônoma dispensada de se justificar diante da consciência (ADORNO, 2016, p. 79)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> As dimensões políticas da ontologia também foram destacadas por Achille Mbembe: “Na terminologia heideggeriana, o ser se opõe ao ente. O ocidente seria o lugar decisivo do ser porque apenas ele teria desenvolvido essa capacidade que consiste a fazer experiência do recomeço. O resto não é senão ente. O Ocidente apenas teria desenvolvido essa capacidade de fazer a experiência do recomeço pois ele seria o lugar decisivo do ser”, (MBEMBE, 2018, p. 100-101).



\*\*\*

O maior problema dos grandes diagnósticos acerca da temporalidade hoje é a pressuposição de que exista um arquétipo que abarque todos os atores e processos em cena. Essa pressuposição não só é problemática para a modernidade em si, como se mostra particularmente complicada para a nossa modernidade tardia, cuja principal característica parece ser justamente um processo intenso de dessincronização entre diferentes esferas sociais. Nesse sentido, o trabalho de teorização acerca das mudanças temporais na sociedade contemporânea precisa andar junto com estudos cuidadosos das diferentes forças que afetam assimetricamente as formas de temporalização. Um dos modos de dar uma maior precisão a essa discussão sobre as formas de aceleração contemporânea é realizar uma discriminação dos diferentes feixes de temporalidade em jogo - econômico, tecnológico, político, social, cultural -, assim como as diferentes variáveis produtoras de assimetrias, como as dimensões raciais, coloniais e de gênero. Para isso, torna-se fundamental, igualmente, um retorno do diálogo entre diferentes disciplinas, da sociologia à estética, da informática à antropologia.

Um desses feixes de temporalidade, que vem se impondo de forma vigorosa nas últimas décadas, é o que se convencionou denominar de neoliberalismo. Há diferentes modos de identificar esse fenômeno, seja pelas doutrinas que o embasam, por uma forma própria de governabilidade, um novo modelo de distinção e dominação, uma nova fase de acumulação do capital. Essas diferentes abordagens revelam aspectos distintos do neoliberalismo, mas todas concordam em identificá-lo como uma das forças mais presentes e estruturantes da sociedade contemporânea global, afetando profundamente as instituições, as relações de trabalho e as subjetividades. Um foco de abordagem que me interessa particularmente é de que modo o neoliberalismo, ou uma razão neoliberal, se materializa em conceitos e em novos

dispositivos, sendo adotados em diferentes esferas sociais e produzindo, assim, a incorporação de uma nova forma de temporalidade. A elaboração, a difusão e a incorporação de conceitos como “flexibilidade”, “eficiência” e “transparência”, por exemplo, caminham junto com a adoção de dispositivos como a “cultura auditiva”, onipresente na nova “governança” do Estado, assim como nos novos modos de treinamento profissional vindos do mundo corporativo, como o “*coaching*”. Da saúde à política, da educação à segurança pública, diferentes esferas sociais têm sido reestruturadas a partir da incorporação dessa nova linguagem e de seus dispositivos. Esse processo implica tanto a reformulação do modo de funcionamento dessas esferas, como a incorporação, por parte de seus agentes, de uma nova subjetividade. A avaliação continuada, organizada metricamente, assim como a dimensão concorrencial dessa racionalidade neoliberal, redireciona as finalidades das práticas avaliadas, assim como gera uma espiral de aceleração produtivista e de autoexploração dos indivíduos, que se veem cada vez mais impelidos e gerir seus números em relação aos demais, que se tornam, por excelência, concorrentes, senão inimigos. Nesse sentido, me parece problemáticos diagnósticos como o de Byung-Chul Han, ao afirmar que o trabalhador se “explora voluntariamente”, de que no lugar da biopolítica estaríamos vivendo uma psicopolítica (HAN, 2017). Afinal, a incorporação desse novo *ethos* não deixa de se dar sob condições sociais específicas e assimétricas, afetando desigualmente os indivíduos. O modo assimétrico de incorporação dessa nova linguagem e de seus mecanismos produz a obrigação da incorporação de novos *habitus*, não se dando como mera vontade ou “disposição”.

Uma das características mais marcantes dessa nova forma de temporalidade seria um esvaziamento da dimensão teleológica da aceleração moderna. Uma hiper-aceleração sem *telos* estruturante, que vem esgarçando e redefinindo as formas do tecido social, assim como a própria linguagem a partir da qual

podemos figurar essa nova onda de aceleração. Se um candidato a presidente repetisse o lema de Kubitschek hoje, “50 anos em 5”, provavelmente produziria mais medo do que esperança em seus eleitores, dada a impossibilidade de imaginar um horizonte mais ou menos definido e que não seja apenas negativamente. Como já foi dito, essa hiper-aceleração contemporânea encontra em vocabulários como “flexibilidade”, “eficiência” e “produtividade” sua nova forma de expressão. Diferentemente de “progresso”, que implica uma ideia determinada de futuro (como melhoramento), a ideia de “flexibilidade” aponta para a necessidade dos indivíduos hoje terem que se adaptar constantemente a um fluxo acelerado de mudanças, mas sem um sentido de futuro determinado. A flexibilidade é um fim em si mesmo, uma forma de gestão da sobrevivência cotidiana e ao mesmo tempo um motor a alimentar a aceleração. Essa nova modalidade de aceleração afeta profundamente as instituições. O Estado, hoje, no seu braço executivo, cada vez tem que reagir de modo mais instantâneo a demandas internacionais do mercado financeiro, não tendo as condições e mesmo o interesse de esperar o tempo mais lento dos mecanismos de representatividade. Daí a sensação comum de um esvaziamento de representatividade e a emergência da visão do político como “gestor”. No que diz respeito à educação, a ideia não é mais formar um indivíduo pleno, possibilitando que ele viva sua vida enquanto um “projeto” e se insira socialmente como um cidadão, mas apenas ofertar certas “capacidades” básicas para que os indivíduos possam ficar se adaptando a um mercado em contínua aceleração. No lugar da noção moderna da disponibilidade da história, quando o processo histórico parecia estar disponível à ação dos indivíduos, agora coloca-se o novo imperativo do “é necessário se adaptar” (STIEGLER, 2019).

A velocidade da informação é um dos elementos estruturais dessa nova onda de aceleração, marcada pela confluência entre tecnologias digitais e globalização do capital financeiro. Grandes empresas de comunicação, como a Reuters, preferem hoje vender

informações aos investidores das bolsas de valores do que servir de agência de notícias. Uma informação, em tempo real, pode valer bilhões. Um seriado atual, *Billions*, ilustra bem essa relação, quando um dos protagonistas ganha bilhões investindo em ações no mesmo instante em que seus colegas estão sendo mortos durante o ataque ao *World Trade Center*.

Essa velocidade da informação, possibilitada pelas novas tecnologias, vem produzindo também um processo angustiante de indiferença estrutural entre a verdade e a mentira. As famosas “*fake news*” são um exemplo disso. Informações falsas, até inverossímeis, circulam com tal velocidade e ganham uma audiência tão ampla que o fato de elas serem mentirosas ou verdadeiras pouco importa, pois seus efeitos já foram produzidos. Ninguém melhor do que Donald Trump percebeu essa nova dimensão da informação digital, onde a realidade da performance substitui de vez os critérios mínimos do verdadeiro e do falso. Nas redes sociais, o compartilhamento de informações se dá muito mais pelas predisposições de crença dos indivíduos, conformados em bolhas, do que por alguma forma de comunicação dialógica e crítica. E isso me parece fundamental: em uma sociedade hiper-acelerada como a nossa, quase não há mais tempo para o ceticismo e a crítica. O tempo da dúvida e, portanto, da crítica, é um tempo de espera, um tempo lento; já o tempo da crença é o tempo do salto no vazio, o tempo da ação imediata. Esse é um grande desafio hoje para a sociedade e, de modo mais específico, para aqueles que trabalham com as humanidades: configurar espaços públicos onde as informações, as notícias e as reflexões críticas ainda possam ser realizadas. Isso implica em apostar em instituições, como a Universidade e as escolas, que permitam esse tempo mais lento, hoje tão escasso.

Outra questão que se coloca, hoje, é como relacionar esse processo de aceleração contemporâneo, pautado por novos conceitos e mecanismos, com a emergência de uma série de neoconservadorismos. Seriam eles fenômenos desvinculados, ou mesmo opostos? Afinal, um conservador ou um reacionário não seria, por natureza, contra a aceleração? Isso depende, novamente, de qual tempo estamos falando. Como a experiência tem mostrado e uma série de estudos vem analisando, o encontro da racionalidade neoliberal aceleracionista e o surgimento de neoconservadorismos é uma tônica contemporânea em diferentes países, como a Hungria, os Estados Unidos e, nem precisaria dizer, o Brasil. Noções como “pós-democracia”, “desdemocratização”, “pós-fascismo”, “populismo”, “neoliberalismo reacionário” surgem para tentar dar conta desse novo fenômeno, em sua variedade global (TRAVERSO, 2017; FRASER, 2017; BROWN, 2006; CROUCH, 2000). Visto a partir do Sul global, inclusive, esse nem seria propriamente um fenômeno novo ou deslocado, afinal na história dessa região tanto o liberalismo clássico como o neoliberalismo sempre implicaram formas de estados autoritários (BALLESTRIN, 2018; CONNEL, 2014).

De todo modo, pode-se pensar essa nova onda conservadora a partir de diferentes perspectivas. Antes de tudo, como reação à própria aceleração. Dados os limites psicológicos e físicos à aceleração, assim como o esvaziamento das dimensões de futuro do imaginário social, não é de estranhar que os indivíduos busquem ancoras temporais, voltando-se a referenciais legados pela tradição, como a nação, a família, a religião. Isso não esgota, todavia, a natureza do fenômeno. É preciso pensar que esse retorno implica também uma atualização dessas referências. No caso da religião, por exemplo, não há como dissociar a profusão das igrejas evangélicas e o papel que exerce a sua teologia da prosperidade. Ao mesmo tempo em que garante uma mínima ideia de comunidade a sujeitos cada vez mais precarizados, ela também os impulsiona a incorporar uma ética do empreendedorismo, que o

mercado tanto cobra desses indivíduos. Há, assim, um ajustamento entre os interesses e as necessidades, reconfigurando a igreja sob um cenário neoliberal, uma ética evangélica e o espírito do neoliberalismo.

Do mesmo modo, esse retorno conservador ajuda a promover a privatização não apenas na esfera econômica, mas também das outras esferas, como a social e a educacional, sob o signo renovado do núcleo familiar. Como afirmou Wendy Brown:

Expandir a “esfera pessoal e protegida” [a outras esferas] também é um meio de introduzir valores, ordens e reivindicações familiares em espaços públicos até então organizados por leis e normas democráticas. Por esse meio, o social e o público não são apenas *economizados* (ou *financeirizados*), mas também *familiarizados* pelo neoliberalismo: juntos, desafiam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão que definem o âmago da sociedade democrática moderna, permitindo que sejam substituídos pelo que Hayek chamou de "Valores morais tradicionais" da "esfera pessoal protegida (BROWN, 2018, p. 65).

A economização de todas as esferas sociais, que diferencia o neoliberalismo do liberalismo clássico, vem junto com esse processo recente de familiarização, acomodando os valores morais tradicionais com a dinâmica de empreendedorismo e da concorrência voraz da razão neoliberal. A família Trump ou a família Bolsonaro, assim como boa parte de seus seguidores mais fervorosos, tendem a se encaixar nesse novo padrão. Do mesmo modo, grupos sociais e econômicos que pareciam andar separados começam a convergir em função dessas afinidades eletivas de fundo que os ligam. A relação, por exemplo, entre o Escola Sem Partido e o grupo político-financeiro que encaminhou a reforma do ensino e a BNCC pode ser pensada sob essa ótica. Enquanto o ESP é mais barulhento e agressivo, os grupos financeiros do outro polo são mais articulados, silenciosos e eficazes no manejo e reestruturação da máquina pública, direcionando-a a uma nova racionalidade neoliberal. No entanto, achar que eles representam

coisas muito distintas, ou mesmo distantes, seria um grande equívoco. Afinal, a BNCC aprovada é tão conservadora quanto é forte o desejo do ESP de que o ensino seja privatizado pela demanda familiar. O controle que será promovido em relação à atuação dos professores pela reforma do ensino, graças aos mecanismos e às fundações de avaliação, é tão eficaz quanto são autoritárias as medidas desejadas pelo ESP.

Ainda que com modos de atuação e performances distintas, certos princípios de base orientam a convergência dessas forças políticas e energias sociais. A extensão da esfera privada a todas as outras esferas, na qual o indivíduo e a família são reconfigurados sob a lógica concorrencial da empresa, produz uma reestruturação sistêmica do lugar do ensino na sociedade, transformando-o tanto em um bem a ser capitalizado pelos fundos de investimento, como um serviço personalizado de acordo com os interesses de mercado e de reprodução familiar. Algo que se espelha, inclusive, nas categorias que organizam a sua dimensão pedagógica, como presente, por exemplo, nas “competências” que guiam o contrato celebrado pelo Instituto Ayrton Senna para a formação de professores em Goiás: “abertura ao novo”, “autogestão”, “amabilidade” e “resiliência moral”. Essa lista de competências poderia servir, hoje, tanto para abrir uma empresa como para formar um aluno. Afinal, como afirmam Dardot e Laval, “trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um ‘capital humano’ que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

A profunda desregulamentação causada pelo neoliberalismo, não apenas na ordem financeira, mas também no tecido social, produz essa nova onda conservadora, que, por sua vez, não deixa de operar em favor daquela mesma força que a produziu. Uma reencenação, nesse sentido, do drama analisado por Karl Polanyi



na década de 1940, quando da crise do capitalismo e a emergência dos fascismos (POLANYI, 2009). O breve e frágil casamento entre capitalismo e democracia parece estar em crise terminal. Em que medida esse tempo econômico-político pode ser lido como um “interregno”, como sugere Wolfgang Streek (STREEK, 2018), sinalizando uma transição em direção a formas ainda incertas, ou, então, como a sedimentação de uma nova forma de neoliberalismo autoritário, ainda é cedo para dizer. Afinal, junto com esse tempo de transição econômico-político, como foi dito no início, não deixam de existir outros tempos, como o tempo das lutas de reconhecimento das minorias e o tempo crítico do antropoceno.

Se o tempo do neoliberalismo tem se tornado hegemônico nas últimas décadas, vampirizando e submetendo outros tempos, a sua fase autoritária mais recente também não deixa de sinalizar as reações dos corpos precarizados que ela produz. Como afirmou Lorey, modos de subjetivação nem sempre são subsumidos nas demandas políticas e econômicas da “flexibilidade”, havendo sempre espaço para a emergência de outras subjetivações, não correspondentes à lógica de valorização neoliberal (LOREY, 2015, p. 116). Do mesmo modo, existem outras formas de solidariedade e de viver em comum para além das opções reacionárias atualizadas pelo neoliberalismo. Essas novas formas de subjetivações e de solidariedade políticas, que ainda se dão nas margens da governabilidade neoliberal, assim como das formas fordistas de organização de classe, como os sindicatos, guardam um potencial de abertura de futuro que não pode ser negligenciado. Do mesmo modo como escreveu Benjamin a Adorno, em meio às ruínas da Europa, podemos dizer que ainda há frentes a serem defendidas, assim como há tempos a serem transitados.



## **Tempos de transição e intenção autoral: questões para a história do pensamento político<sup>1</sup>**

*Antonio Cesar de Almeida Santos*<sup>2</sup>

Assim sendo, devemos refletir que nosso mundo tem origem no passado e que ele tornar-se-á incompreensível para nós se desconhecermos ou ignorarmos os seus componentes antigos. Estudar a história do pensamento político, por exemplo, é analisar, por via indireta, algumas de nossas próprias concepções, sobretudo para sermos capazes de perceber como as adquirimos (LOPES, 2009, p. 36).

Neste texto, procuramos apresentar alguns comentários acerca de dois instrumentos analíticos, tempo de transição e intenção autoral, ambos vinculados, respectivamente, às abordagens da História dos conceitos alemã (*Begriffsgeschichte*) e do contextualismo linguístico (ou “Escola de Cambridge”). Nosso interesse, voltado para a história do pensamento político, reside em avaliar a pertinência destes instrumentos para a realização de uma análise histórica fundada na relação entre presente e passado.

### **Tempo(s) de transição!**

Pode-se definir tempo de transição como sendo aquele que é distinto do que o antecede e que ainda não se transformou naquele

---

<sup>1</sup> Versão parcial deste texto foi apresentada no Simpósio Temático História Política e a sua escrita: temas, abordagens e problematizações, durante o XVI Encontro Regional de História (ANPUH/PR) – Tempos de transição, realizado na cidade de Ponta Grossa (PR), de 15 a 18 de julho de 2018.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Paraná.

que virá; todavia, não parece que ele possa ser confundido com o presente. Pensar em transição significa considerar a mudança, a passagem de um lugar, ou de um período, para o outro; a duração dessa passagem poderá ser longa, secular ou multissecular, ou curta, independentemente de sua intensidade.

O tema da transição traz à nossa consideração “um dos projetos de pesquisa coletivo que mais fortemente marcou a cena historiográfica alemã da segunda metade do século XX” (ASSIS; MATA, 2013, p. 12), o qual produziu uma extensa e importante obra, o *Geschichtliche Grundbegriffe* (GG) que, em seus oito volumes, abrange “cerca de 120 conceitos, compreendidos em mais de sete mil páginas; em média, os artigos têm cinquenta páginas, e as contribuições mais importantes são monografias que ultrapassam cem páginas” (RICHTER, 2006, p. 42).<sup>3</sup> Esta obra e a abordagem utilizada para produzi-la, a *Begriffsgeschichte*, tiveram grande repercussão em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil, onde existe um grupo de pesquisadores organizados em torno do Projeto *Iberconzeptos* (*Proyecto Iberoamericano de Historia Conceptual*), coordenado pelo espanhol Javier Fernández Sebastián.<sup>4</sup> O grupo de pesquisadores brasileiros publicou, em 2014, a obra coletiva intitulada *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, a qual permite avaliar a recepção que a História dos conceitos alemã tem recebido entre nós.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Trata-se de BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Eds.). *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexicon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Stuttgart: Klett-Cotta, 1972-1997, 8 vol. [Conceitos históricos fundamentais: um léxico histórico da linguagem política e social na Alemanha]. Para uma informação geral sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*, ver RICHTER (2006).

<sup>4</sup> O referido projeto desenvolveu-se a partir da VII Conferência Internacional de História dos Conceitos, evento criado pelo *History of Political and Social Concepts Group* (HPSCG) e realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 2004. Ver FERES Júnior (2014) e FERES Júnior e JASMIN (2007).

<sup>5</sup> A primeira edição do livro, publicado pela Editora da UFMG, em 2009, apresentava 10 verbetes, referentes à primeira fase do Projeto *Iberconzeptos*; para a segunda edição, a de 2014, foram acrescentados 10 novos verbetes, além de trazer uma “análise transversal” do conceito civilização. Ver FERES Júnior (2014, p. 8-11 e p. 13-23).

A obra alemã referida acima permanece inédita no Brasil, ainda que, em 2013, tenha sido publicada a tradução para o português de um de seus verbetes: *Geschichte, Historie* (História).<sup>6</sup> Nosso interesse, no entanto, não é o *Geschichtliche Grundbegriffe* e nem, propriamente, a abordagem que o produziu, ainda que alguns de seus aspectos teóricos e metodológicos venham a ser discutidos nas páginas seguintes. Neste momento, queremos apresentar alguns comentários que ajudem a elucidar o sentido que podemos atribuir à palavra transição e, para isso, entendemos que a discussão de um conceito inerente ao projeto que produziu a obra *Geschichtliche Grundbegriffe* será de grande valia.

Mencionamos acima que o verbete História, originalmente publicado no “léxico histórico da linguagem política e social na Alemanha”, recebeu uma tradução brasileira; os autores do prefácio da obra indicam que, para a Alemanha, a gestação do “moderno conceito de história” (*Geschichte*) teria ocorrido entre os anos de 1750 e 1850, “período que Koselleck já havia caracterizado como a *Sattel-Zeit*, a era da passagem”. Este termo recebeu de Arthur A. Assis e Sérgio da Mata, autores do referido prefácio, a seguinte explicação:

No Brasil e em outros países, difundiu-se a tradução nada evocativa “tempo de sela”. De fato, *Sattel* significa literalmente “sela”, mas o termo cunhado por Koselleck também se associa a *Bergsattel*, que se poderia traduzir por “passo de montanha”, “colo”, “porto” ou “portela”. Trata-se justamente de uma palavra que remete ao terreno, em região montanhosa, situado entre duas elevações e que serve de passagem uma à outra. O próprio Koselleck esclarece o significado do termo, ao mesmo tempo que chama a atenção para as suas limitações enquanto conceito organizador da interpretação histórica do mundo moderno (ASSIS; MATA, 2013, p. 11).

---

<sup>6</sup> Ver KOSELLECK, et al. (2013).

Em diversas ocasiões, Koselleck indicou o sentido que pretendeu conferir à palavra *Sattelzeit*, explicando que ela corresponderia ao

período de transição entre o início da modernidade e a modernidade propriamente dita na Alemanha, aproximadamente entre 1750 e 1850. [...] Inicialmente concebida como uma palavra-chave num projeto elaborado para obter recursos para o léxicon, este conceito acabou por obscurecer, mais do que fazer avançar, o projeto. Talvez *Schwelldenzeit* (o período liminar (*threshold period*)) tivesse sido uma metáfora menos ambígua. [...] O *Sattelzeit* não é nem uma noção ontológica, nem está amarrada a uma única linguagem nacional. Esta periodização é somente um meio de estreitar o foco do GG e tornar seus objetivos mais exequíveis. Pois este léxico busca determinar como os oradores alemães perceberam, conceituaram e incorporaram ao seu vocabulário aquelas mudanças aceleradas que aconteceram entre o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (KOSELLECK, 2006, p. 108-109; nosso destaque).

Estes comentários de Koselleck foram apresentados em 1992, em um simpósio ocorrido em Washington D. C., promovido pelo German Historical Institute. Pouco mais de uma década depois, em uma entrevista concedida aos pesquisadores espanhóis Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes, Koselleck reafirmou a fragilidade teórica desse conceito – *Sattelzeit* – devido a ele não aludir “de forma específica à aceleração, que é o aspecto crucial da experiência moderna do mundo”, acrescentando que “a principal característica daquela transição é a de que se abriu uma brecha profunda entre as experiências e as expectativas das pessoas da época” (SEBASTIÁN; FUENTES, 2006, p. 162 e 163).

Esse conceito, sem dúvida, provocou bastante discussão. John Pocock, por exemplo, revela que, em dada ocasião, tomou “emprestado o termo *Sattelzeit* do professor Koselleck”, afirmando:

o meu *Sattelzeit* – se o termo me é permitido – vai do início de 1780 até o início de 1830 e foi proposto como aquele no qual o discurso genericamente *Whig* do século XVIII, com suas raízes nos séculos XVII e XVI, cedeu lugar ao discurso genericamente vitoriano do século XIX, boa parte do qual não revelava raízes evidentes no período anterior (POCOCK, 2006, p. 93-94).<sup>7</sup>

Pocock informa que adotou o termo em questão em substituição a uma “imagem” que ele estava querendo utilizar, a de uma “configuração moderna inicial (*early modern*) dando lugar a uma moderna”, com um sentido muito particular, o de delimitar o campo de estudos de sua eleição, o referido “período moderno inicial”. Contudo, ele ressalta que, conforme a compreensão que veio a construir posteriormente, “o meu *Sattelzeit* difere do dele [Koselleck], está situado em uma história concebida diferentemente e é motivo para um conjunto bastante diverso de hipóteses”. Além da óbvia situação de ambos trabalharem com histórias nacionais diferentes, Pocock ponderou que:

Se havia justificativa para que eu lhe tomasse emprestado o termo *Sattelzeit* – e talvez não houvesse –, foi porque tal termo poderia ser adaptado de modo útil à história britânica e usado para expressar coisas sobre essa história, e não sobre a história alemã. O *Sattelzeit* britânico que me aventurei a esboçar era um no qual havia um crescente discurso da população e da indústria, um crescente discurso da classe trabalhadora estudada por E. P. Thompson e Gareth Steadman Jones, um crescente discurso das classes profissionais estudadas por Harold Perkin. Estes discursos interagiram com aqueles surgidos desde o período das guerras civis do século XVII, modificando-os profundamente sem torná-los obsoletos (Ibid., p. 94-95).

Outro interessado nos pressupostos teóricos da *Begriffsgeschichte*, o cientista político Melvin Richter, afirma que “o período chamado por Koselleck de *Sattelzeit*” estaria

---

<sup>7</sup> O texto de John Pocock foi apresentado no mesmo simpósio ocorrido em Washington D. C., em 1992, promovido pelo German Historical Institute.

caracterizado por profundas “mudanças de linguagem”, que tanto “conceituaram transformações nas estruturas governamental, social e econômica, como ajudaram a produzir determinadas reações a elas”. Quer dizer, conforme Richter, Koselleck trabalhava com a hipótese de que “os vocabulários políticos e sociais alemães foram transformados em velocidade acelerada e em determinadas direções específicas”, durante o período compreendido pelos anos de 1750 e 1850 (RICHTER, 2006, p. 44). Nesta mesma direção, James van Horn Melton reafirma que a tese central do *Geschichtliche Grundbegriffe* era a de que “a linguagem social e política sofreu uma transformação fundamental durante o período de 1750 a 1850”, de maneira que “um objetivo explícito do léxico é descrever como, no curso daquela era de transição (que Koselleck chamou de *período de sela*), as estruturas da velha Europa se dissolveram e a modernidade emergiu” (MELTON, 2006, p. 67; itálicos no original).

Como é possível perceber, o termo criado por Reinhart Koselleck serve para delimitar um período da história alemã, situado entre 1750 e 1850. Ele foi utilizado para tornar possível a construção teórica de “uma linha de ruptura interna no desenvolvimento dos conceitos”, o que ocorre “em conformidade com o sistema de transformações sociais e políticas da era das revoluções” (CHIGNOLA, 2007, p. 51). Pode-se dizer, então, que “Koselleck, de fato, distingue dois horizontes conceituais incomensuráveis entre si, despregados no tempo e separados pelo *Sattelzeit*” (PALTI, 2007, p. 60): o período pré-moderno e o moderno (contemporâneo), ambos separados pelo referido tempo de transição.

Nosso propósito com a exposição dos argumentos apresentados nos parágrafos acima é o de colocar em discussão o conceito de transição, uma palavra que parece ter um significado transparente, compartilhado por todos, inclusive por nós. Todavia, pensamos que sempre é necessário termos a exata compreensão dos significados das palavras que utilizamos. Em parte, esta



preocupação é similar à que Melvin Richter desenvolveu sobre o termo “comparação”, ao questionar se o seu significado “nos dias de hoje é o mesmo daquele do século XVIII”. Ao buscar a definição do termo na *Enciclopédia*, Richter encontrou dois registros: “um desses verbetes pertencia ao ramo da retórica” e o outro “estava classificado como filosófico-lógico”. Neste último, o cavaleiro de Jaucourt, autor do verbete, apresentava uma “teoria filosófica” que havia sido

adaptada do *Essay on Human Understanding* de John Locke, em que esse autor classifica a “comparação” como uma das operações básicas da mente humana. Isso me deu uma compreensão inteiramente diferente daquilo que as pessoas no século XVIII estavam fazendo quando diziam que comparavam (FERES Júnior; OIENI, 2006, p. 122).

Como pudemos acompanhar, os autores acima mencionados entendem o conceito de transição como fazendo referência a um período cronologicamente delimitado, que separa dois outros períodos, um que o antecede e outro que o sucede. Ele também é um instrumento analítico construído pelo pesquisador, de acordo com as questões que se pretende abordar, ou seja, não é um dado *a priori*.

Nos quadros da civilização ocidental, o fim do século XVIII e o início do XIX aparecem como um desses momentos tormentosos e fecundos em que se acelera significativamente o tempo histórico: o movimento revolucionário promove a demolição progressiva do Antigo Regime e a construção das novas instituições do Estado da época contemporânea. [...] Da França, o vendaval se expande para toda a Europa e para o Novo Mundo. [...] O processo varia grandemente no tempo e no espaço, mas no conjunto todo o arcabouço do velho regime político e social é revolvido, e a pouco e pouco se transfigura a paisagem do mundo ocidental: é efetivamente uma nova fase da história que se inaugura. [...] afrouxam-se os laços de vinculação que prendiam as colônias ultramarinas às metrópoles europeias; e finalmente

consuma-se a separação, as colônias tornam-se independentes, e o Antigo Sistema Colonial se dissolve (NOVAIS, 1995, p. 3-4).

Com essas palavras, Fernando Antônio Novais criava, nos anos 1970, um *Sattelzeit* para a história do Brasil, ou melhor, o seu *Sattelzeit*, diferente dos antes mencionados e de tantos outros possíveis, como o de François-Xavier Guerra, que buscou uma nova compreensão dos processos de independência ocorridos na América espanhola, pela abordagem da História intelectual.<sup>8</sup> Conforme Elías José Palti, apesar de Guerra adotar uma “perspectiva dicotômica que opõe modernidade e tradição, como se tratassem de duas totalidades coerentes, claramente delimitadas e homogêneas”, ele construiu “sua própria versão do *Sattelzeit*, que coincide, em suas linhas fundamentais, com a versão de Koselleck” (PALTI, 2007, p. 63).

Em uma outra chave interpretativa, no lugar de considerar as balizas de 1777 e 1808 como delimitadoras de um período de transição para a formação da nação brasileira, como propôs Novais, poderíamos considerar um outro *Sattelzeit*, demarcado pelos anos de 1808, quando a corte se instala na cidade do Rio de Janeiro, e 1822, quando ocorre a separação do Brasil de Portugal. Este último marco, aliás, poderia ser estendido até 1831, quando da abdicação de D. Pedro I. Nesse sentido, ainda que João Paulo Garrido Pimenta, ao discutir o movimento de independência como um “movimento revolucionário”, não tivesse a preocupação de identificar a existência de um período de transição, ele, ao procurar historicizar o “conceito ‘revolução’ em meio ao próprio processo de independência”, aponta que,

Nas primeiras décadas do século XIX, no universo político e linguístico português e luso americano, o vocábulo ‘revolução’ ainda não se encontrava plenamente estabelecido em seu sentido

---

<sup>8</sup> Elías José Palti (2007, p. 62-65) apresenta um rápido comentário acerca de ideias expostas em GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

moderno, isto é, referindo-se a um movimento de subversão da ordem estabelecida e criador de uma realidade nova inesperada e imprevisível (PIMENTA, 2009, p. 55-56).

Todavia, Pimenta percebe que a utilização do termo “como ferramenta de transformação da realidade resultaria em uma concepção própria daquele processo histórico” (Ibid., p. 55), tornando possível afirmar que

no contexto ampliado da independência, o conceito de “revolução” operava de modo muito ativo, dinâmico e, de todos os modos, fortemente politizado. A história de tal conceito possui lastros especificamente portugueses, bem como outros genericamente ocidentais, sendo que, ao se aproximar do auge da crise do Império Português da qual resultaria a formação do Brasil, parece haver, também, uma mediação tipicamente “americana” de seus conteúdos (Ibid., p. 60).

Mesmo implicitamente, é possível identificar, na argumentação de Pimenta, um “contexto” específico – que se conforma a um período de transição – no qual o conceito de revolução vai adquirindo seu significado hodierno.

Em vista do período de transição ser uma construção teórica, fica explícita a existência de uma distância temporal separando o pesquisador (historiador) do recorte cronológico que ele propõe. Aparentemente, esta distância é necessária para que ele possa perceber o antes e o depois do período de transição; certamente, a distância é relativa, apesar de indispensável. Ela é, antes de tudo, um distanciamento teórico, pois o período que se quer focar precisa ser mediado pela teoria (hipótese) formulada pelo historiador.

O título deste texto traz dois termos que consideramos essenciais para a realização de uma investigação sobre o pensamento político de uma época: transição e intenção (igualmente representantes de distintas propostas metodológicas). Como já indicamos, esses termos remetem a duas abordagens que

vem ganhando terreno nos estudos desta área: de um lado, como vimos acompanhando, a História dos conceitos alemã, conforme proposta por Reinhart Koselleck (a *Begriffsgeschichte*); de outro, a “Escola de Cambridge”<sup>9</sup>, que está principalmente associada aos nomes de Quentin Skinner e John Pocock.

Para o momento, parece-nos que a questão do período de transição ficou razoavelmente desenvolvida; apresentemos, então, alguns comentários acerca de intenção autoral.

### **“Motivos, intenções e interpretação”<sup>10</sup>**

Para tratar de intenções, vamos iniciar com a narrativa de um pequeno episódio presenciado pelo autor deste texto: há alguns anos, estava em um restaurante, para almoçar. Ocupei uma mesa perto do caixa, onde uma senhora estava recebendo os pagamentos. Passado algum tempo, ela se afastou de seu lugar e gritou em direção ao fundo do restaurante: ‘José, estou sem troco!’. Em seguida, retornou para o caixa. Poucos minutos depois, o José (presumo que fosse ele) veio caminhando desde o fundo do restaurante com uns pacotes de moedas nas mãos; entregou-os para a senhora do caixa e retornou para onde estava antes. Eu observei e continuei almoçando.

Como se vê, um episódio banal, retratando uma situação comum e, de certo modo, similar a muitas outras. Não a situação

---

<sup>9</sup> “Escola de Cambridge” é um termo que tem sido utilizado para designar um grupo de investigadores que, desde os anos 1960, dedicam-se “sistematicamente ao projeto de recuperar o pensamento republicano do início da era moderna” (PALTI, 1999, p. 269). O termo, contudo, é esquivo e, conforme Elías José Palti (Ibid., p. 263), Quentin Skinner nunca fez uso dele; John Pocock, entretanto, utilizou o termo em dois ensaios publicados em 2006 e 2008 (ver RABASA, 2011, p. 158). Conforme João Feres Júnior (2005, p. 655) a metodologia desse grupo de investigadores “foi posteriormente rebatizada pelo próprio Skinner de abordagem collingwoodiana”. Por sua vez, Mark Bevir (2008, p. 62) identifica a abordagem de Skinner como “convencionalista”. Neste texto, vamos utilizar o termo contextualismo (ou contextualista) para nos referir a essa abordagem, considerando sua referência a um dado contexto intelectual (ou linguístico).

<sup>10</sup> Utilizamos o título de um artigo de Quentin Skinner, conforme publicado em SKINNER (2005, p. 127-144).

em si (a nossa proverbial falta de troco), mas a ação comunicativa estabelecida entre duas pessoas. Porém, esse episódio pode ajudar a compreender o que se designa por “atos de fala”, objeto que mereceu a atenção de John Austin e sua “filosofia da linguagem ordinária”. Para Austin, o estudo da linguagem deve levar em conta “o contexto social e cultural no qual é usada”, pois a “linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada”. Neste sentido, “não há mais uma separação radical entre ‘linguagem’ e ‘mundo’, porque o que consideramos a ‘realidade’ é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos” (SOUZA Filho, 1990, p. 10).

O que foi colocado em causa pela filosofia da linguagem de Austin, e por Ludwig Wittgenstein, é a própria noção de significado, o qual se desloca da mera análise dos elementos constituintes de uma frase para o uso que se faz dela: “uma das principais consequências desta nova concepção de linguagem consiste no fato de a análise da sentença dar lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções” (Ibid., p. 11).

A teoria dos atos de fala elaborada por Austin é um dos pilares da metodologia de Quentin Skinner. Para ele, a chave para a interpretação daquilo que alguém terá dito, está no uso que esta pessoa faz das palavras (da linguagem), afirmando que devemos nos

concentrar no uso a que estão sujeitos no contexto de determinados jogos de linguagem e, mais genericamente, no interior de certas formas de vidas.<sup>11</sup> Menos de uma década depois de Wittgenstein ter lançado este desafio, o qual marcou

---

<sup>11</sup> A propósito desta passagem, veja-se o comentário de Marcos Bagno (2013, p. 127; destaques no original): “Aderindo ao nominalismo radical de Wittgenstein, postulamos que ‘todo conceito é uma palavra’, porque ‘toda palavra é um conceito’. Não há possibilidade de experiência-conhecimento fora da linguagem, que nos constitui. O conceito-palavra, isto é, o signo, é uma forma de vida (*Lebensform*) decorrente da atividade (*Tätigkeit*) daqueles que a empregam”.

uma época, J. L. Austin retomou-o perguntando, no seu *How to Do Things with Words*<sup>12</sup>, o que é que significa exactamente investigar o uso das palavras como sendo o oposto dos seus significados, e, conseqüentemente, o que é que significa dizer que as palavras são também acções (SKINNER, 2005, p. 145).

A expressão acima “as palavras são também acções” é uma apropriação que Skinner fez de uma proposição de Wittgenstein: *words are deeds*. Em publicações brasileiras de textos de Skinner, em que essa expressão aparece, a palavra inglesa *deeds* tem sido traduzida<sup>13</sup> por “atos”, termo que parece ser mais adequado, devido à sua polissemia. Assim, traduzir *words are deeds* como “palavras são atos” é mais fiel ao que Wittgenstein pretendeu dizer, à medida que o termo *deeds*, ainda que signifique uma ação ou um ato, no sentido de algo que foi ou que está sendo realizado, também é empregado para designar um contrato, um documento legal, estabelecendo direitos entre as partes; quer dizer, é algo que envolve mais de uma pessoa (cf. OXFORD, 1988, p. 209). Esta última definição também aparece para o termo “ato”, em português,<sup>14</sup> o que não ocorre com “ação/acção”, termo mais diretamente ligado ao significado de agir, ainda que o termo ação já tenha sido utilizado para designar um relatório ou uma ata de reunião (cf. HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 336 e p. 41-42). A propósito, Danilo Souza Filho (1990, p. 9) indica que Austin defendia o “ato de fala, a interação comunicativa propriamente dita, como tendo um carácter contratual ou de compromisso entre partes”.

---

<sup>12</sup> O texto de John L. Austin foi publicado no Brasil, em 1990, com tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho, sob o título *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*, que é bastante semelhante ao título da tradução francesa, publicada em 1970: *Quand dire, c'est faire*.

<sup>13</sup> Embora em outro contexto, a observação de Melvin Richter (2007, p. 29), que a “tradução é um processo complexo de comunicação intercultural”, mostra-se pertinente à discussão que está sendo apresentada. Neste sentido, deve-se considerar que a tradução é uma forma de “ressemantização” de conceitos (ou de palavras), “que ocorre com o seu transporte e a sua adaptação a outras comunidades de falantes e a outros contextos sociais e políticos” (FERES Júnior e JASMIN, 2007, p. 14).

<sup>14</sup> Sobre o significado da palavra “ato”, há cinquenta anos, em 13 de dezembro de 1968, foi baixado o Ato Institucional nº 5.

Com a expressão *words are also deeds*, Skinner (2010, p. 14-15) pretendeu designar que uma pessoa, ao se manifestar, deverá provocar algum “tipo de intervenção” no contexto em que está inserida; quer dizer, ela realizará um ato comunicacional, o qual poderá ser uma resposta ou gerar uma resposta, seja ela qual for, a indiferença, inclusive. Ou seja, “caso queiramos compreender uma afirmação, devemos procurar captar algo que esteja além do sentido dos termos utilizados para a exprimir”. Nesta direção, torna-se necessário “captar a *força específica*” que um determinado sujeito procurou atribuir à sua manifestação (SKINNER, 2005, p. 146; *italico no original*).

O principal objectivo de Austin era clarificar a ideia do “uso da linguagem” na comunicação. Daí que tenha colocado a ênfase no facto de os autores dos discursos serem capazes de explorar a dimensão da *força ilocutória* – como o título do seu livro sugere – de forma a conseguir fazer coisas com as palavras (Ibid., p. 147-148; *nosso destaque*).

A compreensão acerca do objetivo visado por Austin, conduziu Skinner a defender que

aquilo que liga a dimensão ilocutória da linguagem ao desempenho de actos ilocutórios são – como acontece com todos os actos voluntários – *as intenções do autor*. [...] Como Austin claramente refere, para recuperar a força ilocutória pretendida com uma dada afirmação e, desse modo, a natureza do acto ilocutório levado a cabo pelo agente, aquilo que precisamos de compreender é o sentido que essa afirmação, nesse exacto momento, “era suposto ter assumido” (Ibid., p. 148; *nosso destaque*).

Talvez, agora, seja o momento de retomarmos aquele simplório episódio narrado alguns parágrafos acima. Porém, antes, torna-se necessário indicar que Austin distingue três tipos de “atos linguísticos”: atos locucionários (locução), atos ilocucionários (ilocução) e atos perlocucionários (perlocução). O ato de

simplesmente “dizer algo” configura um ato locucionário, o qual, entretanto, pode conter um ato ilocucionário, ou seja, um “sentido” particular que se queira conferir a determinada locução (advertir, sugerir, ordenar etc.). Assim, o primeiro configura-se como “um ato **de** dizer algo”; o segundo, “um ato **ao** dizer algo”. Por sua vez, o ato perlocucionário traduz-se pelos “efeitos ou conseqüências” decorrentes dos atos locucionários ou ilocucionários. Austin também considera a possibilidade de se identificar no uso de determinadas palavras uma “força ilocucionária”, com o sentido de advertir, sugerir, ordenar, perguntar etc. Tal força expressa a intenção do sujeito que está se pronunciando (AUSTIN, 1990, p. 85-94; negritos no original).

Então, no caso do referido episódio,

- a. temos um contexto (um restaurante na hora do almoço) e um ato comunicativo;
- b. uma pessoa (a senhora do caixa) diz algo: “estou sem troco!”;
- c. o sujeito a quem ela se dirigiu, realizou uma ação: saiu do lugar que ocupava e levou até a senhora que estava no caixa sacos de moedas (dinheiro trocado).

A frase (locução) “estou sem troco!” poderia ser dita em várias ocasiões, inclusive poderia ser apenas uma frase constativa, sem qualquer outra implicação. O contexto, contudo, interfere no sentido dado à frase, e a tal senhora logra sucesso com aquilo que pretendeu dizer/fazer: “João, traga troco para mim!”. Sua intenção (a de pedir dinheiro trocado), significada pelo contexto, conferiu uma “força ilocucionária” ao seu ato locucionário que, sendo compreendida (a intenção) pelo outro funcionário do restaurante, conseguiu mobilizá-lo. Em relação a este funcionário, pode-se dizer que a sua ação propriamente dita (levar troco até o caixa) traduz um ato linguístico perlocucionário: ela me pediu/ordenou que levasse troco até ela. Aqui, as palavras-chave, por assim dizer, são: contexto, força ilocucionária (ou força ilocutória) e intenção, sendo que as duas últimas estão estreitamente relacionadas: o que se



pretendeu “ao dizer algo” (ilocução), expressa a intenção de quem se pronunciou.

Como já mencionado, a teoria do atos de fala de John Austin e as ideias de L. Wittgenstein sobre linguagem embasam grande parte da metodologia proposta por Quentin Skinner para o estudo do pensamento político.<sup>15</sup> Ele defende a necessidade de se procurar identificar a “força ilocutória” que um autor imprimiu, ou quis imprimir, ao seu texto, que é o veículo de suas ideias e de sua intenção. João Feres Júnior, porém, não crê na possibilidade desta operação, pois, segundo entende,

todo o edifício da metodologia skinneriana se assenta sobre um erro, qual seja, o de trabalhar com a premissa, presente em todos os seus trabalhos sobre metodologia, de que comunicação oral e comunicação textual não são significativamente diferentes, ou melhor, com a premissa de que uma teoria desenhada para a análise dos atos de fala pode ser simplesmente aplicada, sem maiores adaptações, à interpretação de textos (FERES Júnior, 2005, p. 656-657).

A crítica de João Feres Júnior precisa ser considerada a partir de suas perspectivas de investigação, que privilegiam “a valorização do estudo da recepção dos textos” (Ibid., p. 674), em detrimento de uma investigação do contexto em que determinados textos foram produzidos, como propõe Skinner. Para a abordagem de Feres Júnior, a “intenção autoral”, elemento crucial para a metodologia contextualista defendida por Skinner, é liminarmente rejeitada. Como estamos indicando, a metodologia de Skinner pressupõe a identificação daquilo que um autor desejou realizar quando expressou-se de determinada maneira, ou seja, busca-se identificar a “intenção” do autor. Para isso, é essencial a reconstrução do contexto de produção e de utilização das

---

<sup>15</sup> Sobre outras influências reconhecidas por Quentin Skinner em seu trabalho, ver SANTOS (2018).

palavras/ideias que, de algum modo, foram registradas e circularam em uma dada sociedade.

Entendemos que a força ilocutória – e a intenção autoral – de um determinado texto pode ser identificada se, de fato, buscarmos o contexto de sua produção, como ficou demonstrado, por exemplo, no estudo que Skinner realizou sobre a construção do conceito de liberdade empreendida por Thomas Hobbes. Skinner demonstra que, em vista dos acontecimentos políticos que a Inglaterra vivenciava, em meados do século XVII, que incluíram a execução do rei Carlos I, em janeiro de 1649, Hobbes deixou de lado a discussão que vinha construindo sobre a liberdade no mundo físico e passou a se concentrar no estudo da liberdade política. Essa mudança ocorreu em um contexto marcado por intensa circulação de discursos e de outros papéis que defendiam diferentes concepções de liberdade (SKINNER, 2010, p. 35 e seguintes). Foi sob estas condições que Hobbes apresentou “uma nova definição de liberdade”, na edição do *Leviatã* de 1651, sendo que sua posição foi vista como “um poderoso ataque contra vários dos novos oponentes da soberania absoluta que haviam alcançado uma proeminência fatal na Inglaterra durante o período que se seguiu à publicação de *Do Cidadão* em 1642” (Ibid., p. 134-135).

Para este mesmo período, Eunice Ostrensky, que discutiu a circulação de teorias políticas no contexto inglês de meados do século XVII, pode nos ajudar em pensar na viabilidade de se identificar a força ilocutória, ou a intenção, de um determinado autor. Ela se refere, por exemplo, à “obsessão” de Robert Filmer, um ferrenho defensor do absolutismo, em “combater doutrinas consideradas novas”; sua combatividade caracterizou-o como estando em “constante atrito com os teóricos de seu tempo”, expressando em seus textos “não um sistema filosófico dedutivo, mas um comentário crítico” (OSTRENSKY, 2005, p. 132-133). A intenção de Filmer, ao dar publicidade aos seus textos, era a de apresentar respostas àqueles que defendiam o cerceamento das prerrogativas do rei frente ao Parlamento.

Eunice Ostrensky também entende que a metodologia contextualista permite trazer “à superfície, não apenas as teorias que nos servem, como ainda as que já foram abandonadas”, ressaltando serem estas últimas as que

iluminam problemas ou temas sempre evocados, mas talvez pouco compreendidos, em face de um certo menosprezo de parte da teoria contemporânea às circunstâncias políticas e aos discursos que lhes fizeram face, e que lhes conferem, no fim das contas, seu sentido e seu propósito originais. Por isso, é possível interpretar muitas das grandes obras de filosofia política como respostas a discursos que o filósofo considera incoerentes ou contraditórios, ou reflexões sobre momentos de ruptura (Ibid., p. 30-31; nosso destaque).

Como enunciado por Skinner, ao final dos anos 1960, o propósito desse contextualismo foi o de se constituir em uma alternativa “à história das ideias clássica”, principalmente quando esta estava sendo produzida no âmbito de uma história da filosofia que buscava estabelecer coerência no desenvolvimento das ideias políticas. Quentin Skinner referiu-se à “missão” desses historiadores tradicionais das ideias com irônica simplicidade, dizendo que eles se dedicavam a “estudar e interpretar um cânone de textos clássicos”, explorando a “sabedoria intemporal” e as “ideias universais” contidas nesses textos clássicos (SKINNER, 2005, p. 81).<sup>16</sup> Essa crítica, porém, não significou o abandono de obras canônicas; a proposta de Skinner, para o estudo de tais textos, é a de agregar a eles outros materiais que deem conta do pensamento e do vocabulário político da sociedade no interior da qual tais textos foram produzidos. Neste sentido, Pierre

---

<sup>16</sup> Esta formulação de Skinner circulou originalmente em artigo publicado na revista *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 489-509, 1969. Em 2001, o texto foi republicado no volume 1 de *Visions of politics* (Londres: Cambridge University Press, p. 57-89), com a observação de tratar-se de uma “versão muito abreviada e revista” do original (SKINNER, 2005, p. 81). Recentemente, foi publicada, no Brasil, uma tradução desse texto de 2001, revisado pelo autor; ver SKINNER (2017). O primeiro volume de *Visions of Politics* ganhou uma tradução portuguesa, em 2005, ver SKINNER(2005).

Rosanvallon (2010, p. 45), ao se referir a essa abordagem, entende que ela, ao mesmo tempo em que considera os “grandes textos teóricos”, dá atenção “às obras literárias, à imprensa e aos movimentos de opinião, panfletos e discursos parlamentares, emblemas e signos”. Aliás, a já mencionada Eunice Ostrensky, argumenta que o grande “número de jornais e panfletos nas ruas” londrinas mostrava que diversas pessoas debatiam as questões que envolviam a disputa entre o Parlamento e o rei: “proliferam os pregadores, confessores ou casuístas, e não há a quem denunciá-los” (OSTRENSKY, 2005, p. 198).

Se considerarmos que essa busca por outros materiais que auxiliem a situar as ideias e o vocabulário que estão sendo analisados como sendo mais do que uma mera ação de agregar outras fontes para o estudo que se está realizando, podemos enxergar aqui o mecanismo que permite alcançar a força ilocutória presente nos textos de um dado autor. Conforme Skinner,

Quando fazemos uma afirmação que tenha significado, é possível que consigamos desempenhar ao mesmo tempo actos ilocutórios como prometer, alertar, suplicar, informar e por aí fora. A forma como Austin normalmente coloca a questão é dizer que quando “entendemos” a força ilocutória de uma afirmação isso significa compreender aquilo que seu autor “estava a fazer” ao exprimir-se daquela maneira (SKINNER, 2005, p. 139).

A expressão “estava a fazer”, na citação acima, é o que indica a intenção do autor. Assim, o primeiro passo é considerar que um dado texto, ou melhor, que as ideias nele contidas estão sendo endereçadas a um público contemporâneo ao autor, como foi indicado na situação de Robert Filmer, acima. As ideias não estão sendo produzidas para ficarem encerradas até serem expostas em um futuro qualquer. Por exemplo, também conforme Eunice

Ostrensky, um tratado escrito por Dudley Digges<sup>17</sup>, em 1642, “hoje nos ajuda a compreender o papel de Hobbes entre seus contemporâneos, além de lançar luz, com seu apelo significativamente popular”, a ideias veiculadas em *Do Cidadão e Leviatã* (OSTRENSKY, 2005, p. 208). Ou seja, as ideias expressas por Hobbes nos textos mencionados estavam sendo recebidas por um público de seu tempo, que reagiu às suas concepções políticas, apoiando, discordando ou ignorando. O próprio Hobbes apresentou suas ideias movido pelo desejo de expressar concordância ou discordância a proposições políticas com as quais estava se defrontando.

Hobbes não apenas apontou a fraqueza das doutrinas dos direitos e da liberdade, [...] mas sobretudo conservou o vocabulário legal ou jurídico dos direitos e liberdades para se movimentar mais na direção do absolutismo do que na da insistência convencional das limitações constitucionais sobre o poder político (POCOCK, 1996, p. 161-162, apud OSTRENSKY, 2005, p. 242)

É possível perceber, neste contexto intelectual, a existência de uma relação dialógica, ou um debate, se assim preferirmos dizer, que contempla os atos ilocutórios mencionados por Skinner e que possibilitam identificar a intenção do autor. Também é valorizado o vocabulário político da época, o qual, até meados do século XVII, era “tributário das Escrituras” e disseminado, principalmente, por intermédio de “homílias e catecismos” (OSTRENSKY, 2005, p. 48). Em relação à importância do vocabulário de uma dada sociedade, John Pocock e Quentin Skinner entendem que “as novidades linguísticas sempre devem legitimar-se de acordo com as linguagens pré-existentes”; esse cuidado garante que os novos sentidos sejam “compreensíveis e articuláveis dentro do vocabulário disponível” (PALTI, 2005, p. 336; nossa tradução).

---

<sup>17</sup> Dudley Digges tomou o partido do rei, na disputa entre este e o Parlamento. O tratado em referência foi redigido em 1642, com o título *The unlawfulness of subjects taking up armes against their sovereigne in what case soever*. (ver OSTRENSKY, 2005, p. 13 e p. 208).

Ainda que, atualmente, possamos fruir das ideias de Hobbes, tomando-o como formulador de uma teoria sobre a soberania do Estado, verificamos que suas ideias não são intemporais, e que elas foram expostas com a intenção de apresentar “uma reação consciente à teoria republicana da liberdade” (SKINNER, 2010, p. 193-194). Assim, se pudermos reconstruir os debates nos quais as ideias de um autor estão sendo divulgadas, poderemos alcançar a intenção autoral e, com isso, construímos uma interpretação mais fiel acerca do pensamento do autor com o qual estamos trabalhando.

### **Análise histórica: transição, intenção e reflexão**

O historiador do pensamento pode nos ajudar a apreciar até onde os valores incorporados em nosso atual modo de vida, e nossas atuais maneiras de pensar sobre esses valores, refletem uma série de escolhas feitas em épocas diferentes entre diferentes mundos possíveis. Essa consciência pode ajudar a libertar-nos do domínio de qualquer uma das explicações hegemônicas desses valores e de como eles devem ser interpretados e compreendidos (SKINNER, 1999, p. 93).

O acima mencionado João Feres Júnior, ao propor discutir “a contribuição metodológica de Quentin Skinner”, enfatizou que o historiador inglês, apesar de ter obtido sucesso em abrir “um espaço amplo para o exercício do historicismo linguístico dos collingwoodianos<sup>18</sup>, isto é, para o estudo das *ideias em contexto*”, adotou uma posição que o impede de perceber que “as linguagens políticas do presente são continuamente empregadas na reconstrução do passado e na projeção do futuro”, concluindo que “uma disciplina que se propõe a interpretar o pensamento político não pode evitar o debate político do presente”, que é o que torna

---

<sup>18</sup> Marcos Antônio Lopes (2009, p. 187) faz referência à “lição bastante singela de Collingwood: conceitos devem ser compreendidos em seu próprio lugar de elaboração bem como em meio às mudanças e/ou às deformações pelas quais passam no tempo”.

possível “a politização da atividade interpretativa” (FERES Júnior, 2005, p. 656 e p. 675; *itálico no original*). De modo semelhante, Pierre Rosanvallon também critica a abordagem de Skinner por considerar que ela apresenta uma limitação provocada “pela falta de distinção adequada entre o problema dos temas perenes da filosofia e aquele resultante das questões contemporâneas relevantes” (ROSANVALLON, 2010, p. 62).

As críticas de Rosanvallon e de Feres Júnior parecem ser uma forma elegante de acusar o historiador inglês de menosprezar problemas políticos contemporâneos. Mas suas posições provavelmente derivam de uma má compreensão do que Quentin Skinner entende por “análise histórica” que, para ele, é um instrumento necessário à reflexão sobre o nosso presente, apontando inclusive para a possibilidade de modificá-lo. Nesse sentido, torna-se interessante mencionar o comentário que ele dirigiu aos pressupostos metodológicos de Geoffrey Elton:

A principal razão que pode ter levado Elton a valorizar a técnica sobre o conteúdo parece ser profundamente irônica: o medo de que a análise histórica nos possa transformar, ajudando-nos a reflectir mais sobre a nossa sociedade e sobre a possibilidade de a modificar e reorganizar. Embora isso me pareça estranho tendo em conta que se trata de uma pessoa que dedicou toda sua vida ao ensino, Elton tentou claramente impedir que tal acontecesse. É muito mais seguro insistir que na vida só contam os factos (SKINNER, 2005, p. 37-38; nosso destaque).

A defesa da “análise histórica” como instrumento de transformação social pela reflexão que provoca também pode ser observada no ensaio *Liberdade antes do liberalismo*, no qual Skinner pretendeu questionar a “hegemonia liberal” exercida pelo thatcherismo, durante a década de 1980, na Inglaterra. Para mostrar que a concepção de liberdade defendida pelo “liberalismo clássico”, no século XIX, havia triunfado sobre outras ideologias que tiveram suas formulações ainda no século XVII, ele fez uma incursão ao “mundo intelectual que perdemos”, apontando para as

concepções antagônicas de liberdade que foram debatidas no meio político inglês, as quais, presentemente, poderiam ser recuperadas (SKINNER, 1999, p. 9-10 e, especialmente, p. 85-95).

A propósito dessa preocupação com a reconstrução dos processos por intermédio dos quais determinadas concepções políticas prevalecem sobre outras, já havia sido destacada uma frase de Eunice Ostrensky, na qual ela afirma que em nosso trabalho de investigar determinados contextos intelectuais poderemos trazer “à superfície não apenas as teorias que nos servem, como ainda as que já foram abandonadas” (OSTRENSKY, 2005, p. 30). Ou seja, a análise histórica nos ajuda a compreender as forças que atuaram para que esta ou aquela concepção pudesse alcançar uma posição hegemônica e, ao mesmo tempo, aponta outros ideários possíveis. Conforme argumentou Skinner, ao final do ensaio mencionado acima, nós acabamos por adotar um ponto de vista em relação à liberdade; não obstante existirem “condições suficientes para este resultado”, realizamos uma escolha e, se nos interessar saber se foi a correta, precisamos saber quais concepções foram colocadas de lado (SKINNER, 1999, p. 95).

A relação entre presente e passado parece ficar mais evidente na proposta metodológica de Reinhart Koselleck, talvez porque fique explícito que o objetivo do *Geschichtliche Grundbegriffe* é investigar os processos de construção dos sentidos daqueles conceitos fundamentais que permitiriam aos alemães compreenderem e avaliarem o mundo em que vivem.

No início deste texto, fizemos referência ao projeto *Iberconceptos*, coordenado pelo espanhol Javier Fernández Sebastián. O projeto foi inspirado pela História dos conceitos alemã e já publicou, entre outras obras, dois volumes de um dicionário que procura explorar a constituição de um vocabulário político e social do mundo iberoamericano.<sup>19</sup> Em 2009, foi publicado o primeiro volume – *Diccionario político y social del mundo*

---

<sup>19</sup> Para maiores informações, consultar <http://www.iberconceptos.net/>



*iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850* –, que trouxe “as histórias de dez conceitos básicos para o entendimento da política ibero-americana na era das revoluções atlânticas” (POSADA-CARBÓ, 2011, p. 294-295; nossa tradução). Conforme Andréa Slemian (2012, p. 160), “a problemática geral do volume” volta-se à “análise da profunda mutação no universo léxico-semântico verificada no período anunciado, a qual evidenciava grandes transformações políticas, institucionais e mentais em curso no mundo ocidental”. O segundo volume foi publicado em 2014, e trouxe uma significativa alteração no subtítulo: *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*. Glória Gomez Revuelta destaca a diferença nas delimitações temporais, pois o primeiro volume abarcava o período compreendido entre os anos de 1750 e 1850, enquanto o segundo adotou outras balizas, os anos de 1770 e 1870, ou melhor,

o tempo que vai das reformas bourbônicas e pombalinas até a consolidação das novas nações. Esta adaptação responde, inicialmente, à ampliação dos territórios analisados, assim como a necessidade de incluir no estudo as transcendentais transformações conceituais, políticas e sociais que foram observadas na segunda metade do século dezanove, truncadas pela temporalidade adotada no volume anterior (GOMES REVUELTA, 2015, p. 197; nossa tradução).

Carlos Malamud (2015; nossa tradução), por sua vez, ao comentar “a pequena variação” dos limites cronológicos dos dois volumes, considera que ela decorreu “da experiência adquirida na etapa anterior da obra e consequência do que o diretor da obra define como ‘uma certa insatisfação’ com o marco temporal anterior”; a “certa insatisfação” foi gerada, provavelmente, pelo motivo indicado por Gloria Gomez Revuelta, ou seja, a necessidade de se contemplar as especificidades históricas do amplo recorte geográfico, que abrange “os territórios da Argentina, Brasil,

Antilhas hispânicas (Cuba, Porto Rico e República Dominicana), América central (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaraguá e Costa Rica), Chile, Colômbia, Espanha, México, Perú, Portugal, Uruguai e Venezuela” (GOMES REVUELTA, 2015, p. 196; nossa tradução).<sup>20</sup>

Para ambos os volumes, entretanto, “a seleção do material lexicográfico especializado não foi fortuita”, adotando-se procedimento similar ao utilizado no *Geschichtliche Grundbegriffe* (Ibid., p. 198; nossa tradução). Assim,

os 20 conceitos abordados nos dois tomos publicados cobrem um amplo leque de questões que permitem aos historiadores políticos e a outros especialistas abordar com maior rigor uma época marcada por constantes transformações que não só abarcaram as instituições e as estruturas sociais, como também a linguagem e as ideias (MALAMUD, 2015; nossa tradução).

Não obstante a importância de se definir um *Sattelzeit* para elaborar estudos na História dos conceitos alemã, vemos que este período de transição deve responder às questões formuladas pelo investigador, especialmente porque esta abordagem se “constitui, *primordialmente*, em um laboratório de reflexão crítica sobre as estruturas intelectuais e as construções simbólicas que sustentam a ordem sociopolítica atual” (MOLANO VEGA, 2015, p. 163; grifo no original; nossa tradução). Assim, ambas as abordagens comentadas neste texto – a *Begriffsgeschichte* e o contextualismo – consideram a análise histórica como um instrumento necessário para a reflexão sobre o nosso tempo, ajudando-nos a identificar e a compreender como agiram as forças que lograram êxito na definição dos conceitos e das ideias que atuam na construção de nossa percepção do mundo.

---

<sup>20</sup> O primeiro volume do *Diccionario político y social del mundo iberoamericano* contemplou os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Espanha, México, Perú, Portugal e Venezuela. Como se vê, para o segundo volume, ocorreu um aumento na área geográfica envolvida pelo projeto.

## ***Habitar as cinzas do tempo* ou reflexões acerca da noção de tempo de transição**

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior*<sup>1</sup>

Diz o poeta João Cabral de Melo Neto:

Para não matar seu tempo, imaginou:  
vivê-lo enquanto ele corre, ao vivo;  
no instante finíssimo em que ocorre,  
em ponta de agulha e porém acessível;  
viver seu tempo: para o que ir viver  
num deserto literal ou de alpendres;  
em ermos, que não distraiam do viver  
a agulha de um só instante, plenamente.  
Plenamente: vivendo-o de dentro dele;  
habitá-lo, na agulha de cada instante,  
em cada agulha instante: e habitar nele  
tudo o que habitar cede ao habitante.

E de volta de ir habitar seu tempo:  
ele corre vazio, o tal tempo vivo;  
e como além de vazio, transparente,  
o instante a habitar passa invisível.  
Portanto: para não matá-lo, matá-lo;  
matar o tempo, enchendo-o de coisas;  
em vez do deserto, ir viver nas ruas  
onde o enchem e o matam de pessoas;  
pois como o tempo ocorre transparente  
e só ganha corpo e cor com seu miolo  
(o que não passou do que lhe passou),

para habitá-lo: só no passado, morto (MELO NETO, 1968, p. 45) .

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Norte

### Diz o filósofo Walter Benjamin:

A teoria e, mais ainda, a prática da social-democracia foram determinadas por um conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade. Segundo os social-democratas, o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não de suas capacidades e conhecimentos. Em segundo lugar, era um processo sem limites, ideia correspondente a da perfectibilidade infinita do gênero humano. Em terceiro lugar, era um processo essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral. Cada um desses atributos é controvertido e poderia ser criticado. Mas para ser rigorosa, a crítica precisa ir além deles e concentrar-se no que lhes é comum. A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia de progresso tem como pressuposto a crítica dessa marcha (BENJAMIN, 1985, p. 229).

Um poema publicado em 1965, um texto escrito em 1940, e o mesmo problema: como habitar o tempo? O que implica habitar o tempo? Nos dois textos, o habitar o tempo se inicia por termos dele uma concepção, uma ideia, um conceito. O tempo começa a ser habitado pelo humano, quando se faz dele um conceito, quando dele se tem uma imagem, quando se dá a ele um sentido, uma direção. Habitar o tempo também implica a ação, a prática, o fazer algo com esse tempo. Habitar o tempo exige, pois, uma hermenêutica e uma fenomenologia, um dotar de sentido e um agir, um significar e um fazer acontecer. Habitar o tempo implica ação e significação. Habitar o tempo implica estar vivo e implica dar vida ao tempo que se vive. Mas habitar o tempo implica escolhas: que tempos se prefere ou se consegue viver? Se quer habitar um tempo vivo ou um tempo morto? Habitar o tempo implica escolher entre vivificar ou matar o tempo. Ou seria inexorável operar nas duas direções?

A partir desses dois textos ficamos sabendo que há modos, há formas, há maneiras distintas de habitar o tempo e, com elas, maneiras distintas de ser por ele habitado. Mas a partir deles podemos também pressupor que os tempos, além de possuírem distintas formas, possuem distintas qualidades, possuem diferentes modos de ser. Os tempos possuiriam formas e conteúdos, numa relação de dupla implicação. As formas e conteúdos dos tempos seriam inseparáveis, inextricáveis. Mas quem dá forma e conteúdo ao tempo? Ele traria nele mesmo uma forma e um conteúdo que seriam apenas apropriadas pelos homens ou seriam eles os responsáveis por fazê-lo ganhar um formato e uma constituição? Nos dois textos são os homens que concebem e vivem o tempo, que o configuram e o preenchem com coisas e pessoas, dando a ele casca e miolo. Se é o tempo que nos orienta, seríamos nós que daríamos a ele dadas orientações. Se habitamos o tempo, se o nosso ser está a ele condenado e nele é formatado, se não há possibilidade de irmos para um fora do tempo, como com ele nos relacionamos, como o imaginamos, como fazemos dele algo existente e atuante, que tempos escolhemos para ser nossos tempos?

Esse texto busca refletir sobre um dado modo de ser do tempo, sobre uma dada forma do tempo, com seus respectivos conteúdos e qualidades: os tempos de transição. O que significa e implica habitar um tempo de transição? Com que noção de tempo, com que conceito e imagem do tempo se está operando, quando se utiliza a categoria tempo de transição? O que implica dizer que um tempo é de transição? Seria o tempo de transição um tempo indeciso, um tempo suspenso entre dois outros tempos? Se ele é um tempo de transição, ele é um tempo de passagem, um tempo em movimento em uma dada direção, um tempo que se mostra através de uma figura em mutação? Um tempo de transição é um tempo misto, um tempo composto por formas e conteúdos de um tempo que passou e de um tempo que está vindo? Seria um tempo

composto de cinzas e sonhos de tempos? A que concepção de tempo e de história se liga uma noção como essa?

É pouco comum que os historiadores se façam essas perguntas, que se inquiram sobre o vocabulário, sobre os conceitos de sua disciplina. Os historiadores costumam usar um vocabulário consagrado no meio e, muitas vezes, não se dão conta das consequências dos usos de dadas noções, de dados termos recorrentemente por eles utilizados. Os conceitos, muitas vezes, aparecem como sendo óbvios, até mesmo como se fossem dotados de uma única significação, como se fossem monovalentes e inocentes. Deixando as reflexões conceituais com os filósofos ou cientistas sociais, demonstrando um certo desdém em relação às discussões de ordem teórica, valorizando o que seria fazer “história mesmo” em detrimento desses estudos de “gabinete”, que não se sujam, pretensamente, com as cinzas e a poeira do arquivo, os historiadores vão naturalizando e deshistoricizando as próprias categorias que utilizam. Talvez o que se esperasse ao propor que eu escrevesse sobre um tempo de transição é que eu, nesse texto, apenas falasse do pretense tempo de crise que viveríamos no país. Não deixarei de falar de nosso tempo, mais do que isso, eu tentarei perguntar sobre qual é o nosso tempo? Que tempos são esses em que vivemos? Tempos, porque parto do pressuposto que nenhum tempo é apenas singular, todo tempo é plural, todo tempo é constituído por múltiplas temporalidades, tanto no que se refere aos tempos imaginados, quanto no que se refere aos tempos praticados. Não há agora que não implique, ao mesmo tempo, muitos outroras e muitas auroras. Vou falar de nossos tempos, mas antes de tudo, vou interrogar sobre o como falar desses tempos, como os imaginar, os conceber, os idear, pois são essas as práticas, entre outras práticas, que configuram, que dão forma, que dão conteúdo, que permitem que falemos de nossos tempos.

Creio que podemos encontrar, tanto no poema de João Cabral de Melo Neto, quanto na tese citada sobre o conceito de história de Walter Benjamin, elementos para uma abordagem

crítica de uma noção como “tempo de transição”. Considero que essa noção está ainda atrelada a uma visão historicista do tempo, aquela que foi visada na crítica benjaminiana. Pensar um tempo de transição é ainda lidar com a imagem do tempo que emergiu na modernidade, cuja história foi feita por Reinhart Koselleck (KOSELECK, 2013). Tomar um tempo como sendo de transição implica ter do tempo uma imagem linear, uma imagem na qual o tempo é pensado como uma flecha disparada numa dada direção, como um processo em que só há possibilidade de um antes anteceder um depois e ele ser seguido de um outro depois. Pensar um tempo como de transição é apostar numa visão processual e continuísta da história, em que um passado é sucedido por um presente e este por um futuro, distintos, distantes e diferentes entre si. Há no uso do termo tempo de transição o próprio pressuposto de que esse tempo é mais complexo, é mais problemático, é mais crítico, é um tempo de crise, pois ele implicaria um tempo impuro, um tempo que ainda não possui um perfil bem definido, um tempo em mutação, onde as suas formas ainda não estão bem delineadas, suas formas estariam se transfigurando e, logo, seriam borradas, embaralhadas, difusas, dispersas, fragmentárias, cinzentas. Mas eu perguntaria: existiria algum tempo que não implique transições? O que é uma transição, senão a passagem de um estado de coisas a outro, de uma condição a outra, de um modo de ser, de uma forma a outra. Não seria um apanágio de qualquer momento no tempo, que nós escolhermos, a passagem, a mudança, a transformação das coisas, embora elas possam ocorrer em ritmos e intensidades distintas? Transição tem a ver com o nascimento e a morte das coisas, das instituições, das pessoas, dos acontecimentos, tem a ver com fogo e cinzas. Ela remete ao caráter passageiro de todas as coisas afetadas pelo tempo. Seria possível, portanto, mapear tempos que seriam de transição e tempos que não seriam de transição?

A noção de tempo de transição implica, pois, pensar que há tempos que não seriam de transição. Que tempos seriam esses?

Tempos estáticos, tempos configurados e conformados definitivamente? O uso dessa noção implica a elaboração de uma imagem mental do tempo em que um tempo de mediação, um tempo de indecisão e de indefinição de seu perfil e de suas qualidades, se instala entre dois tempos plenos, completos, decididos, definidos em seu perfil e qualidades. A imagem da linha do tempo, do tempo linear não para de assombrar esse conceito. O tempo de transição seria um tempo recheio de um sanduíche de outros dois tempos. Se o apertássemos ele vazaria e sujaria todos os nossos dedos de meleca histórica, já que ele é gelatinoso, já que ele é ainda inconsistente, já que ele é ainda líquido. Entre dois tempos homogêneos surgiria esse tempo indeciso, heterogêneo, heterodoxo, esse tempo problemático. A noção de tempo de transição continua assombrada pela ideia de progresso, ideia da qual, não apenas a social-democracia, as esquerdas políticas, mas a historiografia, tem muita dificuldade em abrir mão. A utopia do progresso, do desenvolvimento, da civilização, que estiveram aliadas a utopia da revolução, continuam presentes e fazendo efeito em um conceito como o de tempos de transição. Quando projetos políticos são derrotados, quando as esquerdas sofrem as suas derrotas, lançam imediatamente mão das noções de crise e de tempo de transição para conseguirem continuar vivendo, mesmo na alienação (isso evita vários suicídios e nesse aspecto é saudável o uso desses conceitos valise, em que tudo cabe em seu interior). O uso desse conceito vem sempre acompanhado do desejo messiânico de redenção da humanidade, bem diferente de como Benjamin entendia o messiânico. Ele costuma apontar e apostar que a transição se está fazendo para um tempo melhor, para um tempo de reencontro com uma linha ou uma trajetória perdida ou temporariamente desviada por esse tempo anômalo, esse tempo que salta dos trilhos, que seria o tempo de transição. Um golpe no tempo ou um tempo de golpe que viria a retomar o percurso golpeado. Esse seria um tempo baldio, um tempo fora da reta e da meta, um tempo de distúrbio e de perda do sentido imanente e



inerente do histórico. Quem aposta que a história, em seu conjunto, tem um sentido, busca uma meta, é movida do interior por uma mão sábia e astuciosa, que a faz reencontrar o caminho, mesmo quando se abisma ou se desencaminha e perde o rumo nos tempos de transição, julga que esses tempos é apenas um desvio, um mal que não dura sempre. A história estaria aí para nos ensinar que ao final ela sempre faz justiça aos injustiçados e penaliza os justiceiros.

Há no fundo uma concepção moral do tempo e da história: ela promete e será a vitória do bem sobre o mal. A moral judaico-cristã assombra essa concepção de uma história que traz em si uma promessa de salvação e ressurreição do reino do bem, o retorno ao paraíso perdido, para um tempo em que seremos feliz de novo. Para Deus, todo o tempo humano, toda a história, toda a vida humana na terra, fruto da queda, seria um período de transição. A nossa vida não seria mesmo vida, ela seria morte, pois a verdadeira vida estaria num depois desse longo tempo de transição em que vagamos perdidos e conflitados sobre a terra. O paraíso nos espera e, com ele, o fim dos tempos de transição. Esse longo tempo em que transitamos sobre a terra nasceu de uma traição aos desígnios e desejos do Senhor. Os tempos de transição seriam tempos de traição de um percurso histórico previsto e pretraçado. Ele seria um tempo onde tempos outros realizam uma transação, tempos de negociação, de conflitos, de contradições, de perdições, de descaminhos. O tempo de transição seria esse tempo vivo, esse tempo inquieto, esse tempo ainda não domado, ainda não reconciliado, esse tempo saturado de possibilidades (PELBART, 2017). Tempo que assusta por ter de ser vivido na agulha de seus instantes, na agulha de seu acontecer. Tempo onde as referências balançam, onde o passado, o morto, não nos serve como exemplo e modelo. Tempo em que nos perguntamos, perplexos: história, o que é mesmo, quanto vale, para que serve? Esse tempo seria aquele que nos faria sair de outro tempo de certezas e de formas bem delineadas para entrarmos no turbilhão de um tempo que parece fazer girar, em nosso entorno, restos naufragados do

tempo anterior e embriões dos tempos que há de vir. Seria esse tempo que, como um redemoinho, não se deixa facilmente apreender. Montados nesse potro selvagem, lutamos para tomar dele as rédeas e fazê-lo retornar à sua raia, colocando nele brida e freio.

Como aprendemos com Paul Ricoeur (RICOEUR, 2010), se o tempo histórico é uma construção narrativa, não paramos de falar, de tentar dizer, de tentar explicar, de tentar significar os tempos de transição. Mas esse conceito é ainda o melhor recurso heurístico para compreender e descrever um dado tempo? Falar em tempo de transição ajuda na compreensão da especificidade de um dado momento histórico? Para mim, esse conceito ajuda muito pouco porque, afinal, qualquer tempo implica transições, implica mudanças de forma e qualidade, qualquer tempo é turbilhonante, qualquer tempo implica a convivência de muitos tempos. Como propõe Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de história* (BENJAMIN, 1985), cabe ao historiador desnaturalizar a visão do tempo, essa é sua primeira e mais importante tarefa política. A dominação, a exploração e a injustiça, para perdurarem no mundo, implica que tenhamos o tempo do vencedor como o sendo O tempo. A imagem metafísica do tempo serve a uma dada física temporal onde os vencidos não param de ser derrotados. A escrita e o ensino da história implicam uma reflexão sobre o conceito de tempo e a problematização das categorias temporais que organizam nossa experiência, nossas vidas e a própria escrita da história. O historiador é que escolhe que tempos quer fazer conviver com seu agora. É a partir desse agora que ele deve buscar no passado outroras que possam estimular a luta, a resistência, a revolta, a indignação, mas também o afeto, o amor, o humor, no mundo presente. Fazer os tempos se tocarem e se trocarem é a tarefa do historiador. O tempo, todo o tempo está em transição, em transação, e cabe ao historiador não cometer traição com os vencidos, aqueles que precisam de sua pena e de sua voz para se fazer novamente ouvidos e redimidos. Como nos sábados de

Aleluia, são os historiadores que escolhem aqueles que vai tomar por Cristo e aqueles que vai fazer de Judas. Como estamos vendo, em nossos dias, e em nosso país, há historiadores que se vendem por sete moedas de ouro e passam para o lado do vencedor, do poderoso, do conquistador, do tirano, do sumo-sacerdote, do capitão e do general. Eles estão em transição e em transação, eles cometem traição, mas não porque vivamos especialmente tempos de transição.

Ao invés de pensarmos o tempo como uma linha vazia e homogênea, onde vamos pendurando eventos suspensos por cabides. Linha que teria pontos de fragilidade, esgarçamento e deformação, pontos de transição, pensarmos um tempo amarrotado, um tempo vincado, um tempo comprimido onde diferentes regiões do tempo possam se tocar (SERRES, 2016). Ao invés de transição, contatos, coexistências, coalescências, relações, refrações. Um tempo chamalotado, pintalgado, plissado, em que distintas configurações, figuras, desenhos, composições pudessem ser configuradas. Um tempo enovelado, composto de múltiplas linhas de tempo, de diferentes durações e condições (INGOLD, 2015). Um tempo que para ser realmente vivido precise durar. Viver um tempo vivo, apenas o tempo que corre, nesse regime de historicidade presentista (HARTOG, 2013) em que nos encontramos, como nos alerta o poeta, só é possível se nos retirarmos da própria vida, se formos para desertos e ermos, para que nada nos distraia do instante que passa, para que ele nos possa ser acessível e transparente. Habitar o lombo desse tempo que não para de corcovear é se expor a constantes quedas e a própria morte. Vivemos numa sociedade que por recusar a morte e o morto, por recusar as cinzas, por querer viver somente a vida se expõe às forças e aos desejos de morte. Habitar o tempo vazio e transparente do historicismo, esse tempo que foge sempre para o futuro; que se nega a contemplar todas as ruínas e carnificinas que vai deixando no seu percurso; que faz da história a comemoração e a justificativa da vitória dos vencedores; que aposta que no futuro

estará a redenção que justificaria tanta dor, tanto sofrimento, tanta miséria e tanta morte, é virar o rosto para o sofrimento passado e presente em nome da transição para um tempo de redenção e de promessa. Será que continuaremos apostando no sacrifício da vida presente, do tempo presente, em nome da transição para um futuro onde os justos serão exaltados e os ímpios serão atirados nas profundezas dos infernos? Quando em história e em política vamos sair da prisão ao discurso prometeico, profético e farisaico do cristianismo? Quantos mártires ainda iremos produzir em nome da transição para um futuro onde reinará o bem e onde o cordeiro conviverá pacificamente com o lobo? Enquanto os Lobões e os lobistas nos devoram, vamos continuar oferecendo aquele e aquilo de melhor entre nós para ser imolado no altar do sacrifício? Quantos ainda vamos deixar encarcerar em nome da preservação da transição democrática e de todas as transições, transações e traições? Quantos Cristos ainda deixaremos crucificar, quantos Judas ainda malharemos, em nome de esperar que a história e suas promessas inexoráveis de transição se façam?

Será que não aprendemos com a história que nem sempre ela leva para adiante? Será que não aprendemos com Freud (FREUD, 1996) que o recalcado retorna, embora retorne disfarçado e reconfigurado? Para Freud, somos habitados por tantos tempos, por tantas camadas de tempo, que é impossível dizer qual o nosso tempo. Assim como nos alerta o poeta, o tempo morto não está morto. Os mortos não estão mortos, e há tempos, como o nosso, em que até os zumbis retornam (DUNKER, 2017). Para não matar o tempo, para fazê-lo vivo, para fazê-lo presente, temos que fazê-lo passar, e, ao fazê-lo passar, ele se torna passado, ou seja, ele se torna morto. Para conseguir habitá-lo vivo é preciso matá-lo, enchendo-o de ações, gestos, pensamentos, narrativas, coisas e pessoas. Para viver o tempo, para senti-lo vivo é preciso preenchê-lo, é preciso que se o encha de coisas e pessoas, que o matam. É preciso dar conteúdo e forma ao tempo, ou seja, transformá-lo em algo que não passe, em algo que sobre do que passou, em algo que

dure, logo em algo passado, morto. É tocando fogo no presente, é fazendo labaredas arderem que produzimos cinzas de tempos. Mas se é com esse morto que se faz o tempo vivo, logo ele não morreu, ele retorna como fantasma. Como diz Marx, a história sempre acontece, pelo menos duas vezes, uma como tragédia, outra como farsa, ou seja, uma como o presente em que os seus acontecimentos mortais acontecem, outra como lembrança, como memória, como fantasma, como espectro, como fantasmagoria do morto que vem obsedar e se reinsurgir no presente (MARX, 2011). O que seriam tempos de transição se tudo transita no tempo em todas as direções?

Tendemos a achar que as transições só se dão para a frente, na direção do futuro, fruto da prevalência, até há bem pouco tempo, do regime moderno de historicidade, que era futurista. Mas muitas sociedades, civilizações inteiras, transitaram para o nada, para o fim, para a debacle, para a queda. Muitas sociedades transitaram na direção do passado, por falta de projetos ou perspectivas de futuro. Muitas transições se deram não para um futuro cada vez melhor, cada vez mais perfeito, como o mito do progresso nos faz acreditar. Há povos que perderam definitivamente o rumo e o prumo pois a história não garante nenhuma dessas coisas a qualquer um. A perdição na história é possível e não tem discurso moralista cristão que a possa impedir. Errar pelos tempos e errar nos tempos é tudo que até agora foi garantido às sociedades humanas. Como Judas, há povos e sociedades, como há pessoas e grupos sociais, que optam pela morte, pelo suicídio. Há galhos de figueira disponíveis para todo mundo e remorsos e culpas habitam todos os tempos. As grandes derrotas das forças políticas que se nomeiam de esquerda se dá por causa de sua visão cômica, de sua visão otimista e, muitas vezes ingênua, dos processos históricos. Elas nunca deixaram de achar que o futuro está para elas prometido, que as vitórias da direita, dos fascismos, são sempre passageiras, frutos de tempos de transição, mesmo que as transações e a traições deem o tom,

inclusive no interior de seus próprios quadros. Esse messianismo, esse sebastianismo vermelho, ignora a condição trágica dos homens e da vida humana. O humanismo contaminou de boa fé nossas expectativas quanto aos humanos, mesmo que nunca, em tempo algum, a realidade histórica tenha dado motivo para dados otimismo e ilusionismos. A história sempre foi feita de coisas e coisas inimagináveis, inomináveis. Para realizar grandes coisas os homens têm que primeiro assumir a sua menoridade, como alertava Kant (KANT, 2010). Assumir que o mal mora e morou entre nós, que somos não apenas seres capazes de razão, mas somos seres de desejo, de afetos, de sentimentos, de versões e aversões de nós mesmos, deve constituir o ponto de partida para as leituras da história que permitam pensar em projetos para a humanidade, sempre fugindo de pensá-la como sendo essa realidade homogênea e universal que o pensamento europeu nos ensinou.

Se utilizarmos a noção de tempo de transição para descrever e significar, por exemplo, o atual momento vivido pela sociedade brasileira, terminaríamos por legitimar o golpe contra a democracia e o Estado de direito, que vivemos em 2016. O golpe foi dado em nome da realização de um projeto nomeado de ponte para o futuro. O que os golpistas alegavam é que o futuro da economia e da sociedade brasileiras estariam ameaçados pela incapacidade administrativa e pela gestão corrupta da presidente Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores. Foi em nome de uma transição rápida para um futuro paradisíaco que o golpe foi perpetrado. Ficar contra o golpe era ficar contra a transição para um outro tempo, no país. Se assumirmos esse conceito para narrar e significar esses dois últimos anos, o intervalo de tempo que mediará o período entre a perpetração do impeachment e a posse do presidente da República, que for eleito em outubro, estaremos compactuando com a narrativa dos vencedores de 2016 e terminaremos por legitimar, previamente, qualquer personagem que venha ganhar as eleições, esse ano. Se pensarmos o que

significou uma série de medidas que foram tomadas nesses dois anos e o projeto que estava na base do golpe de 2016, nunca poderemos nomear nosso tempo de tempo de transição. Transição para onde, transição para o que? O que mais caracteriza nosso tempo é a tensão entre projetos e conceitos de temporalidades distintas. Estamos nos deslocando rapidamente para frente ou no sentido inverso? O que nos está sendo dado é o futuro ou o retorno de projetos e propostas que julgávamos ultrapassadas, que considerávamos ter sido derrotadas e quedadas no passado? Uma visão continuísta, linear, progressiva, processual, historicista do tempo contribui para entendermos nossos tempos? Quando íamos para as ruas gritar que “não ia ter golpe”, quando ele estava claramente em marcha, não estávamos a acreditar que alguma força messiânica e imanente ao próprio tempo ia nos salvar do desastre? Nós estamos presos inexoravelmente a um fluxo temporal que nos arrasta em direção ao futuro, um tempo vazio e homogêneo, que vem sendo constituído e preenchido com eventos, coisas e pessoas, que nos estão levando em direção a um futuro, a um tempo distinto e superior aos tempos que temos vivido, ou estamos diante do retorno de temporalidades que julgávamos mortas e que, em sua longa duração, vêm assaltar o nosso tempo? Se estamos sendo arrastados para o futuro, por uma ponte ou não, não estaríamos assim legitimando o que aí está, não seria admitir que o que aconteceu teria que acontecer?

A grande derrota que sofremos não nasceu, talvez, de uma certa visão salvífica e religiosa do tempo, que nos induziu a pensar que certas forças sociais no país, que certas instituições sofreriam uma conversão, em seu aferramento a dados poderes, costumes, valores, interesses e privilégios que julgávamos ultrapassados e que essas forças, em nome da realização do progresso, do desenvolvimento, da evolução, de alcançarmos um futuro comum e diverso, deles abririam mão? Não foi uma catástrofe apostar que nossas oligarquias, que nossas elites, adeririam a um tempo progressista dado que o país parecia mais civilizado, mais moderno,

menos desigual, mais aceito e comemorado em todo o mundo? Não foi um equívoco achar que instituições historicamente golpistas, que sempre se colocaram a serviço da reação quando transformações sociais e econômicas começam a deslocar as tradicionais hierarquias de poder e privilégio no país, teriam sofrido uma conversão em nome da transição pacífica, ordeira e negociada para um outro patamar de distribuição de renda e poder no país? Esperar que a Rede Globo, que a FIESP, que a FIRJAN, que os bancos, que a OAB, que todos os grandes grupos de mídia, que a Confederação Nacional da Indústria, que o Judiciário, que o Legislativo, que o Ministério Público, que a Polícia Federal se deixassem comover porque estávamos vivendo tempos de transição para um novo patamar civilizatório não foi um grande equívoco? Da mesma forma que a social-democracia alemã ficou apostando que as forças do progresso sempre vencem e terminaram contribuindo para a acensão do nazismo, ao apostar que a República de Weimar era um tempo de transição para um mundo mais justo e fraterno, ficamos achando que a luta de classes tinha acabado ou cessado porque conseguimos fazer uma transição democrática pelo alto, com a inclusão lenta e indolor dos de baixo.

Creio que para compreendermos os tempos em que vivemos, temos que adotar outras imagens do tempo, outro conceito do temporal. Tomemos um evento em particular, o discurso da senadora pelo estado do Rio Grande do Sul, Ana Amélia, na convenção de seu partido, o PP, parabenizando o ataque dos ruralistas à caravana do ex-presidente Lula, com as seguintes palavras: “Quero parabenizar Bagé, Santa Maria, Passo Fundo, São Borja. Botaram a correr aquele povo que foi lá levando um condenado se queixando da democracia. Atirar ovo, levantar o relho, mostra onde estão os gaúchos”<sup>2</sup>. Nessa fala estamos diante de uma perspectiva de tempo, nele se delineia uma visão do tempo

---

<sup>2</sup>Ver: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-senadora-ana-amelia-elogia-gauchos-por-bater-com-relho-e-atirar-ovos-nos-seguidores-de-lula/>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.



em que estariam localizados os gaúchos, seus conterrâneos, segunda a senadora: o tempo em que as diferenças de opinião, em que as distinções políticas e de interesses na sociedade se resolviam com o uso aberto da violência, com o uso do relho e da chibata. Nessas ações dos ruralistas e na fala da senadora, o nosso tempo se aproxima e toca uma linha de tempo passada, um lençol de tempo que julgávamos morto e enterrado: o tempo da escravidão, da sociedade senhorial, da ordem patriarcal e nobiliárquica, um tempo onde os valores democráticos e republicanos não vigiam no país. Nosso tempo, ao invés de estar transitando para algum outro tempo, está como sendo dobrado, amassado, com as bordas do presente tocando as bordas de dados passados. Tempos que julgávamos mortos mostram-se vivos e atuantes. Muitos dos atores de proa de nossa história hodierna parecem ter saído das catacumbas e dos túmulos onde julgávamos estar enterrados e embalsamados: o fanático religioso, o fascista e neonazista, o torturador, o pistoleiro, o jagunço, o coronel, o amante da ditadura, o racista, o misógino, o genocida, a beata, etc.

A reforma trabalhista ao invés de nos levar para o futuro nos fez saltar para tempos onde os direitos dos trabalhadores não eram reconhecidos. Os tempos em que a questão social era um caso de polícia se desreca e retorna como parte de nosso tempo. O governo golpista, ao realizar a promessa e projeto do PSDB de varrer da história a Era Vargas, não o faz, como gostariam que fosse visto, em nome de algo mais moderno ou mais civilizado, como pretendia ser o príncipe dos sociólogos (que até no epíteto é retrógrado) mas se faz instaurando, ainda mais, a insegurança e desordem nas relações de trabalho. Após décadas de luta, a existência dos sindicatos e da Justiça do Trabalho se veem ameaçadas. Quem disse que retrocessos e anacronismos não são possíveis na história? (RANCIÈRE, 2014) A história não tem uma direção predefinida, quem lhe dá direção e sentido são os homens. Ao vender as empresas nacionais e entregar as riquezas estratégicas do país, os golpistas podem estar comprometendo,

definitivamente, a sua existência futura. Sabemos que muitos impérios poderosos já sucumbiram na história, por que isso não nos pode ocorrer? Messianicamente acharmos que é apenas um doloroso tempo de transição que logo parirá um tempo de restauração e de ressurreição, pode ser uma armadilha fatal. Nossa vizinha Argentina é um bom exemplo de como uma sociedade pode perder o que se julgava ser o seu rumo e não reencontrá-lo jamais. Nosso tempo nos aconselha a desconfiar de que qualquer tempo possa estar morto. Quem julgou que a ditadura militar era coisa do passado, estava morta com seus mortos, eis que ela se mostra bem viva e desejada pelas praças do país e como plataforma de candidatos a presidente da República de nossa pretensa democracia. Ela está viva nas cabeças, nas bocas e nos desejos de muitos, no país. Quem julgou que a vaga neoliberal havia passado, eram tempos sombrios que havíamos deixados para trás, estamos diante da mais radical política neoliberal já aplicada no país, onde se imobiliza a capacidade de investimento do Estado, a sua presença como força econômica, como força indutora de transformações sociais por duas décadas.

Não deveríamos desconfiar do uso do conceito de transição num país onde as chamadas transições, quase sempre não passaram de transações e traições pelo alto, em que os dominadores de sempre entregaram alguns dedos para não perder os anéis e depois até os dedos vieram tomar de volta? Como podemos lidar com um conceito de tempo, em grande medida preso a uma concepção cronológica de sua representação, num país cuja história nunca seguiu minimamente qualquer linearidade que se pudesse observar? Uma história em que os vencedores nunca param de vencer e calcam sob os pés as esperanças e memórias dos vencidos. Quando achamos que a espera e a esperança haviam vencido o medo, o medo se tornou raiva, ódio, ressentimento, desejo de eliminação e de extermínio do diferente, do distinto, do outro. O medo cego não quis mais esperar, não quis mais obedecer às regras do jogo. O medo, o ódio, o ressentimento,

a tristeza, que transforma um ele não em um ele sim. Instrumentalizado, propagandeado, ele se tornou o combustível para o desejo de reação, de trazer de volta outros tempos, tempos da pedra, tempos do reelho, tempos da chibata no lombo de negros, pobres, crianças, mulheres, trabalhadores. Quando vivíamos proclamando a inclusão e a diversidade, as forças em busca da pureza, da distinção, da separação, da inimizade, do cada qual no seu lugar, do cada qual com seu cada qual, aqueles do que você pensa que está falando com quem, retornaram a visibilidade, nas moderninhas redes sociais. Os guetos que pareciam ter ficado no passado, ser tempos mortos, gritam intolerantes nos modernos meios de comunicação, em meio a nosso tempo. Claro que sempre se pode, ainda, dizer que tudo isso ocorre porque perdemos perspectivas de futuro, porque abrimos mão das utopias. Será mesmo? Não é, justamente, uma utopia persistente a de que há tempos de transição para tempos superiores ou melhores do que os anteriores? Não seriam apenas tempos singulares e diferentes? E entre esses tempos haveriam mais continuidades e permanências do que suspeitamos? Não era a esse messianismo do progresso que Claude Levi-Strauss acusava a história historicista de aderir? (LEVI-STRAUSS, 2017). Essa mitologia do tempo sempre em ascensão não é a principal responsável por legitimar e nos escusar de olhar para trás e vermos os grandes crimes e carnificinas sobre as quais o nosso tempo se ergue? Proclamar nosso tempo como o melhor, como o resultado exitoso de vários tempos de transição não é chancelar as políticas da morte, da escravidão, da exclusão, que põs nosso tempo de pé, com todas as suas contradições? Quando vamos mirar para as cinzas do tempo e nelas tentar garimpar as brasas de espera e de esperança que nelas ainda crepitam?

O conceito tempo de transição implica em pressupormos que outro tempo diferente do anterior nos aguarda no futuro. Com certeza isso ocorrerá, mas daí a sabermos para onde estamos indo já é uma grande distância. Se olharmos para o mundo à nossa

volta, a própria possibilidade de haver futuro para a espécie humana é já bastante discutível. Se as grandes potências e suas guerras comerciais e por poder as fazem ignorar todos os avisos de que caminhamos para inviabilizar a vida no planeta, de uma biopolítica (FOUCAULT, 2008), que configurou as práticas do Estado moderno, caminhamos para uma necropolítica, como nomeia Achile Mbembe (MBEMBE, 2018). Se a morte, o genocídio, o sofrimento, a tortura, a dor, a punição, o castigo, a pena, a proibição constituem elementos formadores do mundo contemporâneo, das subjetividades e dos sujeitos contemporâneos, mais do que em nenhuma outra época as políticas da morte e do extermínio ganharam enor mesproporções. Se a sociedade brasileira se instituiu a partir do genocídio dos indígenas, da escravidão, tortura e desumanização dos negros, da exploração brutal e devastadora da natureza, em nossos tempos, os índios e negros ainda não conhecem tempos de transição e a natureza continua a conhecer a ganância destrutiva e desabrida, agora amparada pelo próprio Estado. Quando o Estado de exceção se torna regra, que serventia passa a ter a noção de Estado de exceção? (AGAMBEN, 2004) Vivemos um mundo conflagrado por inúmeros conflitos onde a noção de guerra ganha cotidianidade e os rostos mais banais. A chamada guerra contra o terror normalizou e instituiu como parte da vida dos Estados ditos democráticos os tempos de guerra. A mitologia que fundou o Estado moderno, da superação do estado de guerra e a absorção pelo Estado do uso da força viraram história de Trancoso. A guerra e a violência é o nosso cotidiano, ampliando nossa insegurança existencial e fazendo que muitos adiram às panaceias fascistas que prometem segurança e ordem, quando elas partilham do desejo de extermínio e morte do outro, do diferente, do pânico diante da existência do estranho, do estrangeiro, do diferente. Num mundo em que um presidente americano proclama a Europa como inimiga dos EUA, não há mais possibilidade de pensar a amizade como base para o exercício da política internacional. A inimizade se espalha como traço marcante

do nosso tempo (MBEMBE, 2017). A sensação é que vivemos espreitados por inimigos, por isso o panoptismo onipresente das câmaras de segurança em todo lugar. Os homens não são mais semelhantes, mas ameaças que podem se revelar quando menos se espera. O tempo do terror em que vivemos não toca o tempo do terror que inaugurou a modernidade e não nos faz tocar camadas de tempo ainda mais recuadas, quando o temor diante do estranho, inclusive da presença fantasmática de um morto, era o cotidiano da vida dos homens?

Por ser tão ameaçador o futuro, não seria esse o motivo de quereremos transitar para passados? Quando as grandes promessas de futuro gestadas no século XIX, se mostraram motivadoras de grandes carnificinas no século XX, isso nos fez temerosos do futuro? Não seria esse o motivo de cairmos em futuros temerosos? Vivemos um tempo em que muitos, inclusive, querem estacionar no presente, notadamente aqueles que têm um presente de privilégios, riqueza e poder (HARTOG, 2013). Esse tempo estagnado, empoçado, emitindo miasmas nauseobundos, empestando nossas vidas de podridão, não nasceu dessa busca desenfreada de destamparmos as cloacas de nossa formação social? O mal cheiro dos porões de nossa vida política, empresarial e cultural parece ter narcotizado a todos, nos tornando todos catalépticos. A operação Lava Jato fez as águas políticas do país ficarem empestadas de seres abjetos e letárgicos, pesados e emperrados. Onde encontrar aqui a fluidez de tempos de transição? Parecemos viver tempos de estagnação, tempos pantanosos, já que a lama sujou a todos e teve o efeito paralisador e atolador que com ela se buscava. Incapazes de dar à vida do país qualquer direção, qualquer movimento, nossas elites optaram por abrir o esgoto e soltar a fedentina para embriagar e sonambulizar a todos. Elas fizeram de suas próprias sujeiras o gás paralisante da vida nacional. Nosso tempo se enovela, se aproxima de outros tantos tempos de mar de lama, todos seguidos de golpes paralisantes e destrutivos das poucas conquistas sociais conseguidas pelos excluídos do país.

Nosso tempo, aqui e em qualquer lugar, parece um tempo entulhado de escombros, de ruínas, de sobras, inclusive humanas, que perambulam em busca de uma nova distribuição da população na terra. Em lugares simbólicos como a Síria ou como a Líbia, nosso tempo é um tempo em que Estados e governantes optam pelo extermínio de seu próprio povo e pela destruição total de seu país ou não passam de bandos a disputar em guerras intermináveis o que sobra de seu povo e de seu território. Esses países estão em transição para onde, eles vão a algum lugar? Existe, nesses Estados, um projeto além da manutenção do poder de quem o controla? O Estado Islâmico não perdoa nem os mortos, nem o passado, destrói ruínas e cinzas porque, para eles, elas estão vivas e lembram seus mortos. Matá-las seria dar, assim, vida a quem morreu? Destruir todas as políticas sociais, como faz o governo que nos infelicitam, não é fazer uma política de morte? As políticas para a saúde pública não são políticas de extermínio? E as políticas para os indígenas, os quilombolas, para a segurança pública, não são políticas de eliminação sistemática do outro? A humanidade pode transitar para algum lugar às custas de mortes e massacres? Não está na hora de nós historiadores deixarmos de compactuar com os discursos que buscam fazer rapidamente o luto pelas carnificinas cometidas, em nome de podermos continuar vivendo? Até quando vamos como espécie e civilização continuar vivendo às custas de empilhar os caminhos de cadáveres e rapidamente enterrá-los em túmulos de soldados desconhecidos, em muros das lamentações e em narrativas historiográficas em que esses corpos massacrados se tornam apenas cifras, estudos de motivações, causas e consequências? Os historiadores dos impérios não apenas fecharam os olhos para os banhos de sangue que fundou a modernidade de suas sociedades como ainda fizeram o trabalho sujo de legitimá-las. Quando o fedor do colonialismo e do imperialismo foi tanto que chegou a própria Europa, com os totalitarismos, os historiadores e suas escolas resolveram olhar para o medievo e para o mundo moderno, já que não conseguiam

encarar de frente a sua própria sociedade. Foram sonhar com o Mediterrâneo de Felipe II (BRAUDEL, 2016), mesmo estando encerrados em campos de concentração. Resolveram tornar a história econômica e social para desviar os olhos da política tomada pelo racismo assassino.

Em nosso tempo de perigo, tal como o tempo em que nasceu o texto benjaminiano, cabe a nós historiadores abriremos mão dessas noções consoladoras, como tempo de transição. Encararmos os perigos de nosso tempo e enfrentá-los com as armas que temos, que é a busca no passado, não daquilo que nos console e nos apazigue, não daquilo que nos ajude a fazer o luto, mas como diz Benjamin, daquilo que mais uma vez nos revolte, nos alimente o desejo de construirmos outros tempos (BENJAMIN, 1985). Precisamos de indignação e fúria, não de esperanças e certezas. Precisamos nos indignar com a naturalização da morte e do luto que a segue. Precisamos nos revoltar diante do sofrimento das carnes e dos corpos humanos, ao invés de sofrermos porque dadas ideias e ideologias estão morrendo. É preciso sofrermos e nos mobilizar porque há crianças morrendo afogadas na travessia de oceanos, porque há carnes sofrendo de frio sob as marquises, porque há a corpos atirados como lixo, como sobra, como restos em barracas de campos de refugiados, porque há corpos de crianças separadas de seus pais por serem imigrantes ilegais. Chega de nos conflitar e nos debatermos em torno de ideias, enquanto vidas humanas perecem sob a mira de balas assassinas, teleguiadas pelos poderosos senhores da vida e da guerra. A historiografia tem que trazer para habitar nosso tempo esses corpos humanos miseráveis, sofridos, dilacerados, esmagados, humilhados, malhados e destripados como Judas em sábado de Aleluia. A historiografia tem que produzir rostos e corpos para a tortura, a dor e o sofrimento, chega desses personagens conceituais que não derramam nem sangue, nem pus. Chega de uma história vista de baixo que não enxerga o baixo dos corpos com que trabalha: personagens sem desejos, sem libido, sem sexo,

sem paixões, sem excreções, sem humores e furores. Chega de discutirmos a tortura e não descrevermos a tortura. Chega de falarmos em guerra e não trazermos minimamente para os nossos leitores as cenas chocantes e degradantes que constituem uma guerra. Chega dessas análises que buscam apenas razões para os dramas humanos. Ao racionalizarmos esses eventos monstruosos os tornamos razoáveis e tudo o que eles não são é razoáveis. Quando o drama dos objetos, dos animais, das plantas, figurarão em nossas narrativas? Quando vamos romper com a pretensão de que o mundo foi feito e gira em torno do Homem, esse personagem onanista que está destruindo tudo ao seu entorno por só narcisicamente se enxergar? Marc Bloch (BLOCH, 2002) dizia que o historiador era um ogro, perseguia e farejava a carne humana, mas existem humanos sem a carnalidade do mundo que o cerca? Não continuaremos sendo uma sociedade que sente saudades da chibata enquanto nossos historiadores não nos fazerem ter uma ideia da dor de uma chibatada? Essa naturalização do chicote no lombo não se deve porque a maioria de nós ainda descendemos de quem passou a vida a descer o relho, física e simbolicamente, nos costados dos outros? Muito daquilo que escrevemos ainda não traz em seu interior esse chicote internalizado, esse relho que, muitas vezes, descemos nas costas daqueles que julgamos ser nossos inimigos quanto a posição teórica ou política? Empunhar o relho é fácil, difícil é estar sob a ação de sua ponta, de sua folha.



## **Questões Historiográficas**



## **De los gobiernos progresistas a los gobiernos de la reacción: la nueva encrucijada latinoamericana**

*Alejandro M. Schneider*<sup>1</sup>

### **Introducción**

La presente ponencia busca tratar de comprender las transformaciones que se han producido en los últimos años en el continente; en particular, en Sudamérica. Es evidente que se están viviendo tiempos de cambios, donde se han implantado administraciones de derecha en distintos países del continente. Ahora bien, estas no han surgido de la nada. En cierta forma han sido producto de los anteriores gobiernos progresistas y de su impacto en la sociedad. Es necesario detenerse a reflexionar sobre lo sucedido con esas presidencias; en este sentido, es válido efectuar un balance crítico de lo ocurrido no como una cuestión de pasar cuentas con el pasado sino como un ejercicio de reflexión que permita comprender nuestro presente y futuro inmediato.

Aunque resulta obvio que América Latina posee innegables procesos distintivos que tienden a pensarla como una heterogeneidad, creemos que es factible analizar determinadas coyunturas de manera comparada. Como en su momento propuso Marc Bloch (1999), este método permite observar un conjunto de problemas comunes, cuestiones que servirán para obtener una

---

<sup>1</sup> Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional de La Plata.

perspectiva cualitativa sobre los países analizados. En otras palabras, no alcanza con que algunas sociedades sean vecinas en el tiempo para constituir una trama que estructure la pesquisa; el requisito que define una investigación en términos comparativos es tener enmarcado un problema común. Este instrumento proporciona una “irradiación recíproca” de dos realidades confrontadas, de manera que los trazos fundamentales de un caso sitúen en importancia ciertos aspectos del otro, descubriendo las carencias existentes en uno y en otro, además de sus transformaciones y sus ritmos. De ese modo, el mencionado historiador galo resalta la validez de distinguir procesos e interpretar acontecimientos cuya importancia sería difícil de visualizar sin tener presente realidades de la misma clase en diferentes escenarios. Sin embargo, somos conscientes que son sociedades con pasados disímiles, en donde incluso difieren sus estructuras de clases, de etnias y de razas.

En ese marco, el primer fenómeno a subrayar es que estamos pensando en países que experimentaron desde la década del ochenta una fuerte transformación en la estructura de sus sociedades como resultado de la aplicación de reformas neoliberales. Las mismas no sólo alteraron su desarrollo económico sino que también provocaron significativos cambios en términos sociales y políticos. Por un lado, la reestructuración capitalista derivó en una mayor desigualdad y un aumento de la pobreza en toda la región; si bien desde entonces América Latina no fue el continente más pobre, lo siguió siendo África, fue el hemisferio más desigual en el reparto de la riqueza. Por otra parte, desde fines del siglo pasado, como consecuencia de esa situación, se produjo una creciente movilización política de diversos sectores sociales en combinación con una aguda crisis en el sistema de representación partidaria. De ese modo, las alternativas políticas que nacieron en el nuevo milenio, tanto las que posibilitaron la conformación de gobiernos de “izquierdas” o “progresistas” como

los de “derechas” o “conservadores” fueron producto directo de la mencionada oleada liberal.

### **Algunas características de los gobiernos progresistas**

Se considera el triunfo electoral de Hugo Chávez Frías, en 1998, con el *Movimiento Quinta República* (MVR) en Venezuela el inicio del ciclo denominado de los gobiernos progresistas. La Revolución Bolivariana se extendió con las reelecciones de Chávez en 2002, 2006, 2012 y con la de Nicolás Maduro desde el 2013 hasta el presente. En forma paralela, a partir de 2003, el *Partido de los Trabajadores* (PT) accedió a la presidencia de Brasil de la mano de Luiz Inácio Lula da Silva, reelegido en 2006 y sucedido por Dilma Rousseff en 2010, para ser finalmente depuesta por un golpe de estado en 2016. Por su lado, en Argentina, giraron alrededor de Néstor Kirchner (2003 - 2007) y Cristina Fernández (2007-2015), ambos provenientes del *peronismo*. En Bolivia, los cambios giraron en torno a Evo Morales del *Movimiento al Socialismo* (MAS) quien detenta el Poder Ejecutivo desde el 2006 hasta la actualidad, tras ser reelecto en 2009 y en 2014. En Uruguay, esta corriente se encontró representada por el *Frente Amplio* (FA) con Tabaré Vázquez (2005 - 2010), José Mujica (2010 - 2015) y nuevamente con Vázquez desde el 2015 hasta estos días. En Ecuador, Rafael Correa con el *Movimiento Alianza País - Patria Activa i Soberana* (PAIS) ejerció la primera magistratura entre 2007 y 2017, siendo reelecto en 2009 y 2013. Finalmente, se puede también incluir el mandato de Fernando Lugo (2008 hasta su destitución en 2012) por la *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC) en Paraguay. Por su parte, en América Central, estas tendencias se hallaron representadas desde el año 2007 por Daniel Ortega del *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN), siendo reelecto en 2011 y en 2017. En El Salvador, con el *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN), con Carlos Mauricio Funes (2009 - 2014) y luego con Salvador Sánchez Cerén desde el 2014 hasta la

actualidad. Por último, en Honduras, con Manuel Zelaya del *Partido Liberal* entre 2006 hasta su derrocamiento en 2009.

Aunque este fenómeno -en términos globales- abarcó a siete de los doce países de América del Sur y a tres de las cinco naciones en Centroamérica, la emergencia de estos procesos en cada lugar fue resultado de situaciones históricas concretas. A pesar de ello, existe un denominador en común: todos surgieron tras la realización de actos electorales democráticos. Cabría advertir además que la emergencia de algunos mandatarios se debió a que la población los eligió motivado por sus posturas antipartidarias antes que a posiciones o programas de izquierda. Asimismo, en ciertos casos, la convocatoria electoral se produjo tras un notable proceso de movilización social en donde no estuvo ausente la impugnación a los partidos tradicionales (Venezuela, Bolivia, Ecuador y, en menor medida, Argentina). En ese sentido, como consecuencia de la crisis institucional, los tres primeros países mencionados modificaron sus constituciones tras convocar a sus respectivas asambleas constituyentes. Asimismo, esos gobernantes decidieron crear nuevas fuerzas políticas para ejercer el mando presidencial, entre ellas, el MVR, el MAS y la Alianza PAIS. Por otro lado, algunos líderes procedieron de organizaciones con raigambre en el territorio (el peronismo, el sandinismo y el liberalismo), mientras que otros aparecieron tras muchos años de jugar un papel opositor sin ejercer ninguna magistratura de alcance nacional (verbigracia, el PT y el FA). Tampoco escasearon hombres provenientes de ámbitos ajenos de la actividad partidaria: Chávez, Correa y Lugo. Por último, un dato no menor e indicador de los nuevos tiempos, fue que el ejercicio del Poder Ejecutivo en ciertas ocasiones estuvo en manos de ex miembros guerrilleros, entre ellos, como presidentes: Ortega, Rouseff, Mujica, Funes y Sánchez y como vicepresidente: Álvaro García Linera, Lucía Topolansky. Como consecuencia de esa reconversión, el PT, el FSLN y el FA se transmutaron en agrupaciones más cercanas a la centroizquierda de lo que eran en sus inicios; en otras palabras, cuando fueron

gobierno terminaron jugando las reglas de juego republicanas, aceptando los modelos económicos neoliberales que habían criticado en las décadas de los setenta y ochenta y abandonando la propuesta de una salida revolucionaria.

De esta manera, es importante precisar algunas cuestiones sobre el calificativo de “izquierda” por parte de estas presidencias. Cabe indicar que durante los años noventa, producto del avance de la reestructuración capitalista y del afianzamiento del sistema representativo democrático, algunas de las fuerzas de este espectro ideológico tendieron lentamente a moderar sus discursos y sus acciones radicalizadas, en contraste con los atributos que poseyeron durante décadas. De esa forma, estos cambios quedaron evidenciados tanto en la identificación de los que ellos consideraron como contrincantes políticos y sociales como en las tácticas de construcción política; así, para esta nueva izquierda que se presenta como progresista el “enemigo” no es la explotación del capital sino lo que se trata es de humanizarlo, el “combate” es contra el neoliberalismo y el capitalismo salvaje, por ende, no se busca el socialismo sino más bien la ampliación de la democracia. Estas ideas, en idéntico sentido, se puede aplicar para la concepción que se tiene en términos de estrategia partidaria: la misma no pasa por la vía armada o la acción insurreccional sino más bien por la idea de que las transformaciones se van a lograr por medio de los comicios electorales. En resumen, es evidente que ocurrió una significativa conversión en numerosos representantes de esta corriente de pensamiento. Esto no implica que se hayan vuelto en conservadores, pero tampoco se los puede clasificar como de izquierdas.

En cuanto a los denominados gobiernos progresistas, estos se caracterizaron por redefinir el papel del Estado – y sus políticas públicas - como el centro de articulación político, económico y social. En ese sentido, promovieron el crecimiento de la actividad económica impulsando políticas heterodoxas con una fuerte intervención protagónica del Estado, e incluso practicaron un papel

empresarial. Además, los presupuestos en materia fiscal crecieron y se extendieron con diversos subsidios a industrias deficientes. Si bien en algunas circunstancias alentaron a conformar un sector industrializador sustitutivo de importaciones, su impulso central giró alrededor de la necesidad de priorizar la exportación de materias primas (*comodities*) en alianza con diversos grupos transnacionales. Todo eso redundó en una alta dependencia del envío de materias primas al exterior, estimulando una extracción intensiva de recursos naturales, con muy bajo procesamiento manufacturero y escaso valor agregado. Todo ello con el agravante de que tuvo lugar en un contexto donde los costos de exportación fueron cuatro veces más altos en comparación con los países desarrollados debido a los problemas de transporte y de infraestructura (López Segrera, 2016). En síntesis, bajo el manto de esas medidas neodesarrollistas, no pocos conglomerados empresariales (agrícolas, financieros, mineros, industriales) incrementaron significativamente sus ganancias, diversificando – en algunas ocasiones- sus inversiones.

Conviene subrayar que esos cambios se dieron en una coyuntural global dinamizada por el fuerte crecimiento de la demanda de productos primarios por parte de China, entre otros estados asiáticos. De ese modo, entre 2000 y 2013, el intercambio de bienes entre el gigante oriental y América Latina se multiplicó por veintisiete veces, convirtiendo a ese país en el segundo socio comercial de la región. En esos años fue el primer destino para las exportaciones de Chile y Brasil; la segunda plaza de envío para Perú, Cuba, Colombia y Argentina y la tercera para Venezuela, Uruguay y México.<sup>2</sup>

En ese marco, producto del crecimiento de las exportaciones y del empleo generado por el aumento de la demanda interna alentada por el Estado, se deben observar una serie de resultados

---

<sup>2</sup> Ver cifras del Ministerio de Comercio de la República Popular China en <http://spanish.mofcom.gov.cn/article/reportajeexterior/201302/20130200029608.shtml>



favorables en materia de reducción de los niveles de pobreza frente a los índices existentes a comienzos del nuevo milenio.

De acuerdo con diversos datos estadísticos relevados por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), el continente en su conjunto presentó una significativa mejora en los índices de miseria en la población; en particular, se observó un descenso de la pobreza y de la indigencia entre 2002 y 2009 como consecuencia de la recuperación económica de la región. En otros términos, la relativa prosperidad que experimentó el hemisferio alcanzó a casi todos los países, independientemente del signo ideológico de sus gobiernos, como fue el caso de Perú y Costa Rica que también mostraron cifras de disminución en los niveles de desigualdad. De ese modo, este reanimamiento fue consecuencia del modelo económico ligado a la exportación de *comodities*.

Por otro lado, corresponde subrayar que las presidencias progresistas aplicaron disposiciones de claro corte asistencialista a través de diferentes programas sociales para la transferencia parcial de la renta hacia los sectores más carenciados. Así, en Brasil, entre otros, se implementó el Programa Hambre Cero y Bolsa Familia; en Venezuela se llevaron a cabo diversas Misiones Educativas (Robinson, Ribas, Sucre), Misiones para la Salud Pública (Barrio Adentro, Milagro), Misiones Alimenticias (Mercal); en Argentina la Asignación Universal por Hijo; en Bolivia los bonos Juancito Pinto y Juana Azurduy, la Renta Dignidad, etc. No obstante, si bien el apoyo brindado a los grupos más carenciados fue significativo, el mismo no terminó de resolver los graves problemas de pobreza en esas sociedades. Además de la aplicación de esos limitados paliativos, hubiese sido más efectivo (por sus resultados a mediano plazo) la creación y formalización de empleo genuino, el reparto gratuito de tierras, la disminución y el congelamiento del precio de alquileres, la creación de viviendas populares, entre otras medidas. En forma simultánea a la atención de las clases más humildes, en varias de estas naciones hubo un relativo aumento de sectores que por sus ingresos monetarios y su

acceso a diferentes instancias de consumo pasaron a engrosar al segmento de la pequeña burguesía o comúnmente llamada clase media, tal como lo demostró la ampliación de los centros comerciales, las escuelas privadas y los barrios cerrados.<sup>3</sup>

En términos generales, las presidencias antes mencionadas promovieron un papel activo del Estado, lo cual se vio reflejado en el surgimiento de nuevas constituciones. En forma paralela, se intentaron generar nuevos mecanismos de coordinación interregional, entre otros, la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA), la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR).

No obstante esas innovaciones, los mandatarios progresistas no se apartaron, más bien profundizaron, algunas características básicas del neoliberalismo. En ese sentido, entre otras cuestiones, subrayamos que a pesar de haber disminuido la desocupación, los empleos creados se hicieron sobre la base de un alto grado de precarización y de inestabilidad laboral. Asimismo, hubo una profundización de la explotación primaria para la exportación provocando tanto un incremento de políticas extractivistas como un reforzamiento de los lazos de dependencia y de endeudamiento con diferentes países, sobre todo, con China.

Esta última cuestión apuntada no es un dato menor. Si bien la profunda crisis financiera de 2008 impactó esencialmente en algunas economías centrales (Estados Unidos, la Unión Europea) también generó un cierto descalabro en aquellos países emergentes (China, India) que tenían estrechos lazos comerciales con América Latina (Brasil, Argentina). Así, a partir de 2014 se produjo un significativo descenso en el volumen y en la cotización de los bienes exportables junto con una impactante restricción de la inversión extranjera directa en el continente. De esa manera, la

---

<sup>3</sup> Ver el análisis económico de la CEPAL desde 2000 hasta 2015 en: <http://www.cepal.org/es/publications>.

transformación de la coyuntura económica condujo a que los presidentes de la región no pudieran continuar sosteniendo sus políticas asistencialistas; más aún, varios de estos gobiernos comenzaron a aplicar serios ajustes fiscales sobre los antiguos sectores sociales antes beneficiados de la población.

Ahora bien, a diferencia de lo que se podría esperar, la consecuencia del descenso del precio de los *comodities* no provocó una mutación del modelo productivo en esas economías como tampoco generó una estrategia innovadora de reemplazo de bienes exportables. Por el contrario, se siguió profundizando la política económica sostenida en una matriz extractivista emplazada a satisfacer a los mercados externos. En lo inmediato, el reforzamiento de esta orientación ocasionó serios impactos ambientales provocando no pocos conflictos con las comunidades locales -sobre todo, con campesinos e indígenas- junto con enormes pérdidas de áreas naturales con importantes deterioros en los recursos hídricos. Como resultado de la embestida del capital sobre la naturaleza, se incrementaron los anuncios y el avance de nuevas exploraciones en zonas de frontera y/o en parques naturales. Entre otros ejemplos, en los últimos años, emergieron numerosas protestas socioambientales y territoriales por la edificación de la represa de Belo Monte (Brasil), por la construcción de una carretera en el Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) (Bolivia), contra la explotación -minera (Argentina) y de hidrocarburos (Ecuador). En suma, la creciente demanda de bienes, tierras y territorios por parte del capital y de los Estados dejaron al descubierto dos grandes problemas: primero la falta de voluntad política de esos mandatarios por modificar la estructura productiva de base primaria; segundo, esos hechos evidenciaron los límites que tuvieron las narrativas en clave de “emancipación” o “liberación”, al enfrentarse y distanciarse con los movimientos sociales que habían colaborado en el surgimiento de sus administraciones.

De acuerdo con lo anterior, en no pocas oportunidades los mandatarios progresistas tendieron a buscar negociaciones con los grupos más concentrados del capital mientras aplicaron medidas de ajuste fiscal. Al calor de las recetas ortodoxas de la economía, estos gobernantes terminaron distanciándose de sus antiguos aliados (indígenas, campesinos, jóvenes, ambientalistas). De ese modo, hubo una búsqueda permanente de lograr grandes acuerdos con los principales centros financieros y los organismos multilaterales de crédito. A diferencia de la década del ochenta donde esas fuerzas se oponían al pago de la deuda externa, en el nuevo milenio la centroizquierda en el poder se encargó de cumplir con los compromisos con el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Club de París, el Banco Mundial, entre otras entidades, renegociando el endeudamiento, o bien, pagándolo por completo como hizo el matrimonio Kirchner en Argentina.

Al respecto, sobre este último punto, un tema importante que se observó fue el fuerte papel desempeñado por los primeros mandatarios por sobre los otros poderes del Estado. Esta cuestión en la práctica cotidiana se percibió tanto en la adopción de decisiones de la agenda pública como en el liderazgo que se ejerció en el seno de sus organizaciones. De esa manera, hubo un *colossal* presidencialismo que derivó, entre otros asuntos, en una búsqueda por perpetuarse en el cargo a través de reelecciones sucesivas o indefinidas, por medio de modificaciones constitucionales (Venezuela, Bolivia) o por disposiciones de los tribunales de justicia (Nicaragua, Bolivia). Tampoco faltaron las alianzas con grupos conservadores, en otras circunstancias históricas impensables, con el fin de poder triunfar en diferentes comicios (Argentina, Brasil, Bolivia, Ecuador). Además, un corolario de esta tendencia personalista fue el impedimento de que surjan nuevos líderes y candidatos, incluso relegando la posibilidad de que emerjan otros aspirantes dentro de los diversos grupos y corrientes políticas de apoyo, alentando a una perspectiva filosófica donde las transformaciones históricas se deben sobre todo a la capacidad de

acción y voluntad de los líderes más que a los cambios producidos por las relaciones de fuerza entre las clases sociales.

Como expresión de lo anterior, durante esos años se advirtió un notable proceso de disciplinamiento político sobre los movimientos sociales; la política asistencialista puesta en funcionamiento cumplió un rol de subordinación al gobierno, frenando, controlando y manipulando las manifestaciones. En la práctica, algunas organizaciones, las cuales habían desarrollado un alto grado de autonomía y de cuestionamiento a las políticas neoliberales en la década del noventa, fueron perdiendo dicho carácter independiente bajo el progresismo (Bolivia, Venezuela, Ecuador) quedando totalmente subordinadas al Poder Ejecutivo. De igual modo, este proceso de cooptación también se extendió a medios de comunicación, Organizaciones No Gubernamentales (ONG), etc. En consecuencia, en la mayoría de las ocasiones, la construcción de lealtades políticas derivó en un mecanismo de subordinación de la protesta social.

En términos similares, estas administraciones alentaron a conformar una red de intelectuales adictos a sus políticas sin ninguna perspectiva crítica. Al igual que lo ocurrido con otras experiencias históricas, independientemente de su signo ideológico, en esos países emergieron un amplio número de pensadores encargados de engrandecer los hechos positivos, disimulando las dificultades a la vez que justificaban las medidas adoptadas en nombre de los sectores subalternos. A diferencia de lo sucedido en décadas pasadas cuando eran cuestionadores del capitalismo, en momentos en el que el progresismo fue gobierno estos académicos avalaron la convivencia con los grupos monopólicos empresariales e ideologizaron la falsa ilusión del Estado como ente neutral y mediador autónomo de la lucha de clases. Además, cuando surgía una mirada distinta por parte de otros intelectuales y grupos de izquierda desaprobando el accionar gubernamental, se la calificaba como si fuese una expresión de derecha. Por ejemplo, en reiteradas oportunidades, García Linera impugnó las críticas de las ONGs

como agencias voceras del imperialismo yanqui. En idéntico sentido, en un discurso de Fernández, el 14 de agosto de 2014, expresó: “A mi izquierda, ¿saben qué hay? ¡La pared! Nada más”<sup>4</sup>. De esa manera, se construye un único punto de vista valedero, descalificando todo pensamiento alternativo al oficial. No se concibe a los intelectuales con libre albedrío sino como sujetos sumisos y dogmáticos.

Por último, no por eso menos importante, no fue extraño descubrir la existencia de un significativo número de militantes rentados, o bien de simpatizantes incorporados como funcionarios. Así, en determinadas circunstancias el instrumento clientelar se erigió en un aparato paraestatal contra los movimientos opositores; incluso, justificando la represión contra los sectores disidentes que impugnaban el accionar de esos gobiernos. Uno de los casos más notables fue la táctica empleada por el gobierno de Morales de encauzar y controlar a diferentes organizaciones de indígenas, campesinos y obreros a través de generar falsas divisiones en su seno; asimismo, en algunas ocasiones, este mandatario apeló a sus principales grupos de apoyo (Cocaleros y Bartolinas) como fuerza de choque ante la protesta de originarios y trabajadores mineros.

En otro orden de elementos característicos del período, corresponde señalar que el accionar político de estos mandatarios no estuvieron exentos tanto de ambigüedades como de contradicciones en materia de educación, de género y de derechos humanos, etc., incluso en cada una de sus propias gestiones administrativas de gobierno. Valga como ejemplo las medidas atentatorias contra el derecho de las mujeres sobre la posibilidad de decidir sobre sus cuerpos en materia de interrupción voluntaria del embarazo como las que llevaron adelante las presidencias de Ortega o el matrimonio Kirchner – Fernández. En idéntico sentido, se expresaron numerosas incoherencias entre el discurso de defensa de las garantías individuales y la práctica de la justicia con

---

<sup>4</sup> Véase el periódico argentino *La Nación*, 15 de agosto de 2014.

el empleo de la fuerza policial para reprimir diversas manifestaciones de protesta (Argentina, Nicaragua, Bolivia, Ecuador y Venezuela) o el uso del espionaje a organizaciones opositoras. En el caso de Morales y Correa fue notable la incoherencia entre su prédica a favor del medio ambiente y la naturaleza con sus medidas económicas extractivistas. Por otro lado, los célebres temas de corrupción que implicaron a las más altas autoridades de sus gobiernos (Argentina, Brasil, Bolivia, Venezuela, Nicaragua) no fue un problema menor a la hora de pensar sobre la ética que había identificado a la izquierda cuando era opositora al neoliberalismo.

### **El renacer de la derecha en el Cono Sur**

En esa coyuntura histórica, como consecuencia de las fortalezas y debilidades de sus gobiernos, emergieron con fuerza distintas organizaciones de derecha. Ahora bien, habría que aclarar dos cuestiones. La primera, es que esta corriente ideológica, al igual que la anterior, no conforma un conglomerado homogéneo; coexisten en su seno diferencias económicas y políticas tanto en cuanto a los mecanismos de gobernabilidad como en asuntos referidos a identidades de género, economía, educación, entre otros. En segunda instancia, estos partidos también fueron consecuencia de la crisis del neoliberalismo a fines de los años noventa. A partir de la lectura política que hicieron de este acontecimiento, entre otras cuestiones, pudieron reconfigurarse y diferenciarse de antiguas formas de actuación y de intervención, sobre todo, tras su apoyo y participación en las dictaduras militares; de ahí, la denominación proporcionada por muchos analistas como de “nuevas derechas”.

Cabe preguntarse entonces ¿qué características posee esa nueva derecha? En primer lugar conviene indicar que la misma experimentó una transformación notable a partir de los procesos de transición democrática en América Latina desde mediados de la

década del ochenta. Los grupos nucleados bajo este signo político comenzaron a presentarse como defensores del sistema democrático cuando históricamente fueron promotores de las interrupciones constitucionales y en muchos casos partes integrantes de las administraciones dictatoriales. En este sentido, en términos generales, comparten con las formaciones políticas de tipo progresista la opinión de que los procesos electorales son los caminos adecuados para alcanzar el gobierno; ambas corrientes apuestan a la democracia representativa como el único régimen político legítimo.

En lo que se refiere a los lineamientos ideológicos de esta corriente, si bien como mencionamos son heterogéneos, se pueden identificar algunos elementos centrales frente a las particularidades que han tenido en el pasado. El primero de ellos es la reafirmación de la supremacía del libre mercado frente a la intervención estatal. Aunque en términos generales son partidarios de una mirada ortodoxa de la economía, esto no significa la invalidación del Estado como garante último de la reproducción y ampliación del capital. Pese a sus diatribas contra el intervencionismo, numerosos integrantes de esta corriente han recurrido al mismo para efectuar negocios por medio de licitaciones y contratos (por ejemplo, Mauricio Macri y su familia, en Argentina). Por otro lado, si bien no conforma una parte nodal de su agenda política, consideran como necesaria y momentánea la participación oficial en determinadas áreas tales como la asistencia social a los sectores más carenciados a través de planes de ayuda. En idéntico modo, si bien son proclives a su privatización, sostienen como parte de su plataforma electoral el mantenimiento del sistema educativo y la salud pública en aquellos países que poseen una larga tradición en ese campo (Argentina, Uruguay).

En segundo lugar, apelan en forma permanente a la defensa de las instituciones democráticas y al sistema republicano en oposición a la “barbarie” identificada con el populismo. Difunden el propósito de edificar una democracia sostenida en el diálogo y el



consenso entre las fuerzas políticas, en particular, con aquellas que poseen representación parlamentaria. Si bien se quieren diferenciar frente a su papel en el pasado dictatorial, su mirada y su apreciación de esos años es heterogénea; esa falta de homogeneidad en parte se debe al tipo de transición pactada tras los regímenes militares en cada uno de los países, como se puede constatar con lo sucedido en Argentina, Uruguay, Brasil y Chile.<sup>5</sup> Por otro lado, como una cuestión muy importante para subrayar, sus enunciaciones democráticas se encuentran enmarcadas bajo un sesgo de clase, de clase dominante, ya que entienden a la democracia como un mero hecho electoral que se reitera cada una cierta cantidad de años para elegir candidatos acordes con el sistema democrático burgués, descartando cualquier otra instancia de participación por medio de movilizaciones, asambleas, plebiscitos, etc.

Un tercer elemento dentro de su pensamiento es que se presentan ante la opinión pública con un discurso moderado, en donde prevalece la representación de una sociedad sin tensiones ni antinomias (características que atribuyen a los gobiernos progresistas). Sus ideas se mimetizan bajo una argumentación pospolítica y desideologizada, procurando diluir cualquier vestigio de conflicto social. Comparten la filosofía de Francis Fukuyama (1994) sobre el “fin de la Historia” y la “muerte de las ideologías”, al alegar que las querellas políticas son cuestiones del pasado, patrimonio del “antiguo” pensamiento de la izquierda y la derecha; en ese sentido, evitan las definiciones políticas categóricas. Frente a ello, son partidarios de la noción de progreso sobre la base del esfuerzo individual, la meritocracia y el emprendedorismo, en el marco de una convivencia armónica entre individuos que poseen idénticas oportunidades al momento de concretar sus aspiraciones.

---

<sup>5</sup> Con respecto a este punto, cabría señalar que existen representantes de este espectro ideológico que no encajan con gran parte de estas características, por ejemplo, el actual presidente Jair Bolsonaro de Brasil.

Cabe subrayar que, a pesar de las declamaciones a favor de tolerar las diferencias y las discrepancias, cuando se hace referencia a asuntos vinculados en sostener el orden económico, o bien, cuando se hacen afirmaciones en materia de seguridad, no dudan en emplear un discurso más autoritario, prometiendo el uso de la represión -sobre todo- frente a la protesta social y la disidencia.

De idéntica manera a lo que fuera observado por Carlos Vilas (2000) en su estudio sobre el neoliberalismo, los candidatos de esta *aggiornada* derecha, en forma significativa, son hombres y mujeres provenientes del ámbito privado, ajenos al campo de la militancia política. Como denominador común se presentan como individuos exitosos dentro de su campo profesional (empresarios, deportistas, actores, comerciantes, etc.), se autoidentifican como ejecutores, “gente de acción”, especializados en resolver problemas puntuales, donde la capacidad empresarial es un atributo superior a la lógica política. Además, se exhiben como independientes de las estructuras y aparatos partidarios, vanagloriándose que su prestigio y su patrimonio financiero proviene de un espacio distinto al de la política; por ende, declaran que no tienen lazos de compromiso con estos sectores. En el imaginario que construyen se referencian en su supuesta capacidad de efectuar una gestión administrativa de tipo técnica basada en la eficacia, alejada de la corrupción de la política tradicional. Sin embargo, cuando se contrasta con la realidad, se encuentra que tanto en Argentina, Brasil como en Bolivia, por mencionar algunos ejemplos, muchos de esos aspirantes estuvieron implicados en diferentes negociados poco transparentes, incluso, a través de contratos y licitaciones con agencias estatales.

En cuarto lugar, cabe subrayar que estos agrupamientos políticos son producto de la confluencia de distintas vertientes: ex militantes de partidos cercanos a ese pensamiento, antiguos funcionarios de las dictaduras militares, sectores del *establishment*, altos jerarcas de la iglesia católica y del evangelismo, propietarios de grandes medios de comunicación, integrantes de ONGs,

fundaciones y de *think tanks*. Sobre todo, estos últimos sectores son los principales dotadores de *sentido común* a la vez que actúan como transmisores de la ideología de la clase dominante. Así, las aseveraciones y reflexiones provenientes de las agencias de noticias son las que ayudan a crear una opinión pública por la cual se legitima un conjunto de ideas sobre lo que tendría que ser un *correcto* gobierno, y como corolario se encargan de sostener (o a desprestigiar) a un mandatario. De igual manera, los órganos de prensa colaboran en el establecimiento de una agenda política donde se erigen escenarios sociales; o bien, se dedican a impulsar (o a desacreditar) determinadas candidaturas (Botto, 2011).

Por su parte, las ONGs, fundaciones y *think tanks*, además de proporcionar los cuadros técnicos y funcionarios, se encargan de elaborar todo un conjunto de pensamientos, sentires, discursos y valores que luego se transmiten hacia dentro de los partidos de derecha y hacia el conjunto de la sociedad. Aunque esos espacios están conformados por miembros con distintas experticias (economistas, politólogos, filósofos, entre otros), provenientes de instituciones públicas y privadas, estas se dedican tanto a diseñar una parte significativa del universo de las propuestas políticas de los candidatos como a la forma y los modos en que estos deben comunicar sus ideas. Acorde con su construcción heterogénea y pragmática, en sintonía con su discurso desideologizado, estas organizaciones buscan coincidencias tanto en diferentes partidos políticos locales como en diversos espacios de la sociedad civil: ambientalistas, deportistas, consumidores veganos, evangelistas, etc. Asimismo, si bien poseen novedosas y originales formas de interpelación a la población (en forma festiva, vacía de propuestas, sin debates, apelando a la meritocracia y el emprendedorismo) se erigen sobre las antiguas estructuras partidarias. En cierta forma este ha sido el papel que ha desempeñado la *Fundación Ethos* con Mauricio Rodas en Ecuador o la *Fundación Creer y Crecer* con Francisco de Narváez en Argentina.

A pesar de las anteriores características observadas, el concepto de “nueva derecha” no implica en que esos agrupamientos se haya dejado a un lado todo un conjunto de elementos propios de los movimientos conservadores; incluso, que convivan con contradicciones con estos. Valga como ejemplo ilustrativo el debate político – ideológico que se originó en el seno de la coalición gobernante en Argentina en torno al proyecto de ley de interrupción voluntaria de embarazo en el año 2018. En el mismo sentido, como parte de los “vicios” de la antigua política, mantienen en forma idéntica tanto los mecanismos oscuros de financiamiento como la manera poco democrática de designar a sus candidatos, entre otras cuestiones.

Frente a ese panorama, lo que sigue es tratar de comprender por qué han crecido las propuestas de derecha en la sociedad, alcanzado el poder presidencial en varios países de la región. Aunque intervinieron diversos factores, una de las principales causas descansa en las propias acciones de los mandatarios progresistas al frente de sus gobiernos. Los mismos no han sabido, o no han querido, dar respuesta a diferentes cuestiones tales como los problemas de seguridad, los hechos de corrupción, las falencias en materia de salud, educación y vivienda, la renovación del liderazgo en sus organizaciones, etc. En ese escenario, la derecha fue construyendo un discurso opositor, criticando estos problemas a la vez que proponía, por ejemplo, en temas como la asistencia social *“mantener lo bueno y cambiar lo malo”*. En forma simultánea, también se erigió en defensora de las instituciones republicanas al criticar la concentración de poder de esos gobernantes o su afán de volver a candidatearse en sucesivas elecciones. En el mismo sentido, en los asuntos referidos al narcotráfico y la criminalidad, sus propuestas sin eufemismos a favor de la ejecución de una política de “mano dura” ha cosechado un amplio abanico de apoyo en todas las clases sociales dejando en evidencia la carencia de argumentos frente a esos flagelos por parte de las fuerzas de centroizquierda.

Una segunda causa interviniente fue la crisis económica, producto de la dependencia primario exportadora, que afectó a la mayoría de los gobiernos en el continente. La misma condujo, por un lado, a que cesaran los proyectos sociales generados por esa fuente de ingreso; por el otro, llevó a que esos mandatarios aplicaran distintos planes de austeridad lo que condujo a que se desencadenen numerosas protestas como las vividas por Rouseff, Fernández o las experimentadas con Ortega en Nicaragua tras la propuesta de reducción de las jubilaciones y un aumento de los impuestos internos en el primer semestre de 2018. Así, estas dificultades no sólo afectaron sus bases sociales (evidenciada por un aumento de la pobreza) sino que también provocaron la insatisfacción de la volátil pequeña burguesía que había brindado en algún momento su apoyo a esos mandatarios. Con ese descontento frente al incremento del costo de vida, la inflación y los impuestos, la derecha adoptó un renovado discurso basado tanto en la necesidad de acceder a una economía “eficiente” e “integrada” con los grandes centros del poder financiero mundial como en tratar de defenestrar lo que consideraba como las prácticas económicas propias desarrolladas por el progresismo como el clientelismo, el nepotismo, el déficit fiscal y la corrupción estatal.

Además de esos motivos, se pueden señalar otros factores intervinientes en el crecimiento electoral de la derecha. Entre ellos, no se puede dejar de mencionar el papel de los grandes medios de comunicación donde, en general, se los empleó para denostar a los denominados gobiernos progresistas. En forma paralela, los órganos de prensa fueron utilizados para proyectar positivamente las figuras contrarias a ese espacio ideológico.

En otro orden, también fue notable el cambio de tendencia política que se experimentó en el ámbito judicial; si bien en un primer momento los mandatarios progresistas se valieron de no pocos fiscales, jueces y tribunales para que salgan sentencias a su favor, en los últimos años se produjo una abierta escalada

opositora desde ese ámbito. Incluso, en algunos casos, derivaron en un golpe institucional (como fue la destitución de Rousseff) o bien, el dictado de prisión de Lula.

De igual manera, existieron casos donde el Parlamento jugó un papel protagónico al momento de decidir el derrocamiento de esos mandatarios: Honduras (2009), Paraguay (2012) y Brasil (2016). En todas esas coyunturas, los agrupamientos de derecha y sus voceros propiciaron –en términos formales- cierta apariencia legal con el objetivo de preservar las normas constitucionales del régimen democrático burgués.

### **Unas breves conclusiones**

Resultan evidentes las transformaciones operadas en Sudamérica con la emergencia y consolidación de la derecha en los gobiernos de Chile, Paraguay, Argentina, Ecuador y Brasil. En todos esos casos se aplican, en menor o mayor medida, un conjunto de severos ajustes fiscales enmarcados alrededor de la reducción de los gastos estatales en consonancia con la búsqueda de una mayor flexibilización laboral a través de modificaciones de las leyes que regulan el empleo y el sistema previsional. Asimismo se observa un acuerdo nítido entre los mandatarios de turno con el Poder Judicial y los grandes monopolios de información en pos de tratar de demonizar a los ex gobernantes mientras encubren o muestran desinterés por los ilícitos y las dificultades del presente.

En diversos medios, entre ellos en el mundo académico, se erigen numerosos interrogantes sobre el por qué se han producido estos cambios en el sistema político. A diferencia de las teorías conspirativas que plantean que las mutaciones obedecieron por voluntad de poderes fácticos cuasi poderosos, opinamos que las causas se deben encontrar en los problemas, desaciertos y límites de los propios gobiernos progresistas. A partir de esas dificultades es que el imperialismo, la derecha y los grandes medios de comunicación aprovecharon esas *equivocaciones*. De idéntica

manera, aquellas lecturas que sostienen que el arribo de gobernantes conservadores se debe sólo a motivos externos, revela un fenómeno extendido en esos procesos como fue la ausencia de autocrítica por no pocos intelectuales y periodistas identificados con el progresismo.

Como consecuencia una de las principales debilidades y límites de esos mandatarios fue que no profundizaron las transformaciones que iniciaron cuando llegaron al gobierno. Fue evidente que nunca tuvieron esa intención, por el contrario, siempre buscaron garantizar los acuerdos con el mundo empresarial, a la vez que impidieron todo tipo de radicalización y de movilización autónoma de obreros, campesinos e indígenas. En este doble cruce de factores queda exhibida una de las falacias de estos gobernantes y sus seguidores. Por un lado, se demostró como ineficaz la idea de que podían mantenerse en el Ejecutivo si previamente hacían una serie de acuerdos y concesiones con los sectores más concentrados de la economía: el ejemplo más emblemático de ese fracaso fue lo sucedido en Brasil con la vicepresidencia de Michel Temer. Por otra parte, producto de la esencia de sus concepciones ideológicas y su forma de concebir la política, el progresismo en el poder terminó encauzando los movimientos sociales, quitándole todo tipo de independencia, evitando que se empoderen y que en última instancia impugnen al Estado como la junta que administra los negocios de la burguesía.

En todo caso, queda claro que tanto los cambios efectuados por los gobiernos progresistas como el rápido surgimiento de mandatarios conservadores se produjo sin generar grandes colapsos traumáticos. En última instancia, este fenómeno se explica por el marcado tono reformista de esas presidencias; en esencia, la izquierda que había alcanzado el poder a comienzos del nuevo milenio había perdido su identidad revolucionaria. Fue claro que la propuesta política del socialismo de Siglo XXI, en donde había que convivir con el capital y no destruirlo, era totalmente contraria a la pensada por los padres del marxismo.





## **Raça e gênero no Brasil uma história de luta**

*Lúcia Helena Oliveira Silva*<sup>1</sup>

As experiências vivenciadas pelos trabalhadores afrodescendentes no período pós-abolição impactaram fortemente no reconhecimento e na construção de identidade dessas pessoas enquanto sujeitos que buscavam construir sua cidadania na vida livre. Trabalhadores praticamente únicos por mais de trezentos anos, os libertos e seus descendentes foram visto com sinônimo do atraso e marcados pela invisibilidade no mercado de trabalho, julgados a partir das teorias do racismo científico enquanto lutavam para incorporar-se na sociedade livre. Esta invisibilidade como trabalhadores afetou por um bom tempo os estudos voltados para a história do trabalho que até meados os anos 1980, voltou-se para o trabalho operário fabril e urbano.

A incorporação da história dos homens e mulheres afrodescendentes junto a história de nosso país, sobretudo após a liberdade deveu-se principalmente a Lei 10639/03 atualizada pela lei 11645/08. Contudo, a adoção de novos conteúdos não seria possível sem a renovação teórico-metodológica iniciada nos estudos historiográficos há algumas décadas atrás, que trouxe maior atenção ao aspecto social que o econômico nas pesquisas. O instigante artigo de Silvia Lara (1995) feito na metade da década de 1990 trouxe questionamentos sobre a importância de se adicionar os trabalhadores escravizados nos estudos da história social do

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Assis.

trabalho. Esta junção, como lembra Claudio Batalha, hoje nos parece óbvia, mas não existia até aquele momento (BATALHA, 2006, p.87-88). Muito contribuiu para o debate o artigo de Peter Linebaugh (1983) que apontou conexão entre os escravizados que passaram por Londres e lideranças de operários ingleses. Nele, o autor reconhecia na convivência entre aqueles trabalhadores e indicou uma circularidade de ideias e a possibilidade de existência um possível “circuito atlântico”<sup>2</sup>. Em seu artigo, Lara indicou pontos de aproximação entre a perspectiva de Edward P. Thompson que estudava a formação da classe operária inglesa e aquela dedicada estudar a experiência de africanos e seus descendentes em nosso país. Ela lembra ainda que historiadores como Célia Marinho, Robert Slenes, Hebe Mattos, João José Reis, Sidney Chalhoub entre outros começaram defender a inclusão da experiência e do protagonismo negro dentro do processo que envolveu a escravidão e a liberdade no Brasil como parte das novas interpretações influenciadas pelas análises da historiografia inglesa, em especial, Edward P. Thompson (LARA, 1995, p.46)<sup>3</sup>.

Outras teorias também ganharam força nos estudos das ciências sociais como a Nova História com destaque para as análises entre outros de Michel Foucault que discutiu os mecanismos de repressão e poder na sociedade. Também cabe destaque para Michelle Perrot de quem trataremos mais adiante que trouxeram novas abordagens e novas problematizações para história em estudo das narrativas de grupos pouco contemplados na sociedade. Interessa-nos um grupo que fazia parte dos excluídos que passaram a ser investigados: as mulheres. O contexto do aparecimento destas novas metodologias se deu em um momento

---

<sup>2</sup> O artigo de Linebaugh causou um grande debate com outros estudiosos no período e foi publicado anos depois na Revista Brasileira de História em 1983. Ver LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas do Atlântico estremeçeram. Revista Brasileira de História. vol. 3, no. 6, 1983

<sup>3</sup> Houve uma grande influência do marxismo inglês em especial de Edward P. Thompson sobre os estudos da história social. Em especial, na historiografia da escravidão, da história do trabalho e dos grupos populares que foi se espalhando à medida que os pós-graduandos depois de formados se tornaram professores em universidades. Esta influência pode ser sentida na Unicamp e UFF.

de intensos movimentos no final da década de 1960. Nessa época uma onda de convulsões político-sociais varreu o mundo com protestos de trabalhadores de diversas partes do mundo, estudantes, movimentos pacifistas, por direitos civis para a população negra nos Estados Unidos, pela liberdade das colônias africanas e asiáticas, o movimento hippie que se punha como contracultura a ordem social estabelecida e o movimento feminista.

## **Pensando nas mulheres**

O Movimento de Libertação da Mulher surgiu nos Estados Unidos e se espalhou rapidamente pelo mundo ocidental chegando ao Brasil nos anos 1970. Em seu início, o movimento questionava a validade cultural e legal do patriarcado bem como as práticas hierárquicas sociais e sexuais usadas secularmente no controle legal e físico das mulheres na sociedade. Dele derivaram estudos acadêmicos sobre as mulheres até então ausentes nos estudos das ciências sociais. Michelle Perrot foi uma das pesquisadoras mais ativas nesta área. Começou suas investigações em 1973 e tornou-se conhecida internacionalmente, por seus trabalhos e também por também estudos que orientou (PEDRO, 2003). No Brasil, a primeira de suas obras a ser publicada foi em *Os excluídos da história: operários, mulheres e camponeses*. Posteriormente publicou uma coleção junto com George Duby denominada *História das Mulheres no Ocidente* com cinco volumes. É importante lembrar que antes que do movimento feminista já haviam existido aqui diversas iniciativas buscando lutar por direitos das mulheres como pelo direito do voto liderado por Bertha Lutz nos anos 1930 e anteriormente Nísia Floresta educadora que lutou pela educação e emancipação feminina no século XIX<sup>4</sup>. Também no século XIX destaca-se o trabalho da

---

<sup>4</sup> Estas intelectuais são consideradas como a primeira onda do feminismo que foi a segunda metade do século XIX as três primeiras décadas do século XX. Também se chamou feminismo bem comportado pelos questionamentos pontuais. Para mais informações ver SOARES, Vera. Movimento

escritora e abolicionista Maria Firmina dos Reis que publicou o romance *Úrsula*. Nesta obra, Firmina uma afrodescendente livre retratou as condições da escravidão onde o protagonismo coube a uma escravizada em torno do qual se passava a toda a história. Este romance trouxe um raro olhar tratar do ponto de vista de uma mulher cativa, fato raro entre trabalhos similares da época.

Os primeiros trabalhos sobre a história das mulheres no Brasil surgiram na década de 1980. Em um olhar sobre o que se produzia neste período, Maria Beatriz N. Silva comentou que a história da mulher era uma área nova e sua origem vinha dos estudos da Demografia em especial do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina CEDHAL da USP e a chegada do Movimento Feminista. Ela falou das dificuldades da consolidação de uma disciplina autônoma sobre a História da Mulher na academia (SILVA, 1987, p.76). Posteriormente, em 1997 foi organizada uma coleção de estudos sobre a história das mulheres no Brasil, muito pautada na versão francesa. A coletânea procurou abordar os diversos aspectos da vida da mulher indo da colônia ao período contemporâneo na linhada história social. Organizada por Mary del Priore, a coleção se tornou muito divulgada. Contudo, observou-se algumas ausências, pois não há nenhum capítulo dedicado às mulheres indígenas e negras. Importante também foi o surgimento de periódicos como *Estudos Feministas* que nasceu em 1992 ligado a Universidade Federal de Santa Catarina e *Cadernos Pagu* em 1993 da Universidade Estadual de Campinas. Eles representaram o surgimento de núcleos de estudos que se multiplicaram no Brasil e traziam as pesquisas debates sobre a história das mulheres e as questões de gênero o que permitiu uma maior proximidade com os debates internacionais.

Ainda nos anos 1990 verificou-se um exponencial crescimento de trabalhos que ampliaram os conhecimentos e que levaram a novas indagações. Joan Scott, historiadora e feminista, avaliou como positivo os ganhos trazidos pelas novas pesquisas. Contudo, ela entendia que homens e mulheres continuavam a ser tratadas de maneira diferenciada pela história. Como consequência, a história da mulher permanecia marginal aos diversos campos de estudo (SCOTT, 1995, p. 14). Para ela, o movimento feminista na havia motivado a reivindicação de uma história que mostrasse a atuação e protagonismo das mulheres, o que foi respondido com o surgimento de muitas pesquisas, condição comum de todo movimento social que busca visibilidade. Contudo, à medida que ele foi se avançando houve um afastamento do posicionamento inicial e um campo de estudo se configurou. Em *Gênero uma categoria útil de análise histórica*, Joan Scott historiciza e define as concepções sobre os papéis de homens e mulheres na história e trabalha com o conceito gênero que, para ela seria um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). Em suas palavras:

A emergência da história das mulheres com o um campo de estudo envolve, nesta interpretação, um a evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise.

O conceito gênero surgiu se contrapondo a explicações pautadas no determinismo biológico e uma naturalização de comportamento e tratamento desiguais entre homens e mulheres. A concepção universal e imutável do comportamento de homens e mulheres serviu por muitos séculos para justificar as desigualdades entre ambos, a partir de suas diferenças físicas. De acordo com Guacira L. Louro (1997) e Eliane Maio Braga o conceito começou a ser usado para marcar as diferenças entre homens e mulheres diferentemente de ordem física e biológica. Deste modo, entende-se que a diferença biológica é apenas o ponto de partida para a

construção social do que é ser homem ou ser mulher. O sexo é atribuído ao biológico enquanto gênero e é uma construção social e histórica. A noção de gênero aponta para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino (BRAGA, 2007).

### **Mulheres pobres, mulheres negras**

No Brasil o campo de estudos sobre gênero e história social um dos trabalhos mais conhecidos foi feito por Maria Odila L.S. Dias (1984) sobre a vida de mulheres pobres na cidade de São Paulo colonial. Voltado para a história social de um grupo nunca estudado exclusivamente até então, mulheres pobres livres, forras e escravizadas. Fundamentado em farta documentação, o trabalho tornou-se referência para estudos da história social e gênero. Também fez parte desta leva, o estudo de Sonia Giacomini (1988) sobre mulheres escravizadas. Nele a autora buscou contrapor as visões sobre as mulheres escravizadas e elas e realidade vivida no cativeiro. Outra contribuição do período foi a de Maria Lúcia Mott. A autora estudou a participação de mulheres de diversos grupos sociais entre os quais as cativas na luta pela obtenção da liberdade. Trabalhando com o contexto do Peru Christine Hunefeldt (1988) estudou as mulheres escravizadas e libertas no Peru e suas estratégias para conseguir melhores condições e a liberdade e apontou diversas estratégias importantes para a sobrevivência delas e de seus familiares.

Seguindo o boom de pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos após o surgimento dos *Black Studies*<sup>5</sup> no final da década de 1960, houve um grande interesse pelas questões que

---

<sup>5</sup> Chamados inicialmente de Estudos Negros depois alternadamente, africanos, diáspora ou afro-americanos são um campo acadêmico interdisciplinar dedicado principalmente ao estudo da história, cultura e política dos negros dos Estados Unidos e diáspora africana. O campo inclui estudiosos de literatura, história, política e religião afro-americana (assim como caribenha, africana e afro-europeia), bem como de disciplinas dentro das humanidades e ciências sociais. Programas e departamentos de estudos afro-americanos foram criados nas décadas de 1960 e 1970 como resultado do ativismo inter-étnico de estudantes e professores.

envolveram escravidão e liberdade e também um olhar voltado para o estudo de gênero. Um dos trabalhos que reúne estes dois temas é o livro de Debora G. White. Trabalhando com as mulheres cativas que viviam nas plantações do sul dos Estados Unidos, ela procurou investigar as experiências de vida contrapondo aos estereótipos de passividade e paternalismo mitificados nas figuras das escravas dóceis (mamies) voltadas para maternidade e cozinha e das mulheres altamente sexualizadas (jesebel) que provocavam delírios masculinos e a violência contra elas próprias. Também cabe destaque o estudo de Elizabeth F. Genovese. Nesta pesquisa ela estudou a vida e o relacionamento entre mulheres escravizadas e mulheres brancas no sul dos Estados Unidos, confrontando os estereótipos sobre os laços de solidariedade entre as mulheres brancas e negras dentro da escravidão. Genovese conclui que se estes laços existiam, eles não impediam a manutenção dos preceitos da hierarquia livre/cativo praticamente rompendo com a ideia de possíveis laços de ajuda entre os dois grupos de mulheres. Estes exemplos de estudos historiográficos buscaram protagonizar, cada qual a seu modo, a vida de mulheres escravizadas, libertas e livres mostrando as dificuldades e conquistas do grupo mais espoliado no conjunto de trabalhadores durante e depois do processo da escravidão. Dentro de suas limitações buscaram romper com a ideia da naturalização do domínio masculino e com as resistências em admiti-lo e proporcionaram novas reflexões em um momento de definição do campo que se dividia em estudos feministas dos estudos de gênero.

Contudo, se a historiografia avançou em reconhecer os novos protagonismos, o movimento feminista foi mais reticente em reconhecer que a questão da etnia e das diferenças socioeconômicas de outras mulheres. Obviamente não se pode negar que o esforço pioneiro dos estudos feministas levou a uma reflexão sobre a condição feminina mas, a questão era mais complexa era entender que as mulheres não eram um grupo homogêneo. Sobre isso, a pesquisadora Bell Hooks explica:

(Betty) Friedman conclui seu primeiro capítulo afirmando: “Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa semais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. Friedman transformou suas dificuldades e as de mulheres brancas como ela em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres nos Estados Unidos. Ao fazê-lo, desviou a atenção de seu classismo, seu racismo, suas atitudes sexistas em relação à massa de mulheres norte-americanas<sup>6</sup>.

Hooks dirige a crítica à líder feminista Betty Friedman<sup>7</sup> uma das lideranças do movimento de libertação da mulher nos Estados Unidos em seu início e que representou emblematicamente os anseios do movimento em seu início. Para ela, a ativista não se esqueceu das diferenças no grupo de mulheres, mas falava a partir de seu lugar na sociedade, a classe média. Para exemplificar sua reflexão, bell Hooks ela explana sua experiência pessoal. Criada em uma família negra do sul dos Estados Unidos, ela viveu os diversos graus da tirania patriarcal além da segregação racial e vivenciou a opressão em todas as suas formas o que a motivou a participar dos

---

<sup>6</sup> O livro de bell Hooks usa a expressão de *Sojourner Truth* e tornou-se referência por ser um dos primeiros a fazer esta inter-seccionalidade do feminismo e raça. Ver HOOKS, bell. *Ain't I a woman? black women and feminism*. Boston South End Press, 1981, cap. 1. É possível encontrar os capítulos do livro traduzidos para o português. Consulte o site [https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a30-sou-eu-uma-mulher\\_traduzido.pdf](https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a30-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf)

<sup>7</sup> Outro grande marco para o feminismo de segunda onda, foi o livro intitulado “A Mística Feminina” de Betty Friedman (1963), que desvenda os mitos em que é determinada a função da mulher em relação ao homem. O papel da mulher foi inserido na sociedade através de uma relação com o natural, aquele que vinha desde sempre. Enquanto a mulher como genitora, deveria ficar em casa cuidando dos filhos e internamente, o homem teria o papel de trabalhar no externo.



grupos feministas. Porém ao chegar lá, bell Hooks afirmou não ter sido tratada como igual. Os problemas que ela vivia como mulher negra e de origem humilde também não estavam lá pautados. Assim, embora o movimento fizesse um trabalho de reflexão da condição feminina, ele era representado e falava para uma parcela da população desconhecendo outras realidades.

Para Bell Hooks ausência de sua representação no movimento feminista motivou-a a buscar um espaço para sua representatividade. Importante para isso foi o reconhecimento de condições mais ou menos próximas das mulheres negras dos Estados Unidos e de outros lugares onde houve a escravidão. A diáspora atlântica trouxe a experiência transnacional do ativismo das mulheres escravizadas e suas descendentes. A permanência das condições históricas na vida de boa parte das mulheres afrodescendentes cruzadas por intersecções identitárias como classe e etnia/raça levou-as a se movimentar e lutar por espaços e pela sua integridade na medida do possível. Não se tratavam de problemas ligados ao seu gênero mas a dubiedade de ser mulher e não ser tratada como outras mulheres da sociedade. Na liberdade, a condição das mulheres negras somou a opressão comuns as outras mulheres e as dificuldades de lutar pela sobrevivência delas e dos seus familiares vivendo na pobreza. Tais características levaram ao feminismo negro. Ele veio em resposta a não inclusão das mulheres negras e das camadas populares como forma de discutir os problemas que as afetavam. Este espaço de discussão somou além dos problemas de opressão comuns a outras mulheres, suas questões de sobrevivência, também a luta para que as feministas brancas percebessem sua invisibilidade perante as discussões.

O feminismo negro se nutriu das questões que as afetavam e se expandiu ao reconhecer as questões comuns na pauta de luta das afro-americanas e indígenas base das nações da América. Para isso contou-se com o ativismo das mulheres negras que existe desde o período da escravização e foi um dos processos de

resistência. Uma prova desta luta é o histórico discurso de Sojourner Truth. Mulher que havia escravizada ela participou de uma convenção que tratava sobre o sufrágio feminino. Em um ambiente branco e hostil, ela proferiu uma fala onde contra argumentava a provocação por parte de alguns homens que as mulheres não deviam votar porque sequer sabiam subir em uma carruagem sozinha. Eis um trecho de sua fala:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, serem levantadas sobre valas e ter o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, ou me deu qualquer “melhor lugar”! E não sou uma mulher? Olhem para mim!

Olhem para meus braços! Arei a terra, plantei, juntei a colheita nos celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! E não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem quando eu conseguia comida – e suportar o chicote também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei meu luto de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça... como eles chamam isso? Intelecto. É isso mesmo, querido. Bem, o que isso tem a ver com os direitos das mulheres? Ou com o direito dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, não seria maldade não deixar que eu tenha minha meia medida cheia? E aí vem aquele homenzinho de preto ali e diz: “Mulheres não podem ter os mesmos direitos que homens porque Cristo não era mulher!” Ora, de onde veio o seu Cristo? De onde veio o seu Cristo? De Deus e de uma mulher! Homens não tiveram nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo sozinha, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de colocar ele de cabeça pra cima de novo! E agora que elas estão pedindo para fazer isso, é melhor os homens deixarem! (HOOKS, 1981).

O discurso chamado *Não sou eu uma mulher?* foi proferido em 1851 durante uma convenção em Akron, Ohio, Estados Unidos.

Nascida Isabella Baumfree em 1797, ela mudou seu nome em 1843 para Sojourner, que significa “peregrina”. Uma vez liberta que se tornou abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres. Segundo Angela Davis (em seu livro *Mulheres, raça e classe*) ela foi a única capaz de responder com vigor os argumentos contra a fala de homens agitadores da convenção que, baseados na supremacia masculina, afirmavam ser uma besteira o sufrágio feminino. Diziam inclusive que uma mulher, que “não conseguia nem subir em uma carruagem sozinha”, quanto mais querer votar. Sojourner Truth aponta não só os direitos das mulheres como o direito dos escravizados apelando para o direito a igualdade embora ela mostre que só era tratada como igual na exploração do serviço que fazia ao lado de homens também de sua condição. Sojourner defendeu de modo contundente não apenas a causa de seu sexo mas de sua raça, e embora ela tenha vivido os horrores da escravidão, não exprimia nenhuma gota de auto piedade mas indagava como a desigualdade podia acontecer se a sociedade era guiada pelo espírito cristão. Como argumenta Bell Hooks ela sabiamente não desperdiçou o momento e entendia que “qualquer avanço no estatuto social das mulheres negras beneficiaria todo o povo negro” (HOOKS, 1981, p. 5).

No Brasil o ativismo negro em época da escravidão foi reconhecido nos trabalhos de João J. Reis e Eduardo Silva, Carlos Eugênio L. Soares falam do papel da resistência cotidiana escrava e a participação das mulheres na rede de apoio a escravizados fugidos, no conhecimento dos meandros políticos que favoreciam alforria entre outros<sup>8</sup>. Após a liberdade, as mulheres continuaram atuando como força de trabalho seja no campo ou nos centros urbanos. Nas cidades muitas delas passaram a ser arrimo de família, muitas vezes pelas consequências do cativo migratório,

---

<sup>8</sup> Reis e Silva tratam a partir da história do cotidiano e da micro-história os processos de negociação e resistência dos escravizados e escravizadas, Soares trata das mulheres escravizadas comerciantes e seu papel na configuração das redes de apoio aos escravizados nas fugas e no acolhimento aos libertos na cidade do Rio de Janeiro.

venda de entes queridos entre outros motivos. Outras vezes por não terem companheiros e serem as responsáveis pelos filhos.

Na vida em liberdade, aconteceram diversas permanências na condição das mulheres negras e as dificuldades para sobrevivência se manteve. Um dos espaços de trabalho mais acessíveis nas áreas urbanas era o trabalho doméstico. Sandra L. Graham estudou a vida de empregadas domésticas na cidade do Rio de Janeiro, no período de transição entre a segunda metade do século XIX e início do XX. Ela observou que trinta mil pessoas ou 71% da força de trabalho da cidade eram empregadas domésticas. Desta porcentagem 90% eram mulheres escravizadas. Já em 1906, as domésticas representavam 76% da população e eram majoritariamente negras. Os dados mostram que as mulheres negras libertas e livres continuavam a trabalhar fora de casa. Pensando no período da Belle Époque e na normatização de comportamento imposta aos grupos médios vemos que às mulheres trabalhadoras era muito difícil seguir o comportamento normatizado, pois trabalhavam nas casas e nas ruas. Apesar de sua condição triplamente explorada, boa parte das mulheres eram vistas como suspeitas de comportamento duvidoso.

No campo as mulheres trabalhavam junto as suas famílias em fazendas, sítios e mais raramente em suas próprias terras. A despeito da Abolição a estrutura patriarcal permaneceu a mesma, ou seja, prevalecia autoridade do dono da fazenda, e de seu supervisor. Em casa a hierarquia seguia a autoridade do marido. A manutenção de uma ordem conservadora que vinha desde a escravidão buscava minimamente alterar as condições socioeconômicas da sociedade, em especial dos ex-escravizados e ex-escravizadas. O ativismo negro feminino continuou agora se traduzindo na luta pela escolarização, por espaços sociais e lazer para a comunidade negra e em colaboração com entidades que agiam contra o racismo. No período de 1930 a 1960, elas também estiveram na organização política como na Frente Negra, nas

agregações de lazer em processo de apoio e reconfiguração de identidades nos concursos de beleza.

No Brasil os ecos das movimentações dos anos 60 trouxeram além do movimento feminista, o movimento hippie e o a pauta do movimento pelos direitos civis. O movimento negro ressurgiu em 1978 em protesto contra a violência policial em São Paulo. Em 1980 surgiu o Coletivo Luiza Mahin no Rio de Janeiro fundado por Lélia Gonzalez e Zezé Mota que somaram os protestos contra o racismo e discutiam a condição feminina das mulheres negras. Em 1982 foi criado o Coletivo das Mulheres Negras de São Paulo. Em comum estes dois coletivos buscaram falar da opressão social e do não reconhecimento de sua causa por parte do movimento feminista uma vez que nem sempre viviam os dilemas de ser “a rainha do lar”. Como se comentou anteriormente, boa parte das mulheres negras trabalhava em seus próprios lares e fora deles como afirmou Sueli Carneiro (2003), condição percebida mas que não teve maiores destaques no movimento negro.

Em termos epistemológicos o movimento feminista negro teve algumas orientações que vinham de fora e Angela Davis talvez seja a mais famosa. Filósofa e ativista ela participou nos anos de 1960 do Partido dos Panteras Negras para autodefesa que depois passou a se chamar Panteras Negras e também do Partido Comunista nos Estados Unidos. Foi presa, depois libertada ela se tornou docente na Universidade da Califórnia e foi candidata vice-presidente nos Estados Unidos. Em 1981 publicou o livro *Mulher, raça e classe*. Neste trabalho ela analisa o surgimento e ampliação dos chamados Black Studies e os avanços de pesquisas deles decorridos sobre a escravidão e liberdade nos Estados Unidos. Contudo, Davis se ressentia da ausência de estudos voltados às mulheres negras. Em seu entender havia ainda uma ínfima diferença de vida entre o antes e o depois da Abolição da escravidão que precisava ser aprofundado em pesquisas e, reconhecia a importância do feminismo apesar de ter um longo caminho da sua luta deste movimento contra a opressão.

Outra pesquisadora que discute a questão do feminismo negro é a já citada Gloria J. Watkins ou Bell Hooks. Ela entende a necessidade do movimento que trate das pautas das mulheres negras mas reconhece que existe um grande distanciamento e desconhecimento do feminismo negro por parte de suas maiores interessadas, as mulheres negras. Concordando com as ativistas ela acredita opressão atinja todas as mulheres igualmente. Para Hooks há um feminismo conservador porque ele idealiza e acredita em apenas um tipo de mulher. Se ele quer ser mais abrangente é necessário reconhecer as especificidades dos vários grupos e não essencializar. É preciso considerar os cruzamentos da questão de raça e gênero lembrando o quanto de resistência aconteceu entre as feministas quando as mulheres negras diziam não se verem na pauta do movimento.

Fazendo um levantamento sobre o ativismo negro e as discussões do feminismo, Renata Malta e Laila Oliveira afirmam que o feminismo negro surgiu aqui buscando ser um espaço onde podiam discutir as questões que afetavam as mulheres como trabalho, falta de creches e que ficavam em segundo plano dentro do movimento negro tratava com questões da luta antirracista. Assim os coletivos criaram um espaço para discutir as suas questões que não eram contempladas em nenhum dos dois movimentos. Ativistas como a já citada Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck entre outras ativistas dedicaram-se a pensar em uma rede ativismo que abrangesse as experiências de vidas mulheres negras no Brasil<sup>9</sup>. Muito do que se tem pensado e discutido tem vindo das discussões das colegas de fora do país. E o que seria o pensamento feminista negro?

Segundo Patricia Collins (2016) o pensamento feminista negro consistiria “em ideias produzidas por mulheres negras que

---

<sup>9</sup> Sobre a história da organização dos coletivos ver o artigo de RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459/15033>. Acesso em: 11 mar. 2019

elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras”. Esta noção de singularização de um posicionamento, ao mesmo tempo em que se discute condições universais mas que são vivenciadas de forma diferente pela intersecção de grupo socioeconômico, orientação sexual, região que influenciarão diretamente as experiências. São produtora de conhecimento por isso, todas que vivenciam a condição em toda a extensão das variáveis. Collins pondera que este olhar busca valorizar os comportamentos de “assertividade, ousadia” como qualidades importantes para transcender ambientes hostis muitas vezes cercam estas mulheres. Esta atuação é particularmente importante por serem atributos considerados não femininos como salienta a autora, mas que foram fundamentais às mulheres empreenderam luta por novos espaços.

Dada as dificuldades aqui manifestas das mulheres negras dos grupos populares tiveram e têm para se ver na agenda dos movimentos sociais como o movimento feminista e também o movimento negro seria possível pensar que elas estão afastadas do ativismo. Contudo isto não é verdade. Pesquisas demonstram que as mulheres negras têm exercido um protagonismo importante e pouco conhecido em diversas lutas. Como apontamos anteriormente, elas tiveram forte atuação como sujeitos envolvidos na luta pela liberdade comprando alforrias e detentoras de um círculo de conhecimento que permitia a divulgação entre escravizados e escravizadas dos esconderijos, rotas de fuga e mesmo das pessoas que apoiavam a abolição e auxiliavam em processos jurídicos para compra da liberdade e apoio aos egressos da escravidão nota. Elas próprias também acumulavam recursos para este fim. Também podemos lembrar a atuação ativa nos movimentos sociais nas diversas lutas na periferia das cidades. Também estiveram na luta por melhores condições de vida como escolas, creches, pesquisando o custo de vida, reivindicando equipamentos básicos de moradia como postos de saúde, água e esgoto. Estudo sobre os movimentos populares de bairro

(GOHN,1992 ; DINIZ, 2018) apontam a participação das mulheres no protagonismo desta luta na periferia de São Paulo. Diniz aponta que elas inclusive enfrentaram a austeridade do período da Ditadura Militar e apontando problemas estruturais dos bairros da periferia e ausência das ações políticas das gestões municipal e estadual acabaram por abrir caminho para importantes movimentos como os movimentos sociais dos trabalhadores urbanos e as greves dos anos da década de 1980.

O que vimos na história mostra que o serviço doméstico durante o período colonial e imperial de vigência da escravidão era tarefa de pessoas escravizadas que cuidavam dos afazeres do lar. Depois da Lei Áurea este tipo de trabalho continuou a ser o espaço de trabalho das mulheres e em grande parte executado por libertas e suas descendentes sempre foi desvalorizado por se entender que era não exigia especialização. Como em outros lugares, o serviço doméstico por vezes podia ser entendido como uma ajuda, uma moça era enviada para a casa de uma pessoa para ajudar e aprender a executar os serviços de uma casa considerados “femininos”, ou antes, poderia ter sido uma escravizada ou ainda sua descendente que desempenhava os afazeres do lar do senhor e agora patrão. Hildete Mello (1998) considera que em toda a América Latina cerca de 95% dos trabalhadores domésticos eram mulheres. Não sendo exatamente um trabalho em que o produto é vendido, o serviço doméstico tem “sutilezas ideológicas e culturais que extrapolam a simples análise econômica.

Desde o período colonial as escravizadas eram colocadas para servir as senhoras na casa-grande e também cuidar dos afazeres domésticos como cozinhar, cuidar das crianças, limpar. E embora vivessem dentro do mesmo espaço eram distintamente tratadas sendo espaço das trabalhadoras marcado pela privação. é preciso antes compreender o que seria este serviço. Sandra Graham fala do mundo doméstico na virada do século XIX para o XX afirmando que boa parte das casas mesmo nas cidades ainda não contava com serviço de água encanada nem com sistema de



esgotos. Nas cidades a maioria dos habitantes não produzia os alimentos e nem havia geladeira o que requeria compras diárias. Assim, o abastecimento de água e dos alimentos também fazia parte do serviço doméstico.

O fato dos equipamentos sanitários estarem ausentes das casas fazia com que também a higiene e asseio fossem competências das empregadas. Esquentar a água, dar banho, desfazer-se dos dejetos, tudo era feito por elas. A cozinha consumia boa parte do tempo. Havia ainda os domésticos que executavam os “serviços de fora” como as lavadeiras e os carregadores de água. A jornada de uma criada começava cedo antecedendo o acordar dos patrões e ia até o final da organização do jantar. Graham fala também que uma boa criada deveria manter-se somente na área de serviço, despensa, cozinha e quintal e que deveria ir aos recintos de estar da família somente quando solicitada. Ela acrescenta ainda que a criada deveria manter um delicado equilíbrio, pois embora estivesse em convivência próxima com seus patrões:

dos quais não tinha o direito de discordar, a criada podia ser vítima da raiva da patroa ou sofrer abuso sexual do patrão ou de seu filho. Podia ser sempre acusada de roubar “(...) guardanapos, colherinhas, facas, pequenas peças de porcelana, roupas de criança e de adulto, ou joias” Ao invés de proteção, a reclusão na casa podia ocultar o isolamento ou aviltamento das criadas. (GRAHAM, 1992, p.64)

Esta situação descrita por Sandra Graham no início do século XX ainda se repetia décadas mais tarde. Com a melhora do equipamento sanitário das casas como água encanada, chuveiro, esgoto, as empregadas foram liberadas para outros serviços da casa, sobretudo depois da década de 1920 quando estes equipamentos se popularizaram. Contudo as trabalhadoras domésticas continuavam a viver as contradições da proximidade e da desconfiança.

De modo geral, as famílias mais pobres do meio urbano devido as crises econômicas devido a flutuação do café e outros

viveres tinham grandes dificuldades em sua sobrevivência. Não raro, os pais colocavam suas filhas para trabalhar desde a infância nas casas de família mais abastadas como espécie de aprendizes. Na maioria das vezes, esse aprendizado incluía serviços de babá e da arrumação da casa com meninas de até 8-9 anos de idade sem receber remuneração alguma a não ser moradia e alimentação. Tal condição fez com que os patrões se apropriassem da ideia de favor, pago com presentes, roupas comida e às vezes dinheiro como forma de remuneração. Em áreas como São Paulo que recebeu a imigração europeia, o interesse no processo de branqueamento inundou o mercado de trabalho e criou uma preferência por parte dos empregadores por mulheres brancas, facilmente detectado nos classificados dos jornais de época<sup>10</sup>. Assim, era importante ter estratégias para conseguir e manter o trabalho, driblando as dificuldades como a opressão do racismo. Como afirmou uma trabalhadora doméstica dos Estados Unidos que elas tinham que viver duas vidas, uma para os patrões e outra para elas mesmas. As dificuldades comuns as trabalhadoras domésticas negras, eram enfrentadas com um comportamento assertivo. Não raro ouvia-se “não deixe ser explorada” ou “ se não te respeitarem largue o serviço” o que demonstrava a ciência de seu valor e do que era a exploração e dava entendimento de empoderamento.

A história de Laudelina de Campos Mello (1904-1991) e sua entrada no mundo do trabalho, não difere muito destas trajetórias. Descendente de escravizados, trabalhou desde os 7 anos de idade em sua casa cuidando dos afazeres domésticos e dos irmãos e, com 16 ou 17 anos se tornou empregada doméstica. Em relato feito a Elizabeth Pinto que defendeu uma dissertação sobre ela, Laudelina disse que era natural de Minas Gerais disse que trabalhou na casa da família de Juscelino Kubitschek por anos e depois veio para o Estado de São Paulo sempre como doméstica onde foi trabalhar na casa de novos patrões (PINTO, 1993). Nina como era

---

<sup>10</sup> citar alguns classificados

carinhosamente ficou ali um tempo e depois saiu. Em suas palavras, ela explicou a motivação para a saída “minha relação com eles era mais escravocrata mesmo, eu era copeira”. (PINTO, 1993, p.362). Esta opinião sobre o tratamento recebido como empregada era bastante comum por parte das trabalhadoras e, frequentemente jornais traziam histórias de maus tratos e de queixas de patrões sobre o comportamento delas. Contudo, a questão dos maus tratos foi verificada em pesquisa Maria Eulália Coutinho nos anos 1940 e ao verificar os resultados afirmou que nas relações de patrões e de empregadas havia (a época) muito da escravidão (PINTO, 1993, p.307). Certamente estas experiências vivenciadas por Laudelina pesaram bastante porque ela em 1936 ela criou o sindicato das empregadas domésticas.

Se de um lado, as permanências na mentalidade dos patrões indicava o grau de dificuldades enfrentado pelas trabalhadoras acrescentado com um alto grau de racismo denunciado por Laudelina e nas queixas que chegavam ao sindicato, a criação da entidade mostrava o não conformismo e atitude da agora líder sindical e de outras companheiras que aderiram com a sindicalização. A iniciativa multiplicou-se e mobilizou outros grupos em São Paulo e demais estados. Também nas análises econômicas o trabalho doméstico padecia de reconhecimento. Cristina Bruschini (2006) revela que nas primeiras pesquisas brasileiras de análise de trabalho e renda o trabalho doméstico era visto como inatividade econômica (a categoria equivalia a pessoas que não trabalhavam, como aposentados, pensionistas, doentes, inválidos, estudantes e os que faziam serviço doméstico (IPEA, p.64). Ou seja, ele não era entendido como gerador de renda embora fosse ganha pão de milhares de mulheres dentro país. Além disso, ao não ser computado como ocupação ele invisibilizava as trabalhadoras, o que indiretamente dificultando ainda mais o acesso delas aos direitos trabalhistas. Laudelina foi uma das primeiras dirigentes do sindicato das domésticas no Brasil e seu forte ativismo lhe valeu a alcunha de “Terror das patroas” apelido

que ganhou de Jarbas Passarinho quando era ministro. Mesmo sem ter acesso as discussões sobre o feminismo que só surgiram nos anos 1960, dona Nina representou a luta das mulheres trabalhadoras em um serviço pouquíssimo valorizado e se armou de qualidades entendidas como não femininas que eram necessárias nas vidas das mulheres afrodescendentes pobres, a base da pirâmide social. Criado por dona Laudelina na cidade de Campinas, o sindicato das empregadas domésticas representou um marco por trazer visibilidade e acesso a direitos para as trabalhadoras. Ela participou da Frente Negra, de partidos políticos e de ações para a alfabetização e mobilização política, sobretudo de suas companheiras, majoritariamente negras. Em sus palavras era claro para ela que a causa que defendia fazia parte de uma esfera maior que exigia mudanças estruturais estando a frente de seu tempo como lembra Elizabeth Pinto.

### **Considerações finais**

As discussões sobre a intersecção de raça e gênero no Brasil tem avançado devido ao crescimento do debate, a melhora da escolarização das afrodescendentes e o processo de redemocratização e que trouxe políticas de reconhecimento e empoderamento das mulheres. Desde o surgimento do movimento aos nossos dias pode-se saber mais destes temas quer nas ciências humanas, quer nas políticas sociais de luta pela igualdade reconhecendo ao mesmo tempo as especificidades. Neste processo tem-se descortinado protagonismos e pensado nos avanços e permanências do longo processo de escravidão nas Américas. Histórias como a de Laudelina de Campos Mello e Sojourney Thruth apontam mulheres “a frente de seu tempo” mostram que antes mesmo do movimento feminista e das discussões no campo teórico, elas representaram a resistência e o ativismo e foram a fundamentação do feminismo negro desenvolvido pela Diáspora negra na América. Também revelam a permanência da condição de

base da pirâmide social. Certamente o ativismo destas mulheres não foi o único mas eles são representativos por indicar que as experiências de luta contra o racismo e o sexismo em uma época que o feminismo nem existia. Esta atuação pode ser entendida como mulherismo conceito cunhado pela romancista Alice Walker<sup>11</sup>, uma forma de ativismo e empoderamento pela quebra do silenciamento a que foram secularmente impostas. É partir da expressão de suas perspectivas que se unem ao movimento feminista mas se diversifica também por falar a partir de um espaço que sofreu maior opressão que as feministas dos anos 1960 assumidamente mulheres da classe média que inauguraram a discussão. São inegáveis os avanços obtidos pelas discussões do movimento dando visibilidade a questão feminina, abrindo-se para novas pautas e ampliando os grupos femininos. Não se pode também perder de vista também que as questões foram oportunamente cooptadas pelos grupos conservadores que transformaram questões importantes de opressão em discursos de eterna insatisfação e radicalização em um momento em que o movimento se pluralizou nos anos 1980. Muitas mulheres negam ser feministas com medo desta identificação esquecendo-se da evolução do debate que permitiu questionamento e o alcance de direitos cabe a elas nomear o conhecimento que elas mesmas produziram de si como aponta Collins.

Finalmente quero concluir este breve texto falando da manutenção perversa do racismo e o sexismo, armas importantes do conservadorismo, tem sido dinâmicos em nossa sociedade. Em 2013, uma importante conquista foi sancionada, trata-se de uma Emenda Constitucional, a PEC das Domésticas. Esta lei estendeu direitos trabalhistas a única categoria que ainda não as tinha; os trabalhadores e trabalhadoras domésticas. Exatamente pelo caráter

---

<sup>11</sup> Alice Mal sênior Tallulah-Kate Walker de 1944 é escritora, poetisa e ativista feminista estadunidense. Seu trabalho mais conhecido no Brasil é o romance *A Cor Púrpura* pelo qual ganhou Prêmio Pulitzer de Ficção.

que este tipo de trabalho teve feito pelos escravizados mais próximos e sua dubiedade, ele foi sendo preterido. Junto com a comemoração dos trabalhadores e de uma reflexão das motivações da demora no alcance dos direitos, houve uma série de reações negativas, inclusive por parte de parlamentares (entre eles nosso atual presidente Jair Bolsonaro) que são representantes do povo e de pessoas que achavam um absurdo terem agora que pagar valores elevados para manter os trabalhadores e trabalhadoras. A busca de respeito e igualdade é a bandeira de todos os movimentos sociais, ser respeitado como igual e ser reconhecido nas suas diferenças. A manutenção das desigualdades fragiliza não só o grupo oprimido mas assenta lógica em outras desigualdades. Por diferentes caminhos, o movimento feminista negro busca unindo sua experiência luta a partir do ativismo histórico ser base para as discussões teóricas e dar voz aos grupos historicamente silenciados e destituídos de cidadania.

## Religiones, espiritualidades y derecho al aborto en la Argentina de la marea verde <sup>1</sup>

*Karina Felitti* <sup>2</sup>

El 2018 será recordado como un año clave en la historia del movimiento feminista de la Argentina, el año en el que por primera vez se debatió en el Congreso Nacional un proyecto de ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo (IVE) y diferentes activismos a favor de los derechos sexuales y (no) reproductivos ganaron presencia pública, apoyos y reconocimientos.<sup>3</sup> El proyecto presentado por la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal Seguro y Gratuito logró una ajustada victoria en la Cámara de Diputados en la mañana del 14 de junio (129 a favor, 125 en contra, una abstención) pero el 8 de agosto no alcanzó la mayoría en la Cámara de Senadores (38 en contra y 31 a favor, dos

---

<sup>1</sup> Este texto es una versión extendida y actualizada de la ponencia presentada en la Mesa redonda Estudos de Gênero e diversidade nos contextos brasileiro e argentino, del XVI Encontro Regional de História (ANPUH/PR) - Tempos de Transição Campus Central da UEPG, Ponta Grossa- Paraná, Brasil, 15 a 18 de julho de 2018. Los resultados presentado se inscriben en el proyecto “Religión y política en la Argentina democrática. Permeabilidades laicas y confesionales en la normatividad jurídica, las políticas públicas y la cultura política” financiado por FONCYT, 01/2016 a 12/2018.

<sup>2</sup> CONICET /Universidad de Buenos Aires

<sup>3</sup> En la Argentina el Código Penal que data de principios de la década del 20 del siglo pasado, en el artículo 86 establece la ilegalidad del aborto y dos situaciones en los que no es punible: si tiene el fin de evitar un peligro para la vida o la salud de la “madre” y “si el embarazo proviene de una violación o de un atentado al pudor cometido sobre una mujer idiota o demente”. Como aún en estos casos aparecen diferentes obstáculos que impiden la práctica, en 2012, la Corte Suprema de Justicia aclaró que toda mujer que resultara embarazada como producto de una violación, debía tener acceso a un aborto no punible sin necesidad de intervención judicial, ni de denunciar la violación, solo con su declaración jurada; y exhortó a que cada jurisdicción redactase su propio protocolo de atención para garantizarlo, lo que resultó un avance en un contexto todavía restrictivo.

abstenciones y una ausencia). Más allá de este resultado, la gesta de la ‘marea verde’ –fórmula que nombró al multitudinario apoyo al proyecto, la visibilidad del pañuelo distintivo de la Campaña y una agenda política feminista– tuvo un impacto local e internacional destacado. La periodista Florencia Alcaraz, quien cubrió de cerca estos acontecimientos, lo definió así, “el año 2018 marcó un hito en esta lucha, en el plano social, cultural y legislativo, que obliga a revisar cómo se llegó a que el pañuelo verde sea, con irreverencia, parte del paisaje urbano y parte de un discurso público. No fue de un día para el otro. Y el recorrido tampoco fue lineal. Los impulsos llegaron desde diversos lados. La nitidez sobre la necesidad de abordar este tema desde la salud pública, los derechos humanos, la justicia social y la autonomía fue una construcción colectiva conquistada” (Alcaraz, 2018).

El aborto salió de la clandestinidad y llegó a los programas televisivos, incluso a los que hablan de la farándula y a aquellos que habían estado en el centro de las críticas feministas por sus contenidos sexistas y los modos sexualizados que elegían para representar a las mujeres, obligando a reconsiderar la relación de los feminismos con los medios masivos (Borda y Spataro, 2018). Las manifestaciones a favor del proyecto incluyeron brillos, música y bailes, que distinguían el hecho de denunciar las muertes y la injusticia que trae la ilegalidad, de la fiesta que significa poder hacerlo de manera colectiva. El lenguaje inclusivo se discutió públicamente y fue adoptado por muchas personas; lo mismo que la palabra sororidad –que acaba de ser incluida por la RAE en su diccionario digital como “agrupación que se forma por la amistad y reciprocidad entre mujeres que comparten el mismo ideal y trabajan por alcanzar un mismo objetivo”<sup>4</sup>–, que usaron para identificarse las diputadas de diferentes partidos –“las sororas”– que llevan agendas opuestas en casi todos los temas pero que coinciden en la necesidad de impulsar la legalización del aborto.

---

<sup>4</sup> <https://www.elperiodico.com/es/sociedad/20181221/diccionario--rae-incluye-sororidad-7214978>



En la mayoría de los análisis que explican el fracaso del proyecto se destaca el rol del Papa Francisco (Jones y Dulbecco, 2014) y la jerarquía católica nacional, y la falta de laicidad del Estado. Mallimaci y Esquivel (2014) afirman que el Estado argentino se caracteriza por una laicidad subsidiaria: en paralelo a la aprobación de nuevos derechos ciudadanos que contradicen principios doctrinales del catolicismo (principalmente en materia de familia y sexualidad) continúa articulando fuertemente con la Iglesia Católica para la implementación de políticas públicas. Este diagnóstico ya presente en espacios feministas y de diversidad sexual, en el 2018 amplió sus alcances y produjo su propio símbolo de circulación pública: un pañuelo naranja o negro -por un debate sin consenso sobre los colores- que lleva la consigna “Iglesia y Estado, asunto separado”. Esta visibilidad hizo que la laicidad del Estado fuera discutida más allá de ámbitos académicos y activismos específicos -como la Coalición Argentina por un Estado Laico (CAEL)- y configuró una aspiración de sectores más amplios de la sociedad, manifiesta en la mayor convocatoria que tuvieron las apostasías colectivas organizadas en diferentes lugares del país.

En paralelo, se profundizaron los reclamos contra la violencia de género y feminicidios, que habían ya ganado notoriedad con el movimiento Ni Una Menos desde 2015, y ponían ahora énfasis en situaciones de acoso y violencia sexual en la línea que también propuso Me Too. Menos presente en las discusiones masivas pero con fuerte presencia en los activismos y la academia, se retomó y profundizó la discusión sobre el lugar de los varones en las luchas feministas, en las organizaciones políticas mixtas y también, al momento de prevenir embarazos: *googlea vasectomía* fue una frase que estuvo en las calles y también en los debates. Asimismo, al definir como sujeto de derecho a la interrupción voluntaria del embarazo a “las personas con capacidad de gestar de acuerdo en lo normado en la ley de identidad de género n° 26.743”, volvió a discutirse el reconocimiento a identidades no binarias, ni

cis heteronormativas, en la sociedad, la política y específicamente en los feminismos (RADI, 2018).

El debate público del aborto puso en circulación información sobre la Red de Profesionales de la Salud por el Derecho a Decidir y la Red de socorristas que acompañan y asesoran a las mujeres que requieren sus servicios para una IVE. Ya en 2009 la agrupación Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto había lanzado la línea telefónica “Más información, menos riesgo” y produjo el manual *Todo lo que querés saber sobre cómo hacerse un aborto con pastillas*, difundiendo el uso del misoprostol como respuesta a la ilegalidad pero también como una posibilidad para sortear el modelo médico hegemónico y gestionarse un aborto de manera autónoma y acompañada de otras mujeres. Las siguieron *Las Socorristas en red. Feministas que abortamos*, una red de activistas que toman el nombre en clave genealógica de las feministas italianas, francesas y estadounidenses en las décadas del '60 y del '70 que realizaban esta tarea antes de la legalización en aquellos países (Morcillo y FELITTI, 2017; Bellucci 2014; Zurbriggen y Anzorena, 2013). Así lo cantan en las calles las socorristas: “aborto legal en el hospital” y “aborto legal en cualquier lugar”. Como novedad, desde mediados de diciembre de 2018, está disponible en Google Play Store la app “Socorro! Quiero abortar”, elaborada por Socorristas en Red y la Asociación contra la Violencia Institucional, que por geolocalización ubica a la colectiva más cercana y brinda su teléfono.<sup>5</sup>

Luego de este breve punteo de algunos de los temas que emergieron como significativos en el contexto de debate social y parlamentario sobre la legalización del aborto en la Argentina en el 2018, me interesa profundizar en dos cuestiones sobre las que he trabajado más específicamente 1) la vinculación de las luchas feministas con las luchas del movimiento de derechos humanos y la historia argentina reciente; y 2) las relaciones entre religión,

---

<sup>5</sup> <https://www.pagina12.com.ar/164641-ayuda-claro-y-confiable-al-alcance-de-la-mano>

política y sexualidad, junto con la visibilidad que va ganando un feminismo espiritual, que convive y a veces colisiona con uno anticlerical y ateo.

### **El aborto como deuda de la democracia: derechos humanos e historia reciente**

Una forma de argumentar la necesidad de legalizar el aborto es exponer los datos estadísticos que muestran la cantidad de muertes que produce la clandestinidad, y ubicar la cuestión en el marco de la salud pública y la responsabilidad estatal en ella. El otro argumento, que suele acompañar al primero, destaca el derecho de las mujeres a decidir sobre su cuerpo: aunque no hubiera una sola muerte por aborto éste debería ser legal y gratuito. En cuanto a las consignas es frecuente que el feminismo, y la Campaña más precisamente, postule la ilegalidad como una “deuda de la democracia”. De acuerdo a Bárbara Sutton y Elizabeth Borland (2017) este uso estratégico sirve para señalar la relevancia de los reclamos en relación al derecho nacional e internacional, facilita las alianzas con organizaciones de derechos humanos, permite la amplitud como la especificidad del enfoque, se conecta con un discurso extendidamente usado en la Argentina y disputa la legitimidad del contra-movimiento, que detallaré más adelante.

Después de la recuperación de la democracia en 1983, la ley de divorcio de 1987 fue el primer ejemplo exitoso del empleo del discurso de derechos humanos para una política de género y sexualidad (Pecheny, 2010). A partir de entonces, y con diferentes intensidades según los gobiernos de turno, se avanzó en legislaciones y políticas públicas que ampliaron derechos en materia de anticoncepción, educación sexual integral, matrimonio igualitario, identidad de género, utilizando este discurso. Como sostiene Pecheny, “el lenguaje de los derechos humanos, aquel que parte del derecho a tener derechos como impugnador de las atrocidades de la dictadura y como fundante de la renaciente

democracia, ha tenido su impronta en cada vez más ámbitos de la vida social, entre ellos el de las relaciones sexuales, eróticas, amorosas y afectivas. El lenguaje de los derechos, aun con sus limitaciones y ambigüedades, politiza las relaciones sociales, contribuye a reconocer su carácter contingente y vislumbrar la potencialidad de su redefinición en un sentido más igualitario y libre” (Pecheny, s/f).

En los años 70s, las agrupaciones feministas argentinas exigían poder decidir sobre sus cuerpos, rechazaban la maternidad y la heterosexualidad como mandato, en un escenario de proyectos políticos revolucionarios. Como afirmaba un volante callejero de la Unión Feminista Argentina (UFA), “Madre: esclava o reina, pero nunca una persona”. Distinta fue la práctica de las parejas enroladas en la lucha armada, que rechazaban al feminismo, la revolución sexual y la “píldora anti-baby”, entendidos como parte de políticas neomalthusianas, distracciones burguesas, armas del imperialismo, y procuraron por el contrario, dar hijos a la revolución (Felitti, 2016 y 2010). Asimismo, como explica Jelin (2017: 70) “en la práctica antidictatorial, convergían el naciente paradigma de los derechos humanos y las mujeres, pero no como expresión de las demandas de igualdad del feminismo, sino como expresión del familismo y maternalismo más tradicionales”.

En los puentes que se tejen entre la historia reciente argentina y la lucha actual por la legalización del aborto aparece el símbolo del pañuelo. El blanco que fue en los inicios de la historia de las Madres de Plaza de Mayo un pañal de tela, un elemento que tenían en sus casas y que les permitió distinguirse entre la multitud de la peregrinación a la Basílica de Nuestra Señora de Luján, a donde irían para preguntar por sus hijos e hijas desaparecidos/as. El verde fue usado por primera vez en el Encuentro Nacional de Mujeres de 2003. Podemos decir “Nunca más al aborto clandestino”, nunca más a atravesar los abortos en soledad, nunca más a considerar a las mujeres como máquinas de reproducción, como hicieron con las detenidas desaparecidas

embarazadas, obligadas a parir en “maternidades clandestinas”, y luego asesinadas y sus hijos/as apropiados/as. Esta situación inspiró parte de la trama de *El cuento de la criada* de Margaret Atwood y por eso se utilizó la figura de la criada en algunas performances en espacios públicos, como fueron la entrada del Congreso Nacional y en el Parque de la Memoria, ubicado en la rivera del Río de la Plata en la Ciudad de Buenos Aires, que recuerda a personas detenidas desaparecidas y asesinadas durante el terrorismo de estado.

Cabe señalar que la potencia del discurso de DDHH en la Argentina ha sido también utilizada por los activismos en contra de la legalización. Desde ese marco de derechos hablan de bebés desaparecidos en democracia y del aborto como crimen de lesa humanidad. Por otro lado, en los debates de 2018 hubo voces que combinaron preceptos religiosos y denuncias al imperialismo estadounidense, tal como sucedía en los 60s y 70s cuando la Iglesia católica advertía sobre el carácter compulsivo de muchos programas de planificación familiar. En 1974, mientras el gobierno peronista prohibía las actividades de planificación familiar en el ámbito público en defensa de la soberanía nacional, su prensa de ultraderecha acusaba a la Asociación Argentina de Protección Familiar de ser una “siniestra organización internacional” que atentaba contra nuestra soberanía e importaba un problema –el del crecimiento demográfico– que la Argentina no tenía (Felitti, 2012).

En el debate de 2018 las lecturas anti imperialistas estuvieron también presentes. Entre las personas convocadas a los plenarios de exposiciones previas a la votación, el sacerdote José María Di Paola, reconocido por su labor social con sectores de bajos recursos, relacionó la entrada del tema del aborto en la agenda del gobierno con los acuerdos del presidente Macri con el FMI, y apeló a la memoria de los 60s y 70s recordando a Robert Mc Namara y su rol en América Latina. También el líder social Juan Grabois manifestó su posición en contra del proyecto en nombre de

“compañeras de los barrios y las cooperativas que es una voz que no se escucha mucho y se sustituye por una voz de otra clase social”,<sup>6</sup> retomando así la idea de que temas como anticoncepción y aborto ocupan a mujeres de clase media blanca, mientras que otras demandan políticas sociales para vivir mejor sus maternidades. Por su parte, Cristina Kirchner, presidenta de la Argentina entre 2007 y 2015, en su presentación en el Foro Mundial de Pensamiento Crítico organizado por el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) en noviembre de 2018 en Ciudad de Buenos Aires, que funcionó en paralelo al G20, afirmó que en su espacio político hay lugar para pañuelos verdes y celestes, para quienes rezan y para quienes no, lo que generó fuertes discusiones en las redes.<sup>7</sup>

Sin dudas esta cuestión es relevante en vísperas de un año electoral y confirma la necesidad de investigar sostenidamente la adhesión a los feminismos, sus consignas, y las demandas por la legalización en el conjunto de mujeres de la Argentina, un mapa de apoyos y rechazos más allá de las postales urbanas de las grandes ciudades que son las mejores conocidas. Del mismo modo, queda por ver cuánto del feminismo maternalista ha quedado en algunas organizaciones de mujeres, que no ven representados todos sus intereses en la agenda feminista hegemónica y tampoco en los movimientos religiosos anti derechos sexuales y reproductivos.

### **Más allá del Estado Laico: religión, espiritualidad y aborto**

El rol político de actores religiosos en temas de sexualidad en la Argentina debe leerse en el contexto más amplio de la situación de los derechos sexuales y reproductivos en Latinoamérica. La región ha ido vivenciado cambios en las últimas décadas, avances y

---

<sup>6</sup><https://kontrainfo.com/juan-grabois-estoy-la-despenalizacion-del-aborto-las-bases-estan-divididas-no-dejemos-las-diferencias-nos-dividan/>

<sup>7</sup> <https://www.filo.news/actualidad/Cristina-hablo-de-los-panuelos-verdes-y-celestes-y-revoluciono-las-redes-20181119-0021.html>

retrocesos. En estos procesos se ha puesto en evidencia por un lado, la mayor visibilidad y capacidad de acción política de movimientos de mujeres, feministas y de diversidad sexual que exigen el reconocimiento de sus derechos con normativas y políticas públicas específicas, y monitorean la implementación de las mismas. A partir de discursos que articulan premisas de autonomía individual, la salud pública, la equidad social o de género se movilizan. Por otro lado, la Iglesia Católica y organizaciones civiles afines al ideario de su jerarquía, junto a un número importante de iglesias evangélicas con visible poder político como en el caso de Brasil, se oponen a estos avances y organizan sus resistencias utilizando diferentes estrategias (Pecheny, Jones y Ariza 2016; Esquivel, 2015).

Vaggione (2005) ha denominado a este proceso como una politización reactiva que se sostiene principalmente en el despliegue de un “secularismo estratégico”, esto es la apelación a lenguajes y argumentos que no tienen una base religiosa, como el discurso de derechos humanos. Esto queda muy claro en los debates sobre la legalización del aborto en el cual se contraponen los derechos de la persona gestante con los derechos del feto o del no nacido. En estos discursos se incluye jurisprudencia internacional, estudios de embriología, imágenes del desarrollo fetal –efectivas en tanto el desarrollo del ultrasonido tiene efectos no solo médicos sino también sociales y culturales- y en el caso de la Argentina –y también recientemente en Chile- la apelación a la historia reciente para asimilar al feto abortado con un desaparecido en democracia (Felitti e Irrazabal, 2018; Gudiño Bessone, 2017) Incluso la imagen se ha feminizado para equiparar al aborto de un feto femenino con un feminicidio.

Un análisis más amplio de la circulación de estas imágenes y discursos sobre los no nacidos muestra la diversidad de apropiaciones que se hacen de esta figura por parte de la ciencia, las tradiciones populares e indígenas, la cultura de masas, el mercado de maternidad y crianza, la publicidad y las nuevas

espiritualidades (Felitti e Irrazabal, 2018). Esto permite considerar el carácter de construcción social e histórica de esta figura y resulta un argumento importante para la discusión, en tanto queda en evidencia que quien es o no persona es producto de un acuerdo social y no una verdad biológica (Dubow 2011; Morgan 2009)

Así como la campaña por el Estado Laico amplió sus bases, también lo hicieron los grupos antiderechos sexuales y reproductivos, que supieron canalizar el pánico moral generado por la visibilidad y crecimiento de la marea verde y sus cuestionamientos al patriarcado. Así, el pañuelo verde tuvo su contrapartida, uno de color celeste con el slogan “Salvemos las dos Vidas”, de uso efímero, que solo consiguió el apoyo de personalidades del espectáculo de segunda línea aunque otras figuras de la política nacional, como la gobernadora de Buenos Aires, posó cerca de él. Luego de la votación en el Senado el centro de las controversias pasó a ser la Ley de educación sexual integral (ESI) y la denuncia de lo que denominan “ideología de género”.

Pero estar contra la legalización del aborto, sin embargo, no representa la posición de todas las iglesias protestantes y evangélicas, ni de todas las personas que se reconocen como religiosas (Dulbecco y Jones, 2018). Como sucedió en los debates previos a otras políticas sexuales -Unión Civil en la Ciudad de Buenos Aires en 2002, Educación Sexual Integral en 2006, Matrimonio Igualitario en 2010-, la heterogeneidad de posiciones dentro de las iglesias fue importante (Vaggione y Jones, 2015). A su vez, distintos estudios muestran que a esa politización reactiva y secularismo estratégico del activismo religioso anti derechos sexuales y reproductivos se han opuesto también “disidentes religiosos” -término que también desarrolla Vaggione (2005)- quienes no renuncian a sus creencias sino que interpretan los principios religiosos de otras formas o, en el caso de funcionarios públicos, distinguen entre sus creencias personales y su responsabilidad política. Asimismo, dentro del catolicismo -que sigue siendo la religión mayoritaria según datos nacionales de



2010- se ha incrementado la autonomía de sus fieles y existe un creciente pluralismo en las opiniones y comportamientos de los creyentes en cuanto a la moral sexual (Mallimaci 2013; Catholics for a Free Choice, 2004 y 2003.). Frente a una jerarquía que mantiene una postura única e inflexible sobre la sexualidad, cada vez con mayor intensidad los creyentes se distancian de la doctrina oficial (Giménez Béliveau e Irrazábal, 2010). Y no solo en las políticas de sexualidad se dan divergencias, como puede verse en los distintos abordajes que se tienen para el tratamiento de usos problemáticos de drogas y las posiciones de actores religiosos e iglesias en cuanto a la despenalización (Camarotti, Jones y Di Leo, 2017).

Durante mi trabajo etnográfico en espacios de espiritualidad femenina, movilizaciones feministas y en las últimas ediciones del Encuentro Nacional de Mujeres (ENM), un evento multitudinario que se celebra anualmente desde 1986, la pregunta por la posibilidad de reconocerse como religiosa y/o espiritual y a la vez identificarse como feminista fue extendiéndose. En los talleres de los ENM dedicados a debatir temas de religión y espiritualidad, escuché demandar el derecho al aborto en nombre de Cristo y la necesidad de construir puentes entre feminismos, religiones y espiritualidades, reclamo que se entrelazaba con la oferta de agendas, libros, calcomanías, remeras que aludían a energías lunares y poderes brujeriles, bien diferente a la propuesta de un feminismo ateo o agnóstico que dibuja una Iglesia católica en llamas y propone la apostasía.

Estas confluencias entre espiritualidad y feminismo no son nuevas si tenemos en cuenta a referentes como Mary Daly y Adrienne Rich, y la figura de la diosa en el feminismo de la segunda ola (SIMONIS, 2012). Como lo expresó Bell hooks (2017, p. 135) en *El feminismo es para todo el mundo*: “El feminismo ha sido y sigue siendo un movimiento de resistencia que reconoce el valor de la práctica espiritual. Antes de que la teoría y la práctica feministas me ayudaran a ser totalmente consciente de lo

necesarias que eran la autoestima y la autoaceptación para la autorrealización, me movía por una senda espiritual que afirmaba esos mismos mensajes. A pesar del sexismo de las religiones dirigidas por hombres, las mujeres han encontrado en la práctica espiritual un lugar de consuelo y refugio”

En 2018 el debate en el Congreso Nacional sobre la legalización del aborto y sus repercusiones en los medios y en las calles, fueron otra oportunidad para visibilizar estas asociaciones. Verónica Gago, integrante del Colectivo Ni Una Menos, visibilizó la disputa por “una espiritualidad política”: “es política justamente porque no separa el cuerpo del espíritu, ni la carne de las fantasías, ni la piel de las ideas. El feminismo (como movimiento múltiple) tiene una mística. Trabaja desde los afectos y las pasiones. Abre ese campo espinoso del deseo, de las relaciones amorosas, de los enjambres eróticos, del ritual y la fiesta, y de los anhelos más allá de sus bordes permitidos (...) El feminismo no cree que haya un opio de los pueblos: cree, por el contrario, que la espiritualidad es una fuerza de sublevación”.

Tampoco es un dato menor la postal urbana de adolescentes de escuelas católicas y evangélicas llevando un pañuelo verde en sus mochilas y argumentando el derecho al aborto en las clases de Catequesis y Orientación Cristiana. Entrevisté a un grupo de estudiantes de nivel medio de dos escuelas católicas de la Ciudad de Buenos Aires y una evangélica del conurbano que participaron de las jornadas de apoyo al proyecto y que llevaron la discusión y el pañuelo verde a sus aulas. Feminismo, patriarcado, sororidad y aborto legal son palabras que están en los tuits, las historias de Instagram y las conversaciones cotidianas de estas chicas, en proceso de reconfigurar su identidad como católicas y cristianas.

Las que apoyaban la legalización del aborto invitaron primero a llevar un distintivo verde -hebilla o gomita de cabello, cinta, pulsera- pero a medida que el apoyo social se hacía más visible se animaron a más y usaron los pañuelos de la Campaña. ¿Cómo reaccionaron las escuelas? En algunas la dirección lo

prohibió, en otras vedó los de cualquier color –incluidos los celestes– en un intento de acallar las disputas, y en muchas optó por el *laissez faire, laissez passer* sin hacer menciones directas al tema. Esto último me comentaron dos alumnas del Colegio Montserrat de la Ciudad de Córdoba que conversaban con su uniforme y los pañuelos en sus mochilas en la puerta de entrada de esta institución, que admite mujeres desde hace tan solo veinte años. C. terminó recién 1º año en una escuela parroquial de Villa Urquiza y es de las que empezó llevando el pañuelo anudado al tobillo debajo del pantalón de Educación física y terminó poniéndolo visible en la mochila: “No tenía miedo de que me dijeran algo porque sabía qué contestar: el reglamento escolar no dice nada en contra de usar un pañuelo verde. Para mí era importante mostrar apoyo siendo chica”.

Tres jóvenes de 16 años que asisten a una escuela católica de un barrio de clase media de la Ciudad de Buenos Aires me explicaron que el feminismo les “abrió la cabeza”, les permitió “darse cuenta” de situaciones de inequidad de género y también expresar sus críticas a la Iglesia Católica: por la prohibición del matrimonio para sacerdotes y monjas, por el dinero que reciben del Estado, la acumulación de oro en el Vaticano y “la empatía dejada de lado con el tema del aborto, la visión restringida de Dios es amor pero no si es entre dos varones”. Replantean así la religión en sus propios términos: “yo me siento más cristiana teniendo el pañuelo verde (...) Me estoy poniendo en el lugar de los demás que es lo que el colegio me viene pidiendo desde que estoy en salita de 3 y ellos no lo están haciendo y yo sí” (Felitti 2018).

Asimismo, durante dos jornadas de formación docente en Educación Sexual Integral (ESI) organizadas por una editorial de textos educativos para docentes y personal directivo de instituciones católicas de Ciudad de Buenos Aires y el Partido de San Martín de la provincia de Buenos Aires, el público asistente coincidía en la necesidad de impartir contenidos de ESI en las aulas y de contar con herramientas para contestar a las dudas de las

familias, algunas atemorizadas por las campañas contra la implementación de la Educación Sexual Integral avivadas por actores evangélicos. F., psicólogo integrante del Departamento de Orientación escolar y a cargo de las jornadas de ESI en una escuela católica de Villa Pueyrredón, también de CABA, me contó que “las chicas van con el pañuelo verde y también con el naranja [símbolo de la lucha por la separación del Estado y la Iglesia], y en la ESI está incluido el tema del aborto con un enfoque de derechos”. Según él, “el cambio con las y los adolescentes fue con la primera marcha de Ni Una Menos, ahí se empezó a problematizar el tema de género y los feminicidios”.

En los últimos años la historiadora feminista Joan Scott se ha preguntado: “¿por qué las mujeres y sus prendas de vestir se han tomado como un símbolo de todo lo que hay de malo con el Islam? ¿Qué significa cuando los países occidentales que siguen teniendo grandes desigualdades entre hombres y mujeres (salarios, oportunidades de empleo, la violencia doméstica, la política, etc.), definen el Islam como LA religión en la que las mujeres están subordinadas a los hombres? ¿Por qué la democracia y el secularismo han sido definidos como garantías para la igualdad de la mujer cuando históricamente y en la actualidad esto no es necesariamente el caso?” (Navarro-Swain 2011).

Contrariamente a lo que una gran parte del activismo por la secularización y/o la laicidad sostienen, Scott (2017) señala que la desigualdad de los sexos fue fundamental para la articulación de la separación de la iglesia y el Estado que inauguró la modernidad occidental. Los Estados-nación occidentales impusieron un nuevo orden de subordinación de las mujeres, asignándolas a una esfera familiar feminizada destinada a complementar los reinos masculinos racionales de la política y la economía. No fue sino hasta que surgió la cuestión del Islam a fines del siglo XX que la igualdad de género se convirtió en una característica principal del discurso del secularismo. Como ejemplifica esta autora, en lugar de argumentos bíblicos, los filósofos de la modernidad se apoyaron en

la medicina –y la ginecología en particular- para sostener un modelo diferencial que bajo la propuesta de complementariedad entre dos sexos consolidaba la desigualdad.

Cabe mencionar también que en el debate parlamentario sobre el proyecto de IVE de 2018, en algunos discursos la laicidad apareció como una característica del Estado argentino. La idea de una “república laica” que Mallimaci entiende como parte de una mitología, impulsó un voto positivo para continuar con esta tradición pero también justificó algunos votos en contra. En estos casos, la separación del rol de funcionario público de sus creencias religiosas no fue un obstáculo ya que apelaron a un discurso secular: la obligación del Estado de defender el derecho a la vida como derecho humano, en este caso, el derecho del no nacido. De un modo opuesto, hubo intervenciones de legisladores/as que reconociéndose creyentes y practicantes religiosos votaron a favor, ya sea porque esas mismas creencias religiosas impulsaban su solidaridad y empatía, o por reconocer que estaban debatiendo un tema de salud pública y no de fe (Felitti y Prieto 2018).

## **Reflexiones finales**

Este recorrido que retoma algunos trabajos de colegas y otros propios sobre un tema tan amplio como la situación del aborto en la Argentina, pone en evidencia la necesidad de miradas transdisciplinarias en la investigación y atentas a los impactos políticos que conllevan nuestros hallazgos. ¿Es posible una alianza entre pañuelos verdes y celestes en pos de una alternativa a la política neoliberal del gobierno argentino actual?, ¿la separación del Estado y la Iglesia católica será suficiente para garantizar los derechos sexuales y reproductivos?, ¿qué lugar tendrán las demandas en torno a la decisión de ser madres en condiciones dignas?, ¿toda espiritualidad debe pensarse en clave neoliberal?, ¿qué efectos tiene pensar a las religiones como reaccionarias y conservadoras por definición? Estas son solo algunas de las

preguntas que requieren esfuerzos colectivos, amplitud, tolerancia y honestidad para responderse, a partir de trabajos de amplitud geográfica y desarrollo sostenido. Analizar estas relaciones y el proceso de negociación que conlleva permite pensar, como señalé al comienzo, lo que implica la secularización y la laicidad en la agenda de derechos pero fundamentalmente en la vida cotidiana de las personas y en particular de las mujeres. Requiere un acercamiento intelectual que reconozca el pluralismo religioso, la diversidad de estilos de vida y la vitalidad de un proceso de transformación hacia la equidad de género y la justicia erótica que toma diferentes vías.

En relación a la utilización del discurso de derechos humanos en esta lucha y los obstáculos que ofrece, en tanto es también utilizado por los grupos anti derechos sexuales y reproductivos, cabe recordar la polémica que relató Lynn Morgan (2014) cuando en una conferencia que ofreció en Buenos Aires en 2011, invitada por la Colectiva de Antropólogas Feministas de la Facultad de Filosofía y Letras de Universidad de Buenos Aires, argumentó sobre la potencialidad del paradigma de la justicia reproductiva y los problemas de la noción de derechos reproductivos. En esa presentación refirió a los significados múltiples, en conflicto e incluso contradictorios respecto de la historia liberal de los derechos humanos que los estudios antropológicos vienen relevando (MORGAN, 2015). Para Morgan cabía entonces la pregunta de las ventajas de recurrir al marco de la justicia reproductiva –definida por la Colectiva SisterSong Women of Color Reproductive Justice como el derecho humano de mantener la autonomía personal corporal, tener hijos, no tenerlos, y desarrollar una pater/maternidad en condiciones seguras y en comunidades sustentables<sup>8</sup> - pero su propuesta generó una controversia y rechazos.

---

<sup>8</sup> <https://www.sistersong.net/reproductive-justice/> Traducción de la autora

Considero que la pregunta podría reactualizarse. No solo porque el paradigma de la justicia reproductiva gana adhesiones en diversas partes del mundo y porque no resta importancia a la defensa de derechos humanos dado que la incluye, sino porque en la misma Argentina la noción de justicia social clama protagonismo en un contexto de políticas neoliberales que la ponen en jaque. Nuevamente los análisis situados que tengan en cuenta la particularidad de cada geografía y grupo social se vuelven imprescindibles.





## **Ensinar história em tempos virtuais: as redes e a intolerância**

*Carlos Augusto Lima Ferreira*<sup>1</sup>

### **Introdução**

Em tempos quando as imagens invadiram a vivência das pessoas repassando uma maior quantidade de informações em uma grande velocidade, muito maior que a do texto escrito, faz-se necessária uma reflexão sobre a utilização destes meios, notadamente no universo educacional, e, em particular, no âmbito do Ensino de História. Deste modo, é fundamental discutir as ideologias e as manipulações presentes na produção visual para que se possa compreender melhor o que as sociedades atuais apresentam como “verdades”, principalmente em uma sociedade como a nossa, caracterizada pela comunicação de massa, pela força das imagens produzidas para e pela televisão e pelas chamadas redes sociais. Aqui, vale lembrar Circe Bittencourt (1988) quanto à percepção do aluno às imagens da sociedade e o papel que cabe ao professor. Para ela:

Fazer os alunos refletirem sobre as imagens que lhe são postas diante dos olhos é uma das tarefas urgentes da escola e cabe ao professor criar as oportunidades, em todas as circunstâncias, sem esperar a socialização de suportes tecnológicos mais sofisticados para as diferentes escolas e condições de trabalho, considerando a

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Feira de Santana

manutenção das enormes diferenças sociais, culturais e econômicas pela política vigente. (BITTENCOURT, 1998, p. 89)

O mundo virtual proporciona um ambiente amplo para debates, através de grupos que permitem que o indivíduo tenha a oportunidade de interagir e compartilhar informações e opiniões de forma rápida, o que poderia se tornar um aliado na aprendizagem. Contraditoriamente, o ambiente virtual tornou-se um espaço de proliferação de inverdades, preconceitos, ofensas, muitas vezes de forma criminosas.

Em um país como o Brasil, em que o índice de analfabetismo é de 7,2%, o acesso à *Internet* se dá de forma ampla, alcançando mais de dois terços da população, segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2017). Sobre esses dados, comenta a jornalista Maggi Krause (2016):

[...] O acesso à *Internet* está democratizado na população jovem, atingindo 90% das pessoas de 15 a 24 anos. E pasme, ela é utilizada por 69% dos analfabetos funcionais nessa faixa etária e por 93% dos que possuem apenas conhecimentos elementares. [...] o uso qualificado continua privilégio da parcela mais alfabetizada. Quem possui índice de letramento intermediário ou proficiente costuma se comunicar com mais frequência por e-mail, acessar sites de busca, produtos e serviços e redes de mídia (como YouTube e Instagram). O que salta aos olhos? **O uso das redes sociais não é muito diferente entre quem tem alfabetismo rudimentar (74%), elementar (89%), intermediário (90%) e proficiente (91%)**. A diferença é que os com nível melhor de alfabetismo e também de escolaridade conseguem comentar e publicar seus próprios conteúdos e compartilhar os de outros (isso é, são ativos), enquanto os menos alfabetizados se limitam ler, ouvir e assistir e a curtir um conteúdo ou seguir uma pessoa ou página (ou seja, são passivos nas redes). (KRAUSE, 2016, p. 02)

Diante dessa conjuntura, o que se vê são pessoas que seguem e compartilham conteúdos aleatoriamente, sem checar a origem e a veracidade. Discursos fáceis, produzidos, manipulados e editados com uma função específica de levar a informação, muitas vezes

falsa, ao usuário de forma rápida. A esse formato de conteúdos costumamos dar o nome de *fake News*.

O livro *Arden las redes* ou *As redes em chama* do escritor espanhol Juan Soto Ivars (2017) nos dá pistas do que ultimamente tem se transformado as redes sociais. Nunca havíamos usufruído de meios de comunicação tão acessíveis ou de tal liberdade de expressão. O preço da liberdade na *Internet* tem, paulatinamente, nos proporcionado um conjunto cada vez mais virulento de opiniões, e não raras de cunho extremamente ofensivas, intolerantes e cheias de ódio. Uso de diferentes linguagens / diferentes documentos / diferentes sujeitos.

A presidente Dilma Rousseff, no contexto das comunicações, das redes sociais em particular, foi estigmatizada, vilipendiada e agredida, vítima do processo de intolerância mais mesquinho. Além de tudo, não é, como nos diz a filósofa Marcia Tiburi, (2016) “...a mulher dos moldes da branquitude burguesa europeia e obediente, ela está longe de ser a “bela, recatada e do lar”, conforme vimos na imprensa. Contra isso, tentaram fazê-la passar por insana, má, agressiva, doente, despreparada. Afinal, manipulações das imagens fazem parte da era do espetáculo político e Dilma Rousseff tornou-se no quadro da aversão misógina, amplificada por uma mídia ávida pelo espetáculo da notícia, “aquela mulher” sem nome e sem posto, afinal, tinham que execrá-la. Ali não se tratava da presidente, se tratava de alguém que deveria a todo custo, não importando os meios, ser defenestrada do cargo. Um desprezo e desrespeito!

Vítima de campanha e discurso odiosos, Dilma Rousseff não se furtou a compreender e associar o preconceito que sofria diariamente por ser mulher e estar pela primeira vez em um espaço de poder, onde até então haviam chegado apenas homens, em sua maioria expressiva, brancos e ricos. Associava os ataques a que era vítima àqueles sofridos por todas as minorias em direitos: “...vivemos num país de ódio, que demoniza negros, mulheres e *gays*”. E eu acrescentaria índios e quaisquer outras minorias.

Prova disso, é que o desmonte dos programas sociais foi a primeira iniciativa dos governos que a sucederam.

Em abril de 2016 participei de um grupo de *WhatsApp* dos amigos dos tempos de colégio, e, a partir daí, celebraríamos o nosso reencontro. O encontro seria no mês seguinte. Nesse meio tempo, o impedimento da presidente Dilma Rousseff entrou na pauta da Câmara dos Deputados. Às vésperas de sua votação, no grupo dos amigos do colégio, recebi várias mensagens com teor extremamente violento e ofensivo, em que qualificavam a então presidente com adjetivos depreciativos, nunca com análise política do governo ou da sua gestão, mas sempre colocando em xeque a sua condição de mulher. Alguns deram risada. Aquilo me incomodou profundamente e comuniquei que estava saindo do grupo por não conseguir acompanhar as mensagens e considerar um equívoco os comentários travestidos de “piadas” e xingamentos. E, assim, retirei-me.

Todavia, logo após a aprovação do processo de impedimento na Câmara, para minha surpresa, recebi mensagens privadas, com teor ofensivo e em letras maiúsculas para deixar claro que estavam demarcando sua posição, com xingamentos e obscenidades.

Apesar de sabermos que esse tipo de conduta é reprovável na forma e no conteúdo, a *Internet* gera uma sensação de impunidade, como se todos estivessem em um território onde tudo se permite de forma ampla e irrestrita. E isso faz com que os agressores do chamado “mundo virtual” se sintam livres para realizar os mais diversos ataques, sem nenhum tipo de preocupação.

A partir da narrativa desta pequena memória particular é válido questionar: Em que consistiu, precisamente, o GOLPE contra a presidente Dilma Rousseff? É imprescindível entender que este fato faz parte de todo o retrocesso que o Brasil vem sofrendo ultimamente, e com reflexos para as camadas mais desfavorecidas, bem como para a classe trabalhadora.

## Na esteira da intolerância

Ultimamente tenho buscado analisar o porquê da quase histeria que tem tomado as pessoas no uso dos grupos de discussão via redes sociais, em todos os âmbitos e em todos os assuntos. Nas mídias todos se tornam especialistas em tudo, mas, muitas vezes, sem nenhum embasamento!

Vivemos, salvo exceções, um clima de irritação constante e massiva, o que vem gerando um novo tipo de censura que aplica suas proibições de maneira orgânica, imprevisível e caótica. Os usuários participam de debates, invariavelmente, sem consistência argumentativa, provocando por vezes polêmicas desnecessárias, ofensas e ataques impelidos pela sede de ódio. Ou como escreve Marcia Tiburi (2016),

Impotente para a compreensão do outro, para perguntar, para mudar de ideia, resta-lhe tentar sentir-se sempre cheio de razão. A impotência para o questionamento tem um nome metafórico cuja validade técnica, infelizmente, foi banalizada. Trata-se da 'burrice' como impotência não apenas relativa ao saber sobre as coisas, mas relativa ao outro que sempre nos serve de espelho. (TIBURI, 2016, p. 04)

E acrescenta explicando que:

Fascismo é uma expressão que vem sendo usada para definir formas espetaculares de exposição de preconceitos raciais, sexuais, de gênero, de classe e vários outros ao nível do cotidiano concreto ou virtual. (...) Fenômeno atual caracteriza-se por explosões de ódio que causam espanto a quem olha o mundo e a sociedade em termos democráticos. (Idem, 2016, p. 02)

São tempos difíceis onde a intolerância tem aumentado exponencialmente. Para pensar a questão da intolerância na falta de diálogo, precisamos pensar o modo de ser do sujeito contemporâneo, tão marcado pelo individualismo. As pessoas estão com uma excessiva necessidade de chamar atenção para si mesmo,

mais egocêntricas e, por vezes, o outro ou a sua existência não tem nenhuma importância, ou seja: a perspectiva da alteridade é suprimida. Temos assistido a um crescente culto ao eu, onde a tendência ao individualismo tem se ampliado e potencializado pelo universo *selfie* que vem do mundo virtual.

Quando observamos de que forma isso se reflete no campo da política, temos um quadro onde gradativamente o posicionamento ideológico se torna evidente e se delimita como um jogo de torcidas: de um lado a defesa irrestrita aos direitos humanos e das minorias historicamente desprivilegiadas da sociedade brasileira (mulheres, negros, homossexuais, indígenas, populações tradicionais) e do outro, aqueles que negam esses direitos e os atacam veementemente.

Nas redes sociais, essa disputa ganha um ambiente relativamente livre, anônimo e de embate indireto, através das trocas de mensagens e informações. Na ânsia de “vencer a disputa” é que as chamadas *fakes News* ganham vida própria. Inevitavelmente, essas falsas notícias interferem no campo da educação, seja pela desqualificação do conteúdo oriundo de pesquisas acadêmicas ou pelo ataque direto a intelectuais e pesquisadores. Tornou-se comum, por exemplo, ver a História ser debatida em canais de vídeos, por pessoas sem formação em História, de forma rápida e acessível, mas nem sempre com sólidas bases argumentativas, a exemplo do debate acerca do nazismo, em que este é vinculado a um movimento de esquerda; ou ainda, o retorno à teoria de que a terra é plana. Absurdos que estão disponíveis em um simples clique em contendas nas redes sociais, que são utilizadas de forma ampla e principalmente pela população jovem.

Dessa forma, elenquei alguns casos recentes de intolerância nas redes sociais que geraram confrontos e uma quase guerra ao serem divulgadas pela mídia:

- 1) Bethynna Casagrande, ex-rainha de bateria do carnaval capixaba, é uma dessas inúmeras vítimas do intitulado Cyberbullying. Em 2016, ela foi alvo

- de preconceito nas redes sociais. De acordo com a jovem, as mensagens eram preconceituosas em relação à sua profissão. Bethynna trabalhava como faxineira... “[...] preta tem que trabalhar de faxina mesmo”;
- 2) Ao menos três professoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foram ameaçadas - uma delas de morte em seu perfil no Facebook -, recentemente, por conta do teor de pesquisas que desenvolvem dentro da instituição. Além do trio de docentes, uma aluna de mestrado também foi ameaçada dias antes da apresentação de sua dissertação. “eu sei onde você mora, onde trabalha, sabemos onde te pegar”;
  - 3) Ameaça de morte e agressões verbais à professora Débora Diniz (UnB), pelo seu envolvimento com pesquisa sobre feminismo, saúde e direitos reprodutivos e pela sua defesa à descriminalização do aborto. “Chegaram ao ponto de cogitar um massacre na universidade caso eu continuasse dando aulas”, afirmou a professora, que optou por sair do Brasil em dezembro de 2018;
  - 4) Recentemente a renúncia do Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que decidiu não tomar posse do seu terceiro mandato devido às ameaças de morte e agressões recebidas diariamente, direcionadas não apenas a ele, como também à sua família. A desistência de Jean Wyllys, que era no parlamento, e é na sua vida, ativista do movimento LGBT e sempre se utilizou dos canais das redes sociais para se comunicar com seus eleitores e seguidores, é a ilustração do quanto a intolerância tem se ampliado. Nesse horizonte, há maiores chances de que comportamentos intolerantes sejam praticados com ameaças ao livre pensar e pouca disposição para aceitar pessoas com pontos de vista diferentes.

Vale destacar que o último pleito presidencial foi marcado pela proliferação de notícias com teor negativo e inverídico, o que é considerado por muitos analistas, juristas e formadores de opinião, entre outros, um fator decisivo para o resultado eleitoral, visto que as ações judiciais não foram suficientes para sanar por completo a repercussão das notícias falsas - 68 postagens *fakes* contra o PT, Fernando Haddad e Manuela D’Ávila foram retiradas de circulação pelo TSE -, uma vez que a grande maioria circulava de forma privada pelo *WhatsApp*, que diferente das demais redes sociais, não são expostas ao público, dificultando a identificação da origem e autoria.

As pessoas estão encasteladas em suas verdades, sem espaços para discordâncias. É uma espécie de censura ao outro. Um aspecto que Ivars (2017) chama de pós-censura. Ele afirma que com a censura, você sabe o que está enfrentando, como por exemplo, a censura do Estado, a censura de leis; com a pós-censura, não há lei, nem liberdade de expressão; nasce e vem paulatinamente crescendo no universo das redes e pode vir de seus amigos, de você mesmo. A surpresa em tudo isso foi que as redes sociais nos deram a absoluta liberdade de nos expressar, mas muitas pessoas começaram a usá-la para impor aos outros o silêncio.

Nesse sentido, a discussão de ideias, a troca de argumentos, vem paulatinamente se constituindo não mais em aspectos de defesas de pontos de vista, a partir de uma rica interlocução, bem ao contrário, parece haver um permanente estado de exaltação, impossibilitando o debate racional e construtivo. Os conflitos e oposições de ideias devem ser considerados elementos naturais na dialética das relações interpessoais – relações estas que permeiam a vida coletiva cotidiana.

Como nos lembra Renata Feldman (2016) “Do mundo virtual para o real, a fronteira é tênue...”, e temos visto progressivamente isto acontecer. E, a seguir, ainda no mesmo parágrafo, nos diz:

[...] ao cultivar sua ideologia, seu modo de vida, sua religião e política, seu futebol e sua conta no Facebook, o indivíduo acaba cultivando a sua verdade e se apropriando quase que visceralmente dela. De forma absolutista e tirana, o ‘eu’ vai se impondo sem muita maleabilidade, adotando posturas rígidas de interagir no mundo. E encontra respaldo especialmente nas redes sociais, por meio das ‘curtidas’ e comentários que legitimam e aprovam instantaneamente o que foi exposto, transformando opiniões em verdades. De posse de uma conta virtual, de uma senha e de um espaço para compartilhar sua vida privada, algumas pessoas acabam confundindo deter a posse de uma verdade única e absoluta, a despeito de uma alteridade que faz parte e que muitas vezes pensa diferente. (FELDMAN, 2016, p. 05)



A intolerância percebida nas redes sociais se reflete para além do campo virtual. Recentemente o governador do Maranhão, Flávio Dino (2016), falou em entrevista, sobre o “novo traço do brasileiro, que é a falta de razoabilidade”. Para o governador, “o ódio que já havia nas redes sociais transbordou para as ruas e o nome disso é fascismo. Tiraram o gênio do fascismo da garrafa e agora não sabem como colocá-lo de volta”.

A censura ao livre pensar, o direito à diversidade de ideias e à discordância tem se materializado em políticas educacionais que, corriqueiramente, ameaçam a educação enquanto espaço democrático. Vale lembrar o artigo de Douglas Rodrigues Barros (2016), *Como nasceu o idiota fascista brasileiro*, onde ele cita o filósofo alemão Adorno, autor da importante obra *Educação após Auschwitz*, que traz em seu conteúdo o objetivo de prevenir a catástrofe fascista. No livro, o autor chamava a atenção para a importância da análise sociológica como aquela que informaria “sobre o jogo de forças localizado por trás da superfície das formas políticas”. (BARROS, 2016, p. 01)

Assim, segundo Barros (2016), um sintoma de fascismo se evidencia quando a sociologia é posta em dúvida, ou é alvo de piadas em alguns centros de risadas forçadas e irreflexivas, como temos visto ultimamente, em diversos espaços.

Desde o impedimento da presidente Dilma Rousseff, inúmeros episódios demonstraram que a educação é a grande inimiga daqueles que têm como diretriz política a manutenção dos privilégios de um pequeno grupo da sociedade. O Brasil que vinha dando passos, ainda que tímidos, desde o governo Lula, visando a melhoria da educação, como a ampliação de vagas nas universidades públicas, a criação de novos cursos e instituições públicas de ensino superior, a garantia do acesso e permanência, inclusive de grupos sociais que até então não tinham acesso à educação superior, como negros e índios.

O que temos hoje é uma constante ameaça à pluralidade, capitaneada pelo ataque direto ao pensamento e às pesquisas acadêmicas e que tem como principal símbolo a depreciação da imagem e das teorias do educador Paulo Freire, responsável por nos trazer a reflexão acerca da necessidade de se posicionar criticamente lendo o mundo e, nesse caso, as informações que circulam nas mídias.

Importante compreender que os ataques nas redes, com a proliferação de falsas notícias, possuem uma finalidade clara diante do jogo de poder. Em grande parte, o conteúdo gerado tem um cunho moral, mas sobretudo político, no intuito de macular o pensamento crítico. Não à toa, a extrema direita brasileira se dedica a atacar o pensamento formulado pelo teórico marxista Antonio Gramsci.

Gramsci (2007), em sua obra *Cadernos do cárcere*, provoca a necessidade de pensar uma alternativa contra hegemônica para as relações de poder que são dadas na sociedade contemporânea, é visto pela extrema direita como uma grande ameaça. Isto rendeu uma fala *sui generis* do atual Ministro da Educação, em seu discurso de posse “a tresloucada onda globalista, tomando carona no pensamento gramsciano” como responsável por destruir “os valores culturais em que se assentam nossas tradições mais caras: a família, a igreja, a escola, o estado e a pátria”.<sup>2</sup>

Dentro dessa perspectiva, vale lembrar o movimento Escola sem Partido, criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, e transformada posteriormente em Projeto de Lei, e que tem como finalidade coibir uma suposta “doutrinação ideológica” dos professores. O Projeto de Lei foi arquivado na comissão especial da Câmara de Deputados, em 2018, contudo uma das primeiras iniciativas da “nova” legislatura foi apresentar uma versão ainda mais agressiva, que proíbe, entre outras coisas, grêmios estudantis de fazerem “atividade político-partidária” e coloca como direito dos

---

<sup>2</sup>Ver o excelente texto da jornalista Juliana Carpanez (2019).

alunos gravar os professores em aula, além da criação de um canal para denúncias anônimas.

É um projeto que claramente fere a Constituição, ao impedir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, negando a liberdade de cátedra e a possibilidade de ampla aprendizagem. Ademais, contraria a laicidade do Estado ao permitir na escola visões morais e religiosas particulares. Barros (2016) aponta que o projeto é, na verdade, o incômodo dos seus defensores de conviver com a Filosofia, a Sociologia e a História no currículo da escola básica.

Os defensores de tais programas revelam assim seus inconfessáveis desejos de ver a velha Educação Moral e Cívica que, subserviente a interesses escusos, – esta sim – doutrinava e excluía toda possibilidade à dúvida. Aliás, um pensamento que o atual Ministro da Educação, tem defendido com um entusiasmo incontido e, que, recentemente, foi apresentado como primeiro projeto de uma deputada federal da Bahia.

O que, em realidade, estes temem de fato é a potencialidade da produção de ideias, de críticas, de questionamentos, de indagação, de argumentação e do exercício da dúvida que a Filosofia, a Sociologia e a História promovem no interior da sala de aula, contribuindo com o despertar de consciências na educação básica.

### **Concluindo...**

Creio que vivemos em um momento de gravidade, principalmente, no panorama político que se espalha não só pelo Brasil, mas pelo mundo como um todo. O fascismo, sem dúvida, vem ganhando contornos e não se pode, em hipótese nenhuma, ser subestimado. Recordemos um deputado, que expelia reacionarismo, e se jogou, tal como um *popstar*, da carroceria de um caminhão e se esparramou no chão, sob o aplauso e histeria de centenas de seguidores. Apesar da grotesca cena, soube usar as redes em seu favor, divulgando, a partir delas, postagens conservadoras, misóginas,

preconceituosas, odiosas, e, com apoio significativo de parte da sociedade brasileira, foi eleito presidente da república.

Seguramente o que vem se passando no mundo virtual, revela que a *Internet*, envolta por um pretense direito de opinião, tem amplificado a intolerância racial, política, de gênero, a violência contra o universo LGBT e ojeriza a negros e nordestinos. Isso deve nos alertar e servir de referência obrigatória para refletirmos sobre preconceitos de todas as naturezas – discursos e práticas que se amplificam perigosamente pelo mundo e, evidentemente, também no Brasil.

Nunca é demais falar de democracia, de liberdade. E, para tal, é fundamental fazer referência ao extraordinário texto de Umberto Eco, sobre o "Ur-Fascismo", apresentado na conferência proferida na Universidade Columbia, em abril de 1995, numa celebração da liberação da Europa.

A mensagem celebrava o fim da ditadura e o retorno à liberdade: liberdade de palavra, de imprensa, de associação política. [...] Devemos ficar atentos para que o sentido dessas palavras não seja esquecido de novo. O Ur-Fascismo ainda está a nosso redor, às vezes em trajes civis. [...] Liberdade, liberação são uma tarefa que não acaba nunca. Que seja este o nosso mote: Não esqueçam. (ECO, 1995)

Apesar de o sistema democrático estar em sentido diametralmente oposto ao sistema ditatorial, ao poder autocrático, a convivência com o poder e, conseqüentemente, o seu exercício por vezes põe em evidência o quanto é difícil manter-se fiel aos princípios da democracia sem feri-la. Nesse sentido, estamos assistindo nos últimos anos, notadamente na *Internet*, uma avalanche de intolerâncias cada dia mais assustadoras e vorazes. O que efetivamente não combina com democracia.

Assim, é sempre bom revermos, ou melhor, “bebermos” nas reflexões, cada dia mais atuais, de Hannah Arendt (1988), que, em seus escritos, recupera o melhor da tradição revolucionária dos

séculos XVII e XVIII para nos lembrar que a responsabilidade política significa de maneira muito relevante que as sociedades não podem perder a capacidade humana de exercer a liberdade e a autonomia, levantando a voz e exercendo discordância diante da dominação ilegítima do poder político ou social, o que leva à violação de direitos.

E temos assistido estas violações de forma avassaladora! Portanto, que busquemos incessantemente aquilo que a Arendt radicalizava: uma atitude de cidadania e vigilância que se oponha às formas de dominação e que atue como parte substantiva do cuidado e defesa dos direitos e liberdades.

A democracia pressupõe a aceitação da diversidade de opiniões, do contraditório, do conflito no campo das ideias, nunca no campo das agressões físicas, de cultivarmos a tolerância, a convivência. Portanto, nesse âmbito, torna-se exercício de maturidade política em sentido pleno. Entendo, por isso mesmo, que a democracia no Brasil, pós ditadura militar, ainda é muito frágil e que ainda ronda em nossas cabeças o fantasma “verde oliva”.

Só em um Estado efetivamente democrático, é que se tem o pleno exercício da livre expressão e de pensamentos divergentes. É bem verdade que haja nesta mesma democracia aqueles que equivocadamente queiram identificar a liberdade de expressão, a defesa dos direitos humanos, a defesa da diversidade e a liberdade de gênero, como coisa de comunistas, de amorais, entre outros torpes argumentos. Em realidade, ao tentarem combater a pluralidade de ideias e a liberdade de expressão estão querendo simplesmente impor seu ponto de vista sempre de forma autoritária, prepotente e desmedida acompanhada de um ódio incompreensível, notadamente quando se há referência a esquerda.

Atribuir todas as mazelas do Brasil à esquerda é, no mínimo, desconhecer a história. Ora, bem sabemos que os problemas que vivemos, especialmente no campo da educação e da saúde, para ficarmos em duas importantes dimensões, são responsabilidades

de uma elite que governa o Brasil há séculos, e que desde sempre só visou seus interesses.

No Brasil, é comum a utilização por parte da direita política, por vezes associada à imprensa tradicional e ao Poder Judiciário, do discurso do combate à corrupção na tentativa de impor golpes. Na história da República, podemos ressaltar com relevo as crises nos governos dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart e, na história recente, os presidentes Dilma Rousseff e Luis Inácio Lula da Silva.

As ações que temos assistido nos colocam efetivamente no risco de descambarmos para o um governo autoritário. Ou, como nos alertava de maneira incontestante o filósofo alemão Adorno, quando definiu o a educação após Auschwitz: “Desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia” (1995, p. 155)

Por esse ângulo, uma educação contra o fascismo, nos moldes filosoficamente propostos por Adorno, sugere o fortalecimento das lutas contra as ameaças e retrocessos que o campo educacional vem sofrendo. E neste panorama altamente atomizado, a extrema direita sempre vence. Vimos nos Estados Unidos e vimos no Brasil. Trump e Bolsonaro venceram *surfando* nas ondas virtuais de ódio.

Portanto, o Ensino de História nestes tempos possui uma outra incumbência desafiante, como nos dizia Paulo Freire, não devemos ensinar somente a ler a palavra, mas sim a ler a palavra-mundo. Nos dias de hoje a história é indispensável e ainda mais necessária para desenvolver uma visão crítica do presente e compreender as lutas sociais travadas, principalmente pelas camadas menos favorecidas. É certo que o ensino de história não resolverá todas as questões conservadoras, mas é fundamental ter em conta que ensinar nas atuais circunstâncias implica a adoção de uma perspectiva docente libertadora que possibilite a educação de valores coletivos e solidários em contraposição ao egocentrismo, promovendo o surgimento de uma consciência crítica e solidária que leve o estudante a desenvolver uma práxis de transformação social.

## Referências

- ADAM, Barbara. *Time and social theory*. Cambridge, Polity Press, 1990.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. *Educação e Emancipação*. Tradução e Introdução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. *Dialectique négative*. Paris, Payot, 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2004.
- Alcaraz, Florencia. Hasta que sea ley. Aborto legal, seguro y gratuito. *Anfibia*, 2018. <http://revistaanfibia.com/cronica/hasta-que-sea-ley-2/>
- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: UnB, 1988.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1997.
- ARISTÓTELES, *Física* I e II. Campinas: Unicamp, 2009.
- ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 9-34.
- AUERBACH, Eric. *Figura*. São Paulo: Ática, 1997.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAGNO, Marcos. Quanto cabe num conceito? Breve excursão etimológico. In: HARDY-VALLÉE, Benoit. *Que é um conceito?* São Paulo: Parábola, 2013, p. 121-127.
- BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI, *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 2018.

- BARROS, Douglas Rodrigues. *Como nasceu o idiota fascista brasileiro*. 2016. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/08/nasceu-idiota-fascista-brasileiro.html>> Acesso em: 11 mai. 2018.
- BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.
- Bellucci, Mabel. *Historia de una desobediencia*. Aborto y feminismo. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas 1: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 222-232.
- BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. Bauru (SP): Edusc, 2008.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BLOCH, Marc. *Historia e Historiadores*. Madrid, Editorial Akal, 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- Borda, Libertad y SPATARO, Carolina. El chisme menos pensado: el debate sobre aborto en Intrusos en el espectáculo. *Sociales en Debate*, 14, 2018. <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/socialesendebate/article/view/3353>;
- BOTTO, Mercedes. “Think Tanks en América Latina: radiografía comparada de un nuevo actor político”. En: Correa Aste, Norma y Enrique Mendizabal (Eds). *Vínculos entre conocimiento y política: el rol de la investigación en el debate público en América Latina*. Lima, CIES y Universidad del Pacífico, 2011.
- BRAGA, Eliane Rose Maio. As questões do gênero e da sexualidade na Educação. IN: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, Sheila Maria. *Infância e Práticas Educativas*, Maringá: Eduem, 2007, p.211.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, 2 vols. São Paulo: EDUSP, 2016.



- BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, s.l., v. 34, n. 6, p. 690-714, dec. 2006.
- BROWN; Wendy. Neoliberalism's Frankstein: authtitarian freedom in Twenty-first century "democracies", *Critical Times*, Vol. 1, n. 1, 2018.
- CALDWELL, Kia Lilly. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: Perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 18-27, jun. 2010.
- CAMAROTTI, Ana Clara; JONES, Daniel y DI LEO, Pablo (dirs.). *Entre dos mundos*. Abordajes religiosos y espirituales de los consumos de drogas. Buenos Aires: Teseo, 2017.
- CARNEIRO, Sueli enegrecendo o feminismo <https://vulvarevolucao.com/2014/11/20/enegrecer-o-feminismo-a-situacao-damulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Christine Hünefeldt. *MUJERES esclavitud, emociones y libertad* Lima 1800-1854. Peru: IEP ediciones, 1988.
- CARPANEZ, Juliana. *O que é o "pensamento gramsciano" combatido pelos apoiadores de Bolsonaro?* 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/05/gramsci-pensamento-gramsciano-no-discurso-de-vez-e-governo-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- Catholics for a Free Choice. *A World View: Catholic Attitudes on Sexual Behavior and Reproductive Health*. Washington, DC: Catholics for a Free Choice, 2004.
- Católicas por el Derecho a Decidir. *Actitudes de los Católicos sobre Derechos Reproductivos, Iglesia-Estado y Temas Relacionados. Tres Encuestas Nacionales en Bolivia, Colombia y México*. Washington DC: CCD, 2003.
- CHALHOUB, Sidney & SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009, p.13-45.

- CHIGNOLA, Sandro. História dos conceitos e história da filosofia política. In: FERES Júnior, João; JASMIN, Marcelo (Orgs.). *História dos conceitos : diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2007, p. 45-57.
- CONNEL, Raewyn; DADOS, Nour, Where in the world does neoliberalism come from?: The market agenda in southern perspective, *Theory and Society*, Vol. 43, No. 2, 2014.
- CRARY, Jonathan. *24/7. Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- CROUCH, Colin, *Coping with Post-Democracy*. Paperback, 2000. Londres: Fabian Society, 2000.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. trad. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- DESCOMBES, Vincent. Qu'est-ce qu'être contemporain ? *Le Genre humain*, n. 35, vol. 2, 1999.
- DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em S. Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DINO, Flávio. ódio e fascismo estão dissipando chances do Brasil se desenvolver. depoimento. [17 de novembro de 2016]. São Luis: *Brasil 247*. Entrevista concedida ao site 247. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/maranhao247/265878/Dino-%C3%B3dio-e-fascismo-est%C3%A3o-dissipando-chances-do-Brasil-se-desenvolver.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2018.
- DUBOW, Sara. *Ourselves Unborn. A History of the Fetus in Modern America*. New York: Oxford University Press, 2011.

- Dulbecco, Paloma y Jones, Daniel. Lxs evangélicxs ante los derechos sexuales y reproductivos; más allá de la reacción conservadora. *Sociales en Debate*, 14, 2018. <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/socialesendebate/article/view/3347>
- DUNKER, Christian. O neoliberalismo e seus normalopatas. In: *Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 284-292.
- ECO, Umberto, O Fascismo Eterno, in: *Cinco Escritos Morais*, Tradução: Eliana Aguiar, Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.
- ELLIOT, Anthony. *Reinvention*. London: Routledge, 2013.
- ELLIOT, Anthony; URRY, John. *Mobile lives*. London: Routledge, 2010.
- Esquivel, Juan. Religión y política: la influencia religiosa sobre las definiciones parlamentarias en materia de derechos sexuales y reproductivos. In: ESQUIVEL Juan y VAGGIONE, Juan Marco (dirs.). *Permeabilidades activas: religión, política y sexualidad en la Argentina democrática*, Buenos Aires: Biblos, 2015, p. 19-34.
- FELDMAN Renata. *Diálogo é cada vez menos presente nas relações humanas*. 2016. Disponível em: <[http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2016/02/21/noticia\\_saudeplena,156187/dialogo-e-cadavez-menos-presente-nas-relacoes-humanas.shtml](http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2016/02/21/noticia_saudeplena,156187/dialogo-e-cadavez-menos-presente-nas-relacoes-humanas.shtml)>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- Felitti, Karina. Sexualidad y reproducción en la agenda feminista de la segunda ola en la Argentina (1970-1986). *Estudios Sociológicos*, n° 84, p. 791-812, 2010.
- Felitti, Karina. Planificación familiar en la Argentina de las décadas 1960 y 1970: ¿un caso original en América Latina? *Estudios Demográficos y Urbanos*, vol. 27, n. 1, p. 153-188, 2012.
- Felitti, Karina. Maternidades y militancia en la Argentina de los 70s Notas históricas para pensar las maternidades colectivas contemporáneas. *Revista de História Regional*, v. 21, n.2, p. 432-458, 2016.

- Felitti, Karina e Irrazábal, Gabriela. Los no nacidos y las mujeres que los gestaban: significaciones, prácticas políticas y rituales en Buenos Aires. *Revista de Estudios Sociales*, 64, p. 125-137, 2018.
- Felitti, Karina y Prieto, Sol. Configuraciones de la laicidad en los debates por la legalización del aborto en la Argentina: discursos parlamentarios y feministas (2015-2018). *Salud Colectiva*, v. 14, n. 3, p. 405-423, 2018.
- Felitti, Karina. Las chicas del pañuelo verde en las escuelas religiosas: sentidos en disputa más allá de la laicidad estatal, *Sociales en Debate*, 14, 2018. <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/socialesendebate/article/view/3354>
- FERES Júnior, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- FERES Júnior, João. De Cambridge para o mundo, historicamente : revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, n. 48, p. 655-680, 2005.
- FERES Júnior, João; JASMIN, Marcelo (Orgs.). *História dos conceitos : diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2007.
- FERES Júnior, João; JASMIN, Marcelo. Trajetórias e contatos da história conceitual. In: FERES Júnior, João; JASMIN, Marcelo (Orgs.). *História dos conceitos : diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2007, p. 11-18.
- FERES Júnior, João; OIENI, Vicente. Entrevista com Melvin Richter (junho de 2004). In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (Orgs.). *História dos conceitos : debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 111-124.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRASER, Nancy, From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond, *American Affairs*, 20, November, 2017.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREUD, Sigmund. Trabajos sobre metapsicología. In: *Obras Completas*, vol. XIV. 9 ed. Buenos Aires: Amarrótu, 1996.

FUKUYAMA, Francis. *El fin de la historia y el último hombre*. Barcelona, Planeta Editorial, 1994.

Gago, Verónica. La espiritualidad como fuerza de sublevación. *Emergentes*. 13 de junio de 2018. <https://emergentes.com.ar/la-espiritualidad-como-fuerza-de-sublevaci%C3%B3n-46c73de9c6b5>

GENOVESES, Elizabeth F. *Within the Plantation Household: black and White of the Old South*. Chapel Hilland London: The University of North Carolina Press, 1988.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

Giménez Béliveau, Verónica e Irrazábal, Gabriela. Catolicismo en Argentina. Hacia una interpretación de su diversidad. *Sociedad y Religión*, n° 32/33, p. 42-59, 2010.

GOMES, Helton Simões. *Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à Internet, diz IBGE*. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-Internet-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

GOMES REVUELTA, Gloria Maritza. Um novo ejercicio de historia conceptual sobre Iberoamerica. *Historia y Grafía*, n. 45, p. 195-202, 2015.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Trad. Viviana Bosi. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

Gudiño Bessone, Pablo. Activismo católico antiabortista en Argentina: performances, discursos y prácticas. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, 26, p. 38-67, 2017.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo, Editora 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. "Depois de aprender com a História", in 1926. *Vivendo no limite do tempo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

HAN, Byung-Chul. *Psychopolitique. Le neoliberalisme et les nouvelles techniques de pouvoir*. Strasbourg, Circé, 2017.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François, *Croire en l'Histoire*. Paris: Flammarion, 2013b.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.

HASSAN, Robert. *Empires of speed*. Time and acceleration of politics and society. Leiden, Brill, 2009.

HOOKS, Bel. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015.

HOOKS, Bell. *El feminismo es para todo el mundo*. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

HOPE, Wayne. *Time, communication and global capitalism*. Londres: Palgrave, 2016.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua Educação). Rio de Janeiro, 2017.

INGOLD, Tim. *Líneas: una breve história*. Barcelona: Gedisa, 2015.

IVARS. Juan Soto. *Arden las redes*. Debate. Barcelona, 2017.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (Orgs.). *História dos conceitos : debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola: IUPERJ, 2006.

Jelin, Elizabeth. *Las luchas por el pasado*. Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

- Jones, Daniel y Dulbecco, Paloma. El Papa Francisco y el derecho al aborto. ¿Del pesimismo de la razón y el optimismo de la voluntad al puro pesimismo? In RENOLD, Juan Mauricio y FRIGERIO, Alejandro (comps.). *Visiones del Papa Francisco desde las Ciencias Sociales*. Rosario: UNR Editora, p. 41-50, 2014.
- KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (Orgs.). *História dos conceitos : debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 97-109.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart et alii. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. " Existe uma aceleração da história? ", in: *Estratos do Tempo. Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- KRAUSE, Maggi *Analfabeto, mas conectado*. 2016. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4680/analfabeto-mas-conectado>>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- LARA , Sílvia H. Blowin' in the wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 12, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11300>>. Acesso em: 08 mar. 2019.
- LEVI-STRAUSS, Claude. História e etnografia. In: *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2017, p. 7-21.
- LINENBAUGH, Peter. Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram, *Revista Brasileira de História*. Ed. Marco Zero, São Paulo, SP, ANPUH, ano 3, nº 6, 1983, p. 07-46.
- LOPES, Marcos Antônio. *Mestres do passado: clássicos da sabedoria política moderna*. Londrina: EDUEL, 2009.

LÓPEZ Segrera, Francisco. *América Latina: Crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha*. Buenos Aires, CLACSO, 2016.

LOREY, Isabell, *State of Insecurity: Government of the Precarious*, New York, Verso, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUHMANN, Niklas. *Complexidad y modernidad. De la unidad a la diferencia*. Madrid: Trotta, 1998.

MALAMUD, Carlos. Iberoamérica política e social 2.0. *Revista de Libros*, 13/07/2015, não paginado. Disponível em: < <https://www.revistadelibros.com/resenas/diccionario-politico-y-social-del-mundo-iberoamericano> > Acesso em: 6 dez 2018.

Mallimaci, Fortunato y Esquivel, Juan. La contribución de la política y el Estado en la construcción del poder religioso. *Revista Argentina de Ciencia Política*, 17 (9), p. 71-89, 2014.

Mallimaci, Fortunato (dir.). *Atlas de las creencias religiosas en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2013.

MARTINEAU, Jonathan. *Time, capitalism and alienation*. Leiden: Brill, 2015.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

MATIAS, Lilian S. L. *Espaço Plural* • Ano XVII • Nº 34 • 1º Semestre 2016 • p.37-55.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, Achille, *Politiques de l'inimité*. Paris, La découverte, 2018. (MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017).

MELLO, Hildete O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. Instituto de Pesquisas Aplicadas, 1998. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2423>, acessado em 26 de janeiro de 2019.



- MELO NETO, João Cabral de. *Poesias completas (1940-1965)*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- MELTON, James van Horn. Otto Brunner e as origens ideológicas da *Begriffsgeschichte*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (Orgs.). *História dos conceitos : debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 55-69.
- MOLANO VEGA, Mario Alejandro. Reinhart Koselleck, Historia de conceptos. *Conceptos históricos*, n. 1, p. 162-181, 2015.
- Morcillo, Santiago y Felitti, Karina. 'Mi cuerpo es mío'. Debates y disputas de los feminismos argentinos en torno al aborto y al sexo comercial. *Amerika*, 16, 1-15, 2017. <https://journals.openedition.org/amerika/8061>
- Morgan, Lynn. Reproductive Rights or Reproductive Justice? Lessons from Argentina. *Health and Human Rights*, 17, 1, p.136-147, 2015.
- Morgan, Lynn. ¿Honrar a Rosa Parks? Intentos de los sectores católicos conservadores a favor de los “derechos” en la América Latina contemporánea. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, 17, p.174-197, 2014.
- Morgan, Lynn. *Icons of Life. A Cultural History of Human Embryos*. Los Angeles: University of California Press, 2009.
- MOTT, Maria L. B. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.
- Navarro-Swain, Tania. Entrevista con la profesora Joan W. Scott. *Anuario de Hojas de Warmi* n° 16, 2011. <http://www.ub.edu/SIMS/hojasWarmi/hojas16/articulos/TaniaNavarro.pdf>
- NICOLAZZI, Fernando. A História entre tempo: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, jul./dez. 2010.
- NOVA ESCOLA. *Analfabeto, mas conectado*. 2016. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4680/analfabeto-mas-conectado>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995 [1979].

OSTRENSKY, Eunice. *As revoluções do poder*. São Paulo: Alameda, 2005.

OXFORD *Paperback Dictionary* (The). 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 1988.

PALTI, Elías José. Historia de ideas e historia de lenguajes políticas : acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 34, p. 325-343, 2005.

PALTI, Elías José. Ideas políticas e historia intelectual: texto y contexto en la obra reciente de Quentin Skinner. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, n. 3, p. 263-274, 1999.

PALTI, Elías José. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. In: FERES Júnior, João; JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos conceitos : diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2007, p. 59-76.

PATERNIANI, Silvia Z. Gayatri Spivak e o feminismo negro: notas para um debate Simbiótica: razão e sensibilidade. *Simbiótica*, v. 2, n. 1, 2015.

Pecheny, Mario; Jones, Daniel y Ariza, Lucía. Sexualidad, política y actores religiosos en la Argentina post-neoliberal (2003-2015). In: Sáez, Macarena y Morán Faúndes, José Manuel (eds.), *Sexo, Delitos y Pecados: Intersecciones entre religión, género, sexualidad y el derecho en América Latina*. Washington DC: Center for Latin American & Latino Studies American University, 2016, p. 53-90.

Pecheny, Mario. Parece que no fue ayer: el legado político de la Ley de Divorcio en perspectiva de derechos sexuales. In: Gargarella, Roberto; Murillo, María Victoria y Pecheny, Mario (comps.). *Discutir Alfonsín*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010, p. 85-113.

Pecheny, Mario. *Políticas y derechos sexuales en la Argentina reciente*, [http://www.idaes.edu.ar/pdf\\_papeles/Pecheny%20para%20encuentro%20A%20Grimson-2.pdf](http://www.idaes.edu.ar/pdf_papeles/Pecheny%20para%20encuentro%20A%20Grimson-2.pdf)

- PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 509-512, Dec. 2003.
- PELBART, Peter Pal. *O tempo não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei Lopes de. "Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital", *Rev. UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, 2016.
- PERROT, Michelle. História das mulheres. In. BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP. 1992.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil como revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*, n. 3, p. 53-82, 2009.
- PINTO, Elizabeth A. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. 1993. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, [SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253758>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- POCOCK, John G. A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o *paper* de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (Orgs.). *História dos conceitos : debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 83-96.
- POCOCK, John G. A. *The varieties of British political thought, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- POLANYI, Karl. *La grande transformation*. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris, Gallimard, 2009.
- POSADA-CARBÓ, Eduardo. Reseña [*Diccionario político y social del mundo iberoamericano*]. *Revista de Estudios Políticos*, n. 154, p. 294-298, 2011.
- RABINOW, Paul. *Marking time. On the anthropology of contemporary*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

RABASA GAMBOA, Emilio. La escuela de Cambridge: historia del pensamiento político; una búsqueda metodológica. *EN-CLAVES del pensamiento*, n. 9, p. 157-180, 2011.

Radi, Blas. Mitología política sobre aborto y hombres trans. *Sexuality Policy Watch*, 2018. Recuperado de: <https://sxpolitics.org/es/3945-2/3945>

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*. São Paulo: Unesp, 2014.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito*; a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (Orgs.). *História dos conceitos* : debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 39-53.

ROSA, Hartmut. *Accélération*. Une critique sociale du temps. Laris: Lá Dévouverte, 2010.

ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William E. (orgs). *High-speed society*. Social acceleration, power and modernity. Philadelphia, Pennsylvania University Press, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história filosófica do político. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 37-63.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*, 3 vols. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SANSONE, Livio, PINHO, Osmundo. (orgs). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2ª. ed. rev. Salvador : Associação Brasileira de Antropologia : EDUFBA, 2008.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Análise histórica, contextos intelectuais e pensamento político: possibilidades metodológicas do contextualismo de Quentin Skinner. In: Renato Lopes Leite; Christiane Szezs. (Org.). *A práxis dos intelectuais*. Curitiba: LabHistoria UFPR, 2018, p. 46-78.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade* vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p.71-99.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, nº. 3, Campinas/SP, 1994.

Scott, Joan. *Sex and Secularism*. New Jersey: Princenton University Press, 2018.

SEBASTIÁN, Javier Fernández; FUENTES, Juan Francisco. Entrevista com Reinhart Koselleck (abril de 2005). In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (Orgs.). *História dos conceitos : debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 135-169.

SERRES, Michel. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SHARMA, Sarah. *In the meantime*. Temporality and cultural politics. Londres: Duke University Press, 2014.

SILVA, Maria B. N. A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (27), 1987, P. 75-91.

Simonis, Angie. La Diosa feminista. El movimiento de espiritualidad de las mujeres durante la Segunda Ola. *Feminismo/s*, 20, p. 25-42, 2012.

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. *Tempo e Argumento*, n. 20, p. 358-399, jan./abr. 2017.

SKINNER, Quentin. *Visões da política : sobre os métodos históricos*. Alégis (Portugal): Difel, 2005.

SLEMIAN, Andréa. Unidade e diversidade das experiências políticas no mundo iberoamericano: Iberconceitos, 1750-1850. *Almanack*, n. 3, p. 160-167, 2012.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. IN: *Revista Estudos feministas*. Rio de Janeiro, 1994.

SOIHET, Rachel. *Vivências e formas de violência: mulheres de classes subalternas no Rio de Janeiro, 1890-1920*, 1986. USP, tese de doutorado.

SOUZA Filho, Danilo Marcondes de. Apresentação – A Filosofia da Linguagem de J. L. Austin. In: AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 7-17.

STIEGLER, Barbara. *Il faut s'adapter. Sur un nouvel impératif politique*. Paris, Gallimard, 2019.

STREEK, Wolfgang. Le retour des évincés: le débout de la fin du capitalisme néolibéral, in: GEISELBERGER, Henrich (org). *L'âge de la regression*. Paris, Gallimard, 2018.

Sutton, Bárbara y Borland, Elizabeth. El discurso de los derechos humanos y la militancia por el derecho al aborto en la Argentina. Trabajo presentado en *Horizontes revolucionarios. Voces y cuerpos en conflicto*. XIII Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres. VIII Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, 24 al 27 de Julio 2017.

TELLES, Lorena Feres da Silva. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi: 10.11606/D.8.2011.tde-10082012-170442. Acesso em: 2019-03-06.

TIBURI, Marcia. *A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira*. 2016. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/voceescreve/marcia-tiburi-presidenta-dilma-politicamente-violentada-e-invejada.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

TIBURI, Marcia. *O jogo de linguagem fascista*. Disponível em: <https://jornalgn.com.br/analise/o-jogo-de-linguagem-fascista-por-marcia-tiburi/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

TOMLINSON, John. *The culture os speed*. London: Sage, 2007.

TRAVERSO, Enzo. *Les Nouveaux visages du fascisme*, Textuel, Paris, 2017.

- TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade, *Topoi*, n. 33, Rio de Janeiro, 2016.
- URRY, John. *Sociology beyond Societies*. Mobilities for the twwenty-forts century. London: Routledge, 2010.
- Vaggione, Juan Marco y JONES, Daniel. Religiones y políticas sexuales: Iglesias católica y evangélicas frente al ‘matrimonio homosexual’ en Argentina. In: Gutiérrez Martínez, Daniel y Felitti, Karina (coord.). *Diversidad, sexualidades y creencias: cuerpo y derechos en el mundo contemporáneo*. Buenos Aires: Prometeo; 2015, p.219-269.
- Vaggione, Juan Marco. Los roles políticos de la religión. Género y sexualidad más allá del secularismo. In: VASALLO, Marta (ed.). *En nombre de la vida*. Buenos Aires: Católicas por el Derecho a Decidir, 2005, p. 137-167.
- VILAS, Carlos. “La Reforma del Estado como cuestión política”. En: Pozzi, Pablo, Hernán Camarero y Alejandro Schneider (Comp.) *De la Revolución Libertadora al Menemismo. Historia social y política argentina*. Buenos Aires, Ediciones Imago Mundi, 2000.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996; CASTELLS., Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- WAJCMAN, Judy. *Pressed for time. The acceleration of life in digital capitalism*. Chicago: The university of Chicago Press, 2015.
- WHITE, Debora G. *Ar’n’t I A woman? female slaves in the Plantation South*. New York, London: Penguin Books, 1985.
- Zurbriggen, Ruth y Anzorena, Claudia (comps.). *El aborto como derecho de las mujeres. Otra historia es posible*. Buenos Aires: Herramienta, 2013.